



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVII — Nº 171

QUARTA-FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 1992

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 203ª SESSÃO, EM 13 DE OUTUBRO DE 1992

- 1.1 — ABERTURA
- 1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Expediente recebido

Listas nºs 4 e 5, de 1992

1.2.2 — Comunicações da Presidência

— Aprovação pela Comissão Diretora, em reunião realizada no dia 22 de setembro último dos Requerimentos nºs 688, 689, 696, 697, 704 e 705, de 1992.

— Recebimento do Ofício nº 1898/92, do Presidente do Banco Central, encaminhando documentos referentes ao Ofício nº S/35, de 1992, relativo a pleito da Prefeitura Municipal de São Paulo.

1.2.3 — Ofício

Nº 388/92, da Liderança do PSDB, referente a substituição do Deputado Osmânio Pereira pelo Deputado Ubaldo Dantas como membro suplente, na Comissão Especial destinada a analisar a Medida Provisória nº 308, que cria a Secretaria Nacional de Projetos Educacionais Especiais e dá outras providências.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR JOSAPHAT MARINHO — Transcurso dos 80 anos de atividades do jornal *A Tarde*, da Bahia.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Artigo do Estado de S. Paulo, edição de 18-5-92, revelando à classificação dos brasileiros entre os “altos” sofreadores do mundo, de acordo com índice de sofrimento humano internacional. Dados de pesquisas do IBGE e do UNICEF sobre a realidade das jovens gerações brasileiras, Relatório do UNICEF enaltecendo o programa social de atendimento às crianças carentes, do Governo do Ceará.

SENADOR MÁRCIO LACERDA — Falta de regulamentação do Código de Defesa do Consumidor.

SENADOR NEY MARANHÃO — Defesa de alteração na proposta orçamentária para 1993, em face da exclusão dos orçamentos da Sudene e Sudam dos recursos do PINPROTERRA.

1.2.5 — Comunicação da Presidência

— Desaparecimento do helicóptero que transportava o Deputado Ulysses Guimarães e o ex-Senador Severo Gomes, com suas respectivas esposas, de Angra dos Reis para São Paulo.

1.2.6 — Suspensão e reabertura da sessão

1.2.7 — Requerimentos

— Nº 750/92, de autoria do Senador Humberto Lucena e outros Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Deputado Ulysses Guimarães e do ex-Senador Severo Gomes. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Humberto Lucena, Marco Maciel, Nelson Carneiro, Ruy Bacelar, Chagas Rodrigues, Affonso Camargo, Espiridião Amim, Mário Covas, Iram Saraiva, Nelson Wedekin, Ronan Tito, José Richa, Wilson Martins, Onofre Quinan, Eduardo Suplicy, Ney Maranhão, Garibaldi Alves Filho, Epitácio Cafeteira, César Dias, Antônio Mariz, Cid Sabóia de Carvalho e Ronaldo Aragão, tendo a Mesa se associado às homenagens prestadas.

— Nº 751/92, de autoria do Sr. Humberto Lucena e outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial do Senado Federal, destinada a homenagear o Deputado Ulysses Guimarães. **Aprovado**.

1.2.8 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 395 e 396, de 1992

3 — ATA DE COMISSÃO

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

Ata da 203ª Sessão, em 13 de outubro de 1992**2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura****Presidência dos Srs. Mauro Benevides e Dirceu Carneiro****ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Amir Lando – Beni Veras – Carlos Patrocínio – Chagas Rodrigues – Coutinho Jorge – Dirceu Carneiro – Elcio Alvares – Esperidião Amin – Eptácio Cafeteira – Francisco Rollemberg – Garibaldi Alves Filho – Guilherme Palmeira – Humberto Lucena – João Calmon – Josaphat Marinho – José Richa – Júnia Marise – Jutahy Magalhães – Lourival Baptista – Mansueto de Lavor – Márcio Lacerda – Maurício Corrêa – Mauro Benevides – Moisés Abrão – Nabor Júnior – Nelson Wedekin – Odacir Soares – Raimundo Lira – Ronaldo Aragão – Ronan Tito – Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides). — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE**LISTA Nº 4, DE 1992**

Em 30 de setembro de 1992

Correspondências recebidas e respondidas pelo Senhor Presidente do Senado Federal:

Diversos:

— da Câmara Municipal de São Vicente — SP, referente à desigualdades sociais e regionais existentes no País;

— da Federação Profissional dos Vigilantes — São Luís/MA, apresentando anteprojeto de lei sobre alterações à Lei nº 7.102, de 1983;

— da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicitando apoio à IX Conferência Nacional da Saúde;

— da Câmara Municipal de Campinas — SP, referente ao projeto de lei sobre prestação de serviços notariais e de registros;

— da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, referente à garantia aos aposentados do último salário percebido antes da aposentadoria;

— da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, referente ao controle das mensalidades escolares;

— do 2º Cartório de Notas — Ibitinga — SP, referente serviços notariais;

— da OAB — Conselho Federal — Brasília/DF, referente decisão da Suprema Corte norte-americana;

— da Câmara Municipal de Presidente Prudente — SP, referente à remuneração dos trabalhadores menores de idade;

— da Câmara Municipal de Estância de Socorro — SP, referente a projeto de lei que eleva valor dos cheques nominais;

— da Associação Nacional dos Procuradores das Autarquias Federais, referente ao projeto da Advocacia-Geral da União;

— da Câmara Municipal de Limoeiro — PE, referente à cobrança abusiva de energia elétrica;

— da Câmara Municipal de Santa Cruz do Sul — RS, referente ao Plano Nacional de Desestatização;

— da Câmara Municipal de Estância de Amparo — SP, referente à colaboração da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil no Governo;

— da Câmara Municipal de Salvador Astorino — SP, referente ao plebiscito sobre a forma de governo;

— do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Alceu Collares, referente à rolagem da dívida do Estado;

— da Embaixada do Haiti, no Brasil, referente à crise pela qual passa aquele País;

— da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 2ª Região — SP, referente à isonomia;

— da Câmara Municipal de Ourinhos — SP, referente à profissão de instrumentador cirúrgico;

— da Câmara Municipal de Bastos — SP, referente à comercialização do óleo diesel;

— da Associação das Câmaras de Vereadores da Região Médio Alto Uruguai — Irajá — RS, referente à reabertura dos cassinos;

— da Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa — PR, de apoio ao Ministro Marcílio Marques Moreira; da Câmara Municipal de Divinópolis — MG, referente às denúncias de licitações fraudulentas;

— da Câmara Municipal de Cosmópolis — SP, referente à Lei da Propriedade Industrial;

— da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região, referente ao veto ao projeto de lei da Câmara sobre os magistrados;

— da Procuradoria do Trabalho da 7ª Região — Fortaleza/CE, referente ao veto ao projeto de lei da Câmara sobre os magistrados;

— do Partido Parlamentarista Nacional — São Paulo, solicitando exemplares da biografia dos Senadores;

— da Câmara Municipal de Recife — PE, encaminhando cópia do artigo "Histeria e Golpismo";

— da Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ilhabela — SP, sobre arrecadação de IPTU;

— do Conselho Federal dos Detetives Profissionais — Brasília/DF, sobre a regulamentação da profissão;

— da Câmara Municipal de Ivoti — RS, referente ao Banco do Brasil;

— da Câmara Municipal de Goiânia — GO, referente à Lei de Diretrizes e Bases da Educação;

— da Câmara Municipal de Taubaté — SP, referente ao antitabagismo;

— da Câmara Municipal do Rio Grande da Serra — SP, referente ao congelamento das tarifas públicas;

— de Mauro Cordeiro Andrade — João Monlevade — MG, referente ao projeto do Deputado Paulo Delgado (manicômios);

— de Lauro Lima — Salvador — BA, referente à concessão de exploração de radiodifusão;

— da Assembleia Legislativa de São Paulo — SP, referente à prostituição infantil;

— da Câmara Municipal de Diadema — SP, referente ao índice da prestação da casa popular;

— da Associação das Viúvas dos Militares das Forças Armadas — São Paulo — SP, referente aos vencimentos dos militares;

— da OAB, Seccional de São Paulo, sobre a Lei Orgânica da Advocacia Geral da União;

— da Prefeitura Municipal de Erebango — RS, referente à distribuição de ICMS aos municípios;

— do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, sobre a Lei Orgânica do TCU;

— da Assembleia Legislativa — PR, encaminhando requerimento do Deputado Eurides Moura;

— da Câmara Municipal de Casa Branca — SP, encaminhando Requerimento nº 396/92, do vereador Altamiro Vasconcelos;

— da Câmara Municipal de Garibaldi — RS, encaminhando Moção nº 3/92, de autoria do Vereador Paulo Salvi;

— da Câmara Municipal de Marília — SP, encaminhando Requerimento nº 474/92;

— da Câmara Municipal — SP, encaminhando cópia do Requerimento nº 126/92, de autoria do Vereador José Pedro de Souza;

— da Câmara Municipal de Ribeirão Preto — SP, encaminhando Requerimento nº 20.701/92;

— da Câmara Municipal de Piquete — SP, encaminhando cópia do Requerimento nº 63/92;

— da Câmara Municipal de Butiá — RS, encaminhando requerimento nº 694/92, de autoria da Vereadora Neuza Vargas;

— da Câmara Municipal de Magalhães de Almeida — MA, encaminhando Moções de nºs 2/92 e 4/92, de autoria do Vereador Beor José de Sousa;

— da Câmara Municipal de Ponta Porã — MS, encaminhando proposição nº 312/92, de autoria do Vereador Josué da Silva Lopes;

— da Câmara dos Deputados — DF, encaminhando Ofício nº 147/92, da Prefeitura Municipal de Itá;

REFERENTE À LIBERAÇÃO DE VERBAS PARA A LBA

— da Creche Fraternidade — Mogi das Cruzes — SP;

— da Câmara Municipal Santa Isabel — SP;

— do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente — Manaus — AM;

— da Associação Suzanense de Assistência — SP;

— da Creche Nossa Senhora do Socorro — SP;

— da Creche Padre Vitório — SP;

— da Creche "Rosalina Flora de Camargo" — SP;

— da Creche Escola "Durvalina Teixeira Rosa" — SP;

— Casa da Criança Zenaide Souza Lima — Itaquaquecetuba — SP;

— da Associação Casa da Criança Zenaide de Souza Lima — São Paulo — SP;

— da Caritas Diocesana de Mogi das Cruzes — SP;

— da Paróquia de São Sebastião de Suzano — SP;

REFERENTE A SALÁRIO MÍNIMO PARA DEFICIENTES E IDOSOS

— da Câmara Municipal de Jóiá — RS;

— da Câmara Municipal de São Miguel das Missões — RS;

— da Câmara Municipal de Herval — RS;

— da Câmara Municipal de Miraguai — RS;

— da Câmara Municipal de Nova Harte — RS;

— do Senhor Maurício Leal de Moura — MG;

— da Câmara Municipal de Guarba — RS;

— da Câmara Municipal de Formigueiro — RS;

MANIFESTAÇÕES SOBRE A REFORMA FISCAL

— da Câmara Municipal de Alto Paraná — PR;

— da Câmara Municipal de Marília — SP;

— da Câmara Municipal de Votorantim — SP;

— da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

— da Associação dos Jornalistas Aposentados de São Paulo;

— do Governador do Estado do Paraná, Dr. Roberto Requião;

REFERENTE À REFORMA AGRÁRIA

— da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade — SP;

— do Padre Edmundo Tivo Ney;

— do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem-Terra — PR;

— do Sindicato dos Trabalhadores Rurais — PB;

— do Sindiupes — ES;

— do Deputado Beto Albuquerque — RS;
 — da Central Única dos Trabalhadores — ES;
 — da Sinttel — ES;
 — da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — PR;
 — da Pastoral Operária — ES;
 — do Sindicato dos Petroleiros — ES;
 — do Senhor Márcio Antônio Porto Carreira — MS;
 — da Central Única dos Trabalhadores — RJ;
 — do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal — RJ;
 — do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e afins de Niterói — RJ;
 — da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso;
 — do Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência — Goiânia — GO;
 — da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — Secretariado Regional Sul 2 — Curitiba — PR;
 — da CNBB — Regional Centro-Oeste — Goiânia — GO;
 — da Comissão Pastoral da Terra — Araguaia — TO;
 — da Comissão Pastoral da Terra — Goiânia — GO;
 — do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra — Curitiba — PR;
 — da Confederação Nacional da Agricultura — Brasília;

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 1992
 (Portuários)

— do Sindicato das Indústrias de Alimentação de Anápolis — GO;
 — da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul;
 — do Sindicato dos conferentes de Santos — SP;
 — do Sindicato Nacional da Indústria Forjaria — SP;
 — da Senhora Telma de Souza — São Paulo — SP;
 — da Associação Brasileira dos Terminais Portuários Privativos;
 — do Senhor José Souza — São Paulo — SP;
 — Associação Comercial de Minas — Belo Horizonte;
 — PMDB — Santos — SP;
 — Sindicato dos Trabalhadores as Indústrias Urbanas e Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão — SP;
 — Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários dos Portos do Estado do Rio de Janeiro;
 — Câmara Municipal de Santos — SP;
 — Prefeitura Municipal de Santos — SP;
 — Deputado Federal Maurici Mariano — SP;
 — Cooperativa Central Regional Ltda — Cascavel — PR;

REFERENTE A VETOS AO PLC Nº 27/92
 (ECT)

— da Câmara Municipal de Presidente Prudente — SP;
 — do Senhor Waldemar Pacheco — Governador Portela — RJ;
 — da Senhora Cacilda P. da Conceição — Miguel Pereira — RJ;
 — do Senhor Eloy Rudolfo Schutz — Porto Alegre — RS;
 — do Senhor Manoel Carlos Francisco Marcolino — RS;
 — da Senhora Judith Ramos Martins — RS;
 — da Senhora Maria Lúcia Martins — RS;
 — da Senhora Nilcéia de Souza Cruzick — RS;
 — do Senhor Lúcio Ferraz de Souza — RS;
 — do Senhor Gilberto de Azevedo Almeida — RS;

— do Senhor João Jorge da Costa Nogueira — RS;
 — do Senhor Geraldo Marino Machado — RS;
 — da Senhora Beatriz Soares Vollu — RS;
 — da Senhora Maria Terezinha Vollu — RS;
 — do Senhor Nilo Mendes Ribeiro — RS;
 — do Senhor David Morim — RS;

REFERENTE À EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 7/92
 (Redução do número de Vereadores)

— da Câmara Municipal de Marília — SP;
 — da Câmara Municipal de Rosário do Sul — RS;
 — da Câmara Municipal de Porto Lucena — RS;
 — da Câmara Municipal de Cândido Mota — SP;
 — da Câmara Municipal de Cascavel — PR;
 — da Câmara Municipal de Santa Maria — RS;
 — da Câmara Municipal de São João da Boa Vista — SP;

REFERENTE AOS APOSENTADOS

— do Senhor Humberto Girão — Rio de Janeiro — RJ;
 — da Câmara Municipal de Uberaba — MG;
 — da Câmara Municipal de Conquista — MG;

REFERENTE A IMPOSTOS SOBRE COMBUSTÍVEIS

— da Associação Brasileira de Empresas de Engenharia Ferroviária — Rio de Janeiro — RJ;
 — da Associação Brasileira da Indústria Ferroviária — São Paulo — SP;

MANIFESTAÇÕES REFERENTES À DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

— da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima;
 — da Senhora Maria Carla Volante — MT, encaminhando abaixo-assinado com trinta assinaturas;

MANIFESTAÇÕES REFERENTES A VETOS AO PLC Nº 11/92

— da AMATRA XII — SC;
 — do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região — CE;

SOBRE A ISONOMIA

— Associação dos Servidores da Sede do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia — Brasília — DF;
 — Sessenta e seis correspondências referentes à CPI do Caso PC;
 — Setenta e sete correspondência referentes ao Imposto Único.

LISTA Nº 5, DE 1992

Em, 8 de outubro de 1992.

Correspondências recebidas é respondidas pelo Senhor Presidente do Senado Federal:

Diversos:

— da Câmara Municipal de Jaguariúna — SP, encaminhando Requerimento nº 22/92, de autoria do Vereador Antônio Maurício Hossri;
 — da Câmara Municipal de Barretos: SP, encaminhando Requerimento nº 188/92, de autoria do Vereador Nelson Abdala;
 — da Câmara Municipal de Campinas — SP, encaminhando Moção nº 114/92, de autoria do Vereador Luciano Zica;

— da Câmara Municipal de Araguari — MG, encaminhando Requerimento nº 224/92, de autoria do Vereador Joaquim Farias de Godoi;

— do Movimento de Atingidos Por Barragens — SP, solicitando informações em relação ao orçamento da União;

MANIFESTAÇÕES REFERENTES À ISONOMIA

— do Sindifisco — PI;

— do Sindifisco — SP;

— dos Auditores Fiscais do Tesouro Nacional — BA;

MANIFESTAÇÕES REFERENTES AO SALÁRIO MÍNIMO PARA IDOSOS E DEFICIENTES FÍSICOS

— da Câmara Municipal de Alecrim — RS;

— da Câmara Municipal de Fagundes Varela — RS;

— da Câmara Municipal de Cerro Lago — RS;

MANIFESTAÇÕES REFERENTES AO IMPEACHMENT

— da Assembléia Legislativa de Minas Gerais — MG;

— da Câmara Municipal de Angra dos Reis — RJ;

da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão — MA;

MANIFESTAÇÕES REFERENTES AO PLC Nº 27/92 (ECT)

— da Câmara Municipal do Rio de Janeiro — RJ;

— da União dos Aposentáveis do Ex-DCT-SP;

— do Senhor Eloy Rudolfo Schutz — RS;

— Vinte correspondências referentes à CPI do caso PC;

— Oitenta correspondências referentes ao Imposto Único.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O Expediente lido vai à publicação.

A Presidência comunica ao Plenário que a Comissão Diretora, em reunião realizada no dia 22 de setembro último, aprovou os Requerimentos nºs 688, 689, 696, 697, 704 e 705, de 1992, de autoria dos Senadores Pedro Simon, João Rocha e Dirceu Carneiro, de informações aos Ministros que mencionam.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência recebeu o Ofício nº 1.898/92, de 7 do corrente, do Presidente do Banco Central, encaminhando documentos referentes ao Ofício nº S/35, de 1992, relativo a pleito da Prefeitura Municipal de São Paulo — SP.

O expediente será despachado à Comissão de Assuntos Econômicos, para ser anexado à referida matéria.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

GABINETE DO LÍDER DO PSDB

OF. PSDB/I/Nº 388/92

Brasília 13 de outubro de 1992

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado Osmário Pereira pelo Deputado UBALDO DANTAS como membro suplente, na Comissão Especial destinada a analisar a Medida Provisória nº 308 que “cria a Secretaria Nacional de Projetos Educacionais Especiais e dá outras providências”.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência manifestações de elevada estima e apreço. — Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Será feita a substituição solicitada.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, os oitenta anos de atividade vitoriosa e crescente de um jornal brasileiro nascido no Nordeste é feito que merece comemoração e registro nos Anais parlamentares. Refiro-me ao jornal *A Tarde*, da Bahia, que comemora o aniversário de sua fundação no dia 15 deste mês de outubro. Tendo sede em Salvador, fundou-o Simões Filho — Ernesto Simões da Silva Freitas Filho — que lhe transmitiu a organização, a energia, a bravura e a visão do futuro próprias de seu temperamento e de sua inteligência.

Tendo vocação, ao mesmo tempo, de jornalista e de político, não temeu envolver a folha por ele criada nos embates das lutas partidárias. Ao contrário, afrontando riscos, a ela imprimia o sulco de sua audaciosa trajetória pessoal. Ainda estudante de Direito teve oportunidade de ver e sentir, a contar de 1934, a presença entusiástica de Simões Filho e de seu jornal na Campanha Autonomista da Bahia. No dia da chegada de Octávio Mangabeira do primeiro exílio, Simões Filho aliou-se aos estudantes, a pé, descendo a Ladeira da Montanha, em Salvador, e na praça Cairu misturou-se ao povo, dobrando o entusiasmo da multidão. E *A Tarde* deu ao acontecimento notável repercussão. Assim o fez quanto a outros sucessos políticos, mesmo quando Simões não era diretamente parceiro no combate. Para fazê-lo vibrar e dar vibração à *A Tarde*, bastava que a sorte ou o interesse da Bahia estivessem em jogo.

Nessa orientação de defesa do bem coletivo, tornou o jornal sentinela de todas as causas que dissessem respeito à comunidade, ou a parte saliente dela, no plano da economia, da assistência social, de correção dos efeitos de calamidades, do desenvolvimento da cultura, quer no campo das letras como no das artes.

Com força de permanência, projetou essa sensibilidade ou esse modo de proceder a seus herdeiros e aos companheiros de trabalho, hoje dirigentes do grande jornal — Regina Simões de Melo Leitão e Renato Simões, Presidente e Superintendente, e Jorge Calmon e Cruz Rios, Diretor-Redator-Chefe e Redator-Secretário. E Vera Simões, revelando o mesmo pendor para a imprensa, colabora, de longe, com notícias da Europa.

Assim o jornal cresceu e penetrou na consciência popular. Toda gente o lê, ainda os divergentes de suas diretrizes. Dizia-se, em Salvador, nos momentos de maior agitação política, que havia quem o adquirisse e o carregasse discretamente, porém não deixava de informar-se nas suas páginas. Um dia, na década de 30, proibida a circulação da folha independente, um cronista traduziu a lamentação geral, em frase cheia de graça e propriedade: “as tardes de verão sem *A Tarde* são tardes incompletas”. Havia de ser natural, como foi e é, a relação entre esse jornal e a população, até porque Simões Filho, embora de muito aprumo no traje e no trato, tinha gestos impetuosos ou inesperados que o aproximavam da espontaneidade do homem do povo. Diante de uma greve de jornalheiros, entrou no automóvel, capota baixa, e saiu pelas ruas, com alguns colaboradores, a distribuir sua gazeta. Numa das últimas pelepas políticas de que participou, ao atravessar a rua Chile, então das mais elegantes e movimentadas de

Salvador, adversário conhecido bradou de uma janela: “morra Simões Filho”, e ele retrucou, com altivez cavalheiresca: “morra Simões Filho, mas viva a Bahia”.

O Jornal, que orientou e dirigiu enquanto viveu, refletiu sempre, e guarda a personalidade de seu instituidor: a tradição sem anacronismo, a renovação com equilíbrio, a bravura com inalterável compostura, o estímulo à cultura. A opinião dessa folha é considerada, e, de acordo com a circunstância, temida. Não exagera nem esconde, propositadamente, a verdade. Na luta, ferro em brasa. No apoio, comedimento. Não há governo que lhe tenha recebido aplauso incondicional. Restrições jamais teve, contudo, à defesa dos legítimos interesses da Bahia e do País, como, a exemplo, na pugna pela exploração do petróleo e na preservação do monopólio estatal, que a Petrobrás executa.

Mas, é certo, também, que assim cresceu o jornal pelo espírito liberal que lhe marcou a formação e o sustenta na atualidade. Nele trabalharam sempre profissionais de concepções ou filosofias contrastantes, do conservador Ranulfo de Oliveira ao progressista Heron de Alencar. Admitiu a colaboração mordaz de Silvio Valente — sob o pseudônimo de Pepino Longo — que, além de espalhar ironia na sociedade, não experimentou constrangimento em gracejar com o próprio jornal, na glosa de que “A Tarde sai de manhã”. Ainda neste ângulo, pois, A Tarde se harmoniza com a Bahia — que Gilberto Freyre reconheceu, na madureza, ser “mestra da arte de conciliação”, e “não só em política: também noutras atividades”.

Pode, portanto, o jornal triunfante coroar sua primeira página nestes dias de justa comemoração, como vem fazendo, com a locução de expressiva fidelidade à terra que o viu nascer e consolidar-se: “80 anos com a Bahia”.

É o registro que faço, por dever de justiça, como representante do Estado nesta Casa e recordando as lides iniciais de que participei, modestamente, ao lado do jornal indomável e de seu destemido fundador.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, as tribulações que os povos amargam constam agora de tábuas de classificação, pela segunda vez divulgadas desde 1985.

No dia 18 de maio último, o jornal O Estado de São Paulo revelava que “os brasileiros estão classificados entre os (altos) sofrendores do mundo, de acordo com o Índice de Sofrimento Humano Internacional, montado a partir de estatísticas de 141 países sobre qualidade e tempo médio de vida, liberdade política, taxa de inflação e distribuição de renda”.

De acordo com o periódico paulista, o índice foi tabulado pelo **Population Crisis Committee — PCC**, instituto norte-americano independente e sem fins lucrativos, de pesquisas populacionais, e refere-se a 99% da população mundial. Os fatores considerados foram: expectativa de vida, ingestão diária de calorias, acesso à água potável, imunização infantil, ensino secundário, renda *per capita*, taxa de inflação, tecnologia de comunicação, liberdade política e direito civil.

O estudo do Instituto demonstra, segundo as palavras de sua Vice-Presidente, Sharon L. Camp, que 3/4 da população mundial, aproximadamente 4 bilhões de pessoas, vivem em países onde o sofrimento é a regra, tendo-se notado aumento na distância entre ricos e pobres.

Considera-se sofrimento extremo aquele que está situado na tabela acima de 75 pontos, como o experimentado pelo Iêmen, Madagascar, Quênia e Burundi.

Moçambique, com 93 entre os 100 pontos máximos, classificou-se em primeiro lugar entre os países que apresentam maior sofrimento humano.

O Brasil, por seu turno, obteve 50 pontos, situando-se, ao lado do sultanato de Oman e das Filipinas, na fronteira entre as categorias de países que ostentam sofrimento humano alto e moderado.

Pela ordem, do oitavo ao primeiro lugar, os países classificados na categoria de sofrimento mínimo são os Estados Unidos — 5 pontos; Noruega e Austrália — 4 pontos; Canadá e Suíça — 3 pontos; Holanda e Bélgica — 2 pontos; Dinamarca — 1 ponto.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Os baixos índices de sofrimento apresentados por esses oito países e os 50 pontos do Brasil indicam a enorme distância que nos separam de nosso próprio desenvolvimento e da modernidade. Na verdade, a distância existente entre nós e os países que apresentam sofrimento mínimo é abissal, conforme no-lo mostram alguns indicadores econômicos: em 1990, enquanto a renda *per capita* anual era de apenas US\$ 2.550 no Brasil, atingia US\$ 30.270 na Suíça, US\$ 23.730 no Japão, US\$ 21.100 nos Estados Unidos e US\$ 20.510 na Dinamarca. No que diz respeito à taxa de inflação, a disparidade não era menos assombrosa: no período de outubro de 1990 a outubro de 1991, enquanto o índice da Dinamarca era de 2%, e o dos Estados Unidos, 6%, o brasileiro atingia o estratosférico patamar de 2.027%.

A deterioração do quadro social do País não é recente. Desde a década de 80 ela vem-se acentuando, marcada pela estagnação econômica, pela inflação crônica e crescente, pela pauperização do povo brasileiro e pela incapacidade governamental de implementar políticas para um novo modelo de desenvolvimento.

Chegamos à década de 90 com a maior crise de nossa história, conforme no-lo demonstram nossos indicadores sociais: aproximadamente 8 milhões de crianças, na faixa de 7 a 14 anos, estão fora da escola; na área de saúde, para uma população de 146 milhões de brasileiros, não existem mais que 10 milhões de beneficiários da rede oficial; há, no País, um déficit habitacional da ordem de 10 milhões de moradias; 12 milhões de moradores das áreas urbanas não têm acesso à água potável, e 59 milhões das mesmas pessoas residem em edificações desprovidas de rede geral de esgotos.

Com esses números, Srs. Senadores, não poderemos, a curto e médio prazos, sonhar com o Primeiro Mundo, pois não é possível qualquer incorporação à Terceira Revolução Industrial — é doloroso afirmá-lo —, enquanto a Nação estiver repleta de subnutridos, analfabetos, desassistidos e desposuídos.

O grande mal do Brasil é que nem sequer os seus problemas sociais básicos estão sendo enfrentados com eficácia, o que é muito grave, tendo em vista que esses problemas, como a fome e as doenças crônicas, estão marcando profundamente a população brasileira, agora, mas continuarão a afetar as futuras gerações, porquanto os efeitos sinistros daqueles males, uma vez instalados, tendem a perdurar por longo tempo.

Sem dúvida, a fome vem dizimando nosso povo.

A desnutrição dos brasileiros explica-se pelo baixo consumo de calorias, limitado à metade das 2.400 estabelecidas como padrão internacional pela Organização Mundial de Saúde.

de. No Brasil, existem atualmente 80 milhões de pessoas com déficit energético.

Em relação à quantidade, os brasileiros ingerem hoje menos 30% de alimentos do que em 1960. Nesses últimos 30 anos, houve, por exemplo, uma queda *per capita*, no consumo diário de feijão, de 150 para 26 gramas. Também o consumo de leite foi bastante reduzido. Em média, cada brasileiro consome hoje, por dia, apenas meio copo do produto.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que existe de mais terrível no Brasil é a miséria em que vivem nossas crianças e nossos jovens, sem dúvida uma ameaça a nosso próprio futuro.

Dados recentemente colhidos pelo IBGE através de pesquisa sobre a qualidade de vida no Brasil — o Estudo Nacional de Despesas Familiares — acusam a existência, na faixa dos sete anos de idade, de pelo menos cinco milhões de crianças brasileiras desnutridas.

Existem hoje no País nada menos que 11 milhões de meninos de rua.

Das crianças brasileiras que chegam aos bancos escolares, 14 bilhões são portadores do bócio endêmico, causado pela falta de iodo no organismo.

Não se esgotam aí, no entanto, Srs. Senadores, os males que atingem as jovens gerações de brasileiros, pois há, no País, 30 milhões de adolescentes que apresentam grave carência alimentar. Isso faz com que pelo menos um quinto dos jovens, na faixa etária compreendida entre 20 e 25 anos, sejam considerados nanicos.

Esses não são números estimados, Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma vez que se fundamentam em mensurações objetivas, efetuadas através de criteriosas pesquisas, como a realizada em 1985 no Rio de Janeiro.

Naquele ano, foi estudado um universo de mais de 15 mil estudantes do Grande Rio, com o propósito de, com base nos padrões estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde, comparar nossos adolescentes de classe média com os adolescentes americanos.

Os resultados da pesquisa demonstraram que 34% dos estudantes estavam seis centímetros mais baixos que os americanos, e que 27,5% dos brasileiros eram nove quilos mais magros. O estudo evidenciou também que a desnutrição dos jovens fluminenses era três vezes maior que os padrões admitidos pela Organização Mundial de Saúde, sendo ela o principal fator da baixa estatura da população examinada.

Em outra pesquisa recente, as Forças Armadas brasileiras constatarem que metade da população masculina brasileira situada na faixa dos 18 anos sofre de deficiências físicas provenientes da subalimentação.

Não bastassem esses, há ainda outros dados, como os publicados recentemente pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

Sob o título "Mudanças de perfil", aquele periódico, em sua edição de 18 de maio último, divulgou algumas informações coletadas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância — UNICEF, que confirmam minhas considerações a respeito da dolorosa realidade das jovens gerações brasileiras.

"Em outubro do ano passado", declara o periódico paulista, "o IBGE informou que mais da metade — exatos 50,5% — dos 59 milhões de crianças e adolescentes brasileiros viviam em famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo. A famosa linha de "pobreza absoluta", caracterizada pelo ganho *per capita* de até um quarto de mínimo, alcançava 27,4% do que se define como infância brasileira. Agora, com

apoio de organismos internacionais, esses números estão completos: o Brasil é recordista em mortalidade infantil, com 60 óbitos em cada mil nascimentos, com 15% de suas crianças oficialmente reconhecidas como vítimas de desnutrição crônica".

Segundo *O Estado de São Paulo*, "estes últimos dados retiram da miséria a sua feição meramente econômica, estatística, definindo outros contornos: aos 14 anos, o adolescente brasileiro tem 12 cm menos que o menino norte-americano médio! Despertam também tristeza — ou seria indignação? — pela confirmação de que países muito mais pobres do que o Brasil — Costa Rica, por exemplo — ostentam índices de mortalidade infantil muito menores. Com isso se chega à inevitável conclusão: a miséria social no Brasil tem responsáveis definidos que não começam na mera ausência de recursos. A esse respeito, o UNICEF afirma que no Nordeste (onde a mortalidade infantil chega a 106 óbitos por mil), as verbas sociais nem sequer chegam aos necessitados".

A propósito do mal uso das verbas sociais no Nordeste, o jornal paulista indaga: "Não é por isso que Alagoas é o nosso campeão em pobreza, desnutrição, falta de saneamento e mortalidade infantil?"

A respeito, porém, da utilização dos recursos públicos, *O Estado de São Paulo* afirma que nem tudo está perdido no Brasil, encerrando a reportagem com essa esclarecedora indagação, que coloca em destaque precisamente um outro Estado nordestino, igualmente um dos mais pobres: "(...) o Ceará não foi citado pelo UNICEF como exemplo internacional de eficiência na redução de mortalidade e de oferecimento de melhores condições de vida para suas crianças?"

De fato, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a publicação do UNICEF sobre as crianças, o relatório "Situação Mundial da Infância — 1992", há poucos dias divulgado, confere grande destaque ao Estado do Ceará.

O documento, que, como se sabe, tem grande circulação em todos os países, dedicou uma seção especial, do capítulo denominado "Investindo em necessidades humanas", ao Estado nordestino.

O destaque do UNICEF intitula-se "Ceará: mostrando o que pode ser feito", e expõe, com muita propriedade, as realizações de um Governo eficiente de um Estado pobre.

Eis alguns trechos do relatório, que demonstram a competência da administração pública cearense em importante programa social, o de atendimento às crianças carentes:

O Ceará não é um país. Mas, com 6 milhões de habitantes, é mais populoso que Honduras ou Nicarágua, El Salvador ou Costa Rica, Dinamarca ou Noruega.

"De 1986 a 1989, o Ceará reduziu em um terço sua taxa de mortalidade infantil, cortou em um terço o número de mortes causadas por doenças diarreicas, elevou em até 40% seus níveis de imunização e reduziu em um terço as taxas de desnutrição infantil. Este Estado pobre, situado na região Nordeste do Brasil, mostrou ao mundo que o conjunto de metas de saúde para a criança estabelecido para o ano 2000 pode ser atingido.

"O Ceará" — enfatiza o relatório — "não apresenta nenhuma vantagem especial. Quase dois terços de sua população vivem abaixo da linha de pobreza. Mas apresenta uma forte vantagem essencial para melhorar a vida das crianças: seus líderes estão política e pessoalmente envolvidos nessa tarefa. Nos países onde existe esse compromisso, há, atualmente, meios para revolucionar o setor de saúde infantil a custos viáveis".

Após essas considerações, o relatório do UNICEF passa a descrever as ações que foram desenvolvidas em favor das crianças cearenses, as quais transcrevo a seguir com o intuito de estimular sua adoção em outras partes do País:

"Em primeiro lugar, foram realizadas pesquisas que apontaram a 'situação das crianças do Ceará', revelando que as principais causas das mortes infantis eram as doenças diarreicas e a pneumonia, e que 28% das crianças estavam desnutridas. Mais da metade das crianças que morreram jamais tinha sido assistida por um agente de saúde.

"Em seguida, criou-se um sistema para acompanhar as modificações, de modo a medir o progresso e a dirigir os recursos para as áreas mais necessitadas.

"Permitir que as informações básicas sobre saúde alcançassem todas as famílias — como a importância do aleitamento materno, a necessidade de imunização, e como prevenir e tratar doenças — era uma prioridade óbvia. Mas, como em muitas outras partes do mundo, os serviços de saúde não tinham meios de alcançar sistematicamente 6 milhões de pessoas. O Governo estadual decidiu, então, recorrer à Igreja, às organizações não-governamentais, aos meios de comunicação de massa, à comunidade empresarial (...) e à Sociedade de Pediatria do Ceará. O envolvimento da Igreja Católica foi fundamental, com milhares de voluntários alcançando centenas de milhares de pessoas nas áreas mais pobres do Estado.

"A seca de 1987, no início um retrocesso, foi transformada em vantagem. Em vez de utilizar o programa usual de empregos de emergência, o governo abriu 6.000 frentes de trabalho para mulheres pobres, que seriam treinadas como agentes comunitárias de saúde. Após a seca, 1.700 das mulheres que apresentaram melhor desempenho foram submetidas a novo treinamento. O número de mulheres no programa aumentou para 2.900, cada uma delas atendendo cerca de 100 famílias".

Ao avaliar os resultados do programa implementado no Estado, malgrado afirmar que a vida das crianças no Ceará não é perfeita, UNICEF faz as seguintes considerações: "Apesar da recessão e da seca, o Ceará colocou em prática o princípio da 'prioridade absoluta para a criança'. Não permitiu que os membros mais jovens e mais vulneráveis de sua população sofressem o impacto das adversidades. Ao contrário, deu maior proteção ao crescimento físico e mental daqueles que fazem parte dessa geração em desenvolvimento".

No relatório do UNICEF afirma-se que "o governo brasileiro planeja, agora, empregar 45.000 agentes de saúde para ampliar o sistema para os nove Estados do Nordeste". Sem dúvida, Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse propósito do Governo Federal é o melhor atestado, em relação ao Governo do Ceará, quanto à boa aplicação dos recursos públicos realizada naquele Estado.

Infelizmente, no âmbito da administração pública federal, a realidade é bem diversa, predominando, nela, a má aplicação dos recursos destinados à área social, o que não constitui nenhuma novidade para os brasileiros, principalmente nestes tempos de fraudes e corrupção generalizadas.

A questão da má aplicação das verbas públicas está preocupando até mesmo organismos internacionais, como o Banco Mundial, instituição que, como o UNICEF, é ligada à Organização das Nações Unidas.

Segundo a avaliação do Banco, que, recentemente, analisou 20 países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, nosso País ocupa o 18º lugar entre os de pior distribuição de renda. A concentração de riquezas em pequeno percentual da popu-

lação somente é maior do que a constatada no Brasil em dois países: em Honduras, na América Central, e Serra Leoa, na África.

No Brasil, conforme a mesma análise do Banco Mundial, 41% das pessoas vivem em estado de extrema pobreza. Delas, apenas 20% são beneficiadas por programas sociais.

Esses dados, Sr. Presidente, Srs. Senadores, evidenciam, sobretudo, a má distribuição dos recursos públicos em nosso País, além de revelarem descompasso entre a economia brasileira, uma das maiores do mundo, e a situação social da população, que se apresenta abaixo da média de países com economias menos desenvolvidas.

De acordo com a pesquisa do Banco Mundial, o atraso no desenvolvimento brasileiro pode ser atribuído à forma inadequada de o Governo investir os recursos na área social, principalmente nos programas de saúde e educação.

No Brasil, as despesas realizadas nos programas sociais são percentualmente superiores às dos demais países analisados. O volume de recursos que gastamos em programas sociais é superior a US\$ 27 bilhões, ou 10% do Produto Interno Bruto. No entanto, em comparação com outros países em desenvolvimento, que despendem o mesmo volume de recursos na área social, conseguimos piores resultados.

Os investimentos, aqui, não são realizados nas áreas prioritárias, denuncia a pesquisa do Banco Mundial. No Brasil, grande parte dos gastos, na área da saúde, é feita com hospitais de alto custo, e, na área da educação, com o ensino universitário. Contemplam-se, assim, as classes de renda alta e média.

Uma das aberrações na distribuição das verbas sociais é o descaso com o ensino público básico. A desatenção para com esse nível da educação faz com que as crianças brasileiras tenham, em média, somente quatro anos de escolaridade, o mais baixo índice de atendimento educacional na América Latina, excetuada a Bolívia. Esses quatro anos representam apenas metade do nível de atendimento da Coreia do Sul.

Exemplo bastante atual de projeto na área educacional, que poderá redundar em fracasso, portanto, em desperdício, é o Projeto Minha Gente, em cujo âmbito está prevista a implantação das unidades físicas denominadas Centros Integrados de Apoio à Criança — CIAC.

O projeto é megalomaniaco, porque estima a construção de cinco mil unidades, número absurdo para um País que está com as finanças arrasadas. É autoritário, porque não considera as necessidades dos Estados e Municípios. É, ademais, pouco sério, porque tem-se prestado mais a favorecer negociações políticas entre o Governo Federal e alguns Governadores do que, propriamente, a considerar necessidades impostas por uma política educacional global, por exigências de planejamento ou por critérios de racionalidade administrativa.

Grande desperdício de verbas vem ocorrendo também, lamentavelmente, nos programas de alimentação das populações carentes.

Isso é, aliás, o que denuncia reportagem publicada no *Jornal do Brasil*, de 23 de junho do ano findo, sob o título "Governo desperdiça verbas e falha no combate à fome".

Segundo Cléber Praxedes e Ricardo Leopoldo, autores da reportagem, "o governo gasta todos os anos aproximadamente US\$ 4 bilhões para atacar um dos mais crônicos problemas da Nação: a fome".

"Nos últimos cinco anos, apesar da aplicação dessa verba em quatro programas voltados para seu combate, o número

de crianças desnutridas no País entre 0 e 5 anos vem crescendo, por culpa do agravamento da má distribuição de renda nacional", constataam os autores da reportagem.

Fazendo referência à ilustre Deputada Márcia Cibilis Viana, relatora da CPI da Fome, instituída pela Câmara dos Deputados, os dois repórteres destacam a existência de grave problema político no Brasil, "pois verbas existem, mas a comida não aparece na mesa do público mais carente".

Essa consideração resume bem o que todos os brasileiros já sabemos sobre os programas sociais desenvolvidos pelo Governo: seus resultados são péssimos.

As falhas dos programas de alimentação podem ser notadas pelo índice de calorias ingeridas por seus beneficiários, que, via de regra, não atinge os valores mínimos de nutrição estabelecidos pela ONU.

Na verdade, há uma cadeia de ineficiências nesses programas, desde a falta de um planejamento agrícola mais amplo, que compreenda a produção de alimentos básicos, até a sua distribuição às populações carentes, passando-se pela habitual ausência de coordenação entre os vários programas de suplementação alimentar.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando nos deparamos com tantos e gigantescos problemas, como os que já foram enumerados, parece-nos não haver solução para os males brasileiros.

No entanto, isso não é verdadeiro, se levarmos em consideração — reafirmo este ponto com muita alegria — os excelentes resultados que têm sido obtidos pelos dois últimos governos do Ceará, um Estado pobre, em que a boa aplicação dos recursos públicos pode servir de modelo para todo o País, seja no âmbito federal, seja no âmbito estadual ou municipal.

Naquele Estado, a reviravolta política iniciou-se em 1986, com a ascensão ao poder do jovem Governador Tasso Jereissati, cuja eleição para o Governo estadual significou duro golpe no coronelismo e nos privilégios seculares auferidos pelas forças conservadoras, em virtude de sua eterna presença, até então, na administração pública estadual.

O processo de mudanças conduzido pelo Dr. Tasso Jereissati atingiu profundamente os usos e costumes administrativos no Ceará. Ele reduziu, no início de seu governo, o número total dos funcionários estaduais, de 147 mil para 108 mil, afastando aqueles que não trabalhavam e proibindo as acumulações ilícitas de cargo. Extinguiu órgãos. Impôs um trabalho sério e planejado. Foi rigoroso contra a corrupção. Saneou as finanças públicas do Estado e recuperou o Banco do Estado do Ceará, falido e sob intervenção federal. Além disso, iniciou o processo de racionalização da administração pública: o Ceará é hoje um Estado onde os gastos com pessoal não ultrapassam 65% do valor de suas receitas, enquanto, no início do governo, atingiam 140%. E destaque-se ainda: durante o Governo do Dr. Tasso, o Estado passou, na área orçamentária, por profundo processo de ajustamento, baseado na condução de severa política fiscal, com forte redução dos dispêndios e de elevação da receita tributária, além de bem-sucedida estratégia de redução e reestruturação da dívida pública.

O Dr. Tasso realizou um governo exemplar sob todos os aspectos. Foi coerente com suas promessas de campanha, não se dobrou ao clientelismo, e inaugurou, no Estado, a salutar prática da continuidade administrativa, tendo entregue o poder ao seu sucessor; o Governador Ciro Gomes, em circunstâncias modelares: com a folha de pagamentos do Estado em dia, o Banco do Estado financeiramente saneado e 25% da receita estadual disponível para investimentos.

Em razão desses feitos notáveis, o Dr. Tasso Jereissati foi apontado por uma pesquisa nacional, realizada no último ano de sua administração, como o governador mais popular do Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, os excelentes resultados conseguidos pela nova geração de governadores do Ceará, constituída pelos Drs. Tasso Jereissati e Ciro Gomes, decorrem de fórmula bastante simples, por eles adotada à frente do Governo: administrar os recursos públicos com o mesmo profissionalismo com que se gerencia uma empresa privada, sem perder de vista a relação custo-benefício com o número de servidores. Essa fórmula e os resultados dela advindos não estão sendo proclamados apenas no Brasil, mas também no exterior. E não apenas pelo relatório do UNICEF sobre a "Situação Mundial da Infância — 1992" — anteriormente citado, mas também pela imprensa do Primeiro Mundo, que tem dirigido louvores à administração cearense. Há pouco, a revista inglesa *The Economist* e o jornal norte-americano *The Washington Post* afirmaram, em extensas reportagens, que as mudanças ocorridas no Ceará representam uma lição para a América Latina.

A eficiência alcançada pela administração pública cearense foi alvo também de grande reconhecimento por parte de diplomatas do Departamento de Estado americano, de assessores do Congresso dos Estados Unidos e de políticos latino-americanos, durante conferência recentemente realizada em Washington, na qual o Governador Ciro Gomes foi tratado como líder de um novo modelo de administração para regiões pobres do Terceiro Mundo.

Além disso, o Ceará foi considerado pelo exigente Banco Mundial um caso especial modelar de Estado financeiramente sadio, o que soa mesmo como verdadeiro milagre, considerada a combalida economia brasileira.

O que mais causa entusiasmo na atuação dos dois últimos Governos do Ceará, Srs. Senadores, é a simplicidade das soluções por eles adotadas.

A propósito do destaque conferido ao Ceará no Relatório "A situação da infância — 1992", o *Jornal da Tarde*, edição de 24 de dezembro último, foi capaz de atingir, de forma muito apropriada, a essência do sucesso do Governo cearense. Eis suas considerações a respeito:

"Vindos de um órgão insuspeito por sua independência e respeitado pela sua seriedade, esses elogios representam o reconhecimento mundial da gestão do ex-governador Tasso Jereissati, que dirigiu o Ceará no período avaliado pela UNICEF. E o que o levou a essa consagração não foi a elaboração de qualquer plano mirabolante, mas um programa realista e sensato de governo, todo ele voltado a resgatar as funções básicas do setor público em matéria de serviços essenciais. Do mesmo modo como alcançou imenso sucesso no plano financeiro, ao cortar despesas supérfluas, enxugar gastos com funcionalismo e racionalizar a máquina administrativa, valorizando o dinheiro do contribuinte, no plano social o ex-governador obteve excelentes resultados com uma estratégia bastante simples: obrigar cada secretaria de Estado a dar prioridade a suas atividades-fim, a engavetar planos fantasiosos e a reduzir ao mínimo as despesas com atividades-meio".

O Programa de Agentes de Saúde, em desenvolvimento no Estado do Ceará, é um belo exemplo de como ações simples e bem administradas podem redundar em resultados eficazes.

Como pondera o Dr. Lúcio Alcântara, Secretário de Saúde do Ceará, pode-se afirmar, sem exagero, que tudo se torna possível quando há decisão política para a realização de determi-

nados programas de alcance popular, inclusive com relação a problemas sociais. Pois bem, a implantação do Programa pelo Governo do Dr. Tasso se fez mediante firme decisão política e ampla visão administrativa.

Tudo se torna mais eficaz também quando as prioridades são mantidas, independentemente da alternância das pessoas no governo.

Nesse aspecto, o Ceará vem dando magnífica lição ao País. O Governo do Dr. Ciro Gomes não só está mantendo o Programa de Agentes de Saúde, iniciado na gestão de seu antecessor, mas lhe conferiu a devida prioridade e o ampliou de forma adequada.

De forma resumida, o Programa pode ser descrito como um conjunto de ações voltadas para o atendimento às pequenas comunidades, nos distritos, nas vilas e nos povoados, onde, freqüentemente, não existe, ao menos de maneira constante, nenhum tipo de assistência médica prestada por profissionais de nível superior ou médio.

Para suprir a ausência desses profissionais, são recrutadas pessoas no local, que, depois de treinadas na própria comunidade, passam a exercer as funções de agente de saúde. A essas pessoas competem tarefas simples — muito eficazes, porém —, nos setores de educação sanitária, pequenos socorros, acompanhamento da gestação, aleitamento materno, encaminhamento de pacientes e orientação sobre doenças comuns, aquelas que, por não serem combatidas a tempo, acabam se tornando as grandes responsáveis pelas altas taxas de mortalidade infantil.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, os bons resultados desse Programa se expressam em cifras elevadas: graças a ele, no período de 1986 a 1989 — repito —, houve, no Ceará, redução de um terço da mortalidade infantil, resultado, por sua vez, do aumento em 40% da taxa de imunização; queda de 51% na mortalidade infantil por diarreia e redução de 33% na desnutrição.

Por seu turno, todos esses resultados só foram possíveis porque o Governo do Dr. Tasso Jereissati equilibrou as contas estaduais, fato que lhe permitiu o investimento de cerca de Cr\$ 22 bilhões por mês, dos quais boa parcela em programas sociais.

No Governo de Ciro Gomes, os programas sociais, graças ao saneamento das finanças públicas, puderam ser ampliados. Assim, desde o início do atual Governo, a Secretaria de Ação Social do Ceará tem aberto, em média, 26,4 creches por mês, em convênio com entidades comunitárias e de bairros. Até o final de seu mandato, o Governador deverá instalar um mínimo de 600 creches.

Também os meninos de rua de Fortaleza estão sendo alvos de eficiente atendimento através do Centro Integrado de Educação e Trabalho, que oferece à sua clientela alimentação e cursos profissionalizantes.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, todos esses dados a respeito da ação do Governo cearense são parciais. Completo-os, porém, recorrendo a artigo publicado na *Gazeta Mercantil*, de 18 de setembro de 1991, de autoria do Mestre em Economia e funcionário do CORECON-DF, José Nelson Bessa Maia.

No artigo, intitulado "A gestão equilibrada dos escassos recursos públicos do Ceará", entre tantos outros aspectos, o economista destaca os pontos que transcrevo a seguir, tendo em mente o propósito de conhecermos os juízos emitidos por técnico de alto nível sobre a economia cearense. Eis a avaliação feita pelo Dr. Bessa Maia:

"Simultaneamente ao corte dos gastos públicos, o Governo envidou esforços no sentido de reativar os investimentos, então estagnados desde o início da década de 80. Assim, as dotações para execução de obras e a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente expandiram-se enormemente, tendo acréscimos reais de 47%, 144% e 105%, respectivamente, nos anos de 1987, 1988 e 1990. Os dados disponíveis indicam que, a nível setorial, os investimentos e os gastos públicos foram canalizados prioritariamente para a agricultura; indústria e comércio; energia e recursos naturais; saúde pública e saneamento básico. Com a recuperação da capacidade de investir do Estado e os estímulos fiscais e financeiros oferecidos ao setor privado, em especial às pequenas e médias empresas, a economia cearense reagiu positivamente, tendo crescido 11,55% em 1988 (contra 0,0% para o Brasil); 3,7% em 1989 (contra 3,6% para o Brasil) e 0,2% em 1990, comparado a uma retração de 4% verificada para o País como um todo."

"Os dados referentes à execução financeira do Estado no primeiro semestre de 1991 sugerem não apenas a continuidade, porém o aprofundamento do processo de ajustamento fiscal iniciado em 1987, tendo persistido o declínio do número de servidores, o corte de cargos comissionados e a redução do comprometimento da arrecadação estadual com os gastos de pessoal para níveis inferiores à meta constitucional(...)."

"Evidentemente, a avaliação global da ação não se restringe apenas aos indicadores de gestão financeira e das contas macroeconômicas do Estado, devendo abranger também os indicadores sociais de bem-estar da população. Não obstante, cabe reconhecer que a gestão equilibrada dos escassos recursos públicos constitui o pré-requisito básico para atingir-se, em uma fase posterior, uma administração governamental não apenas eficiente quanto aos meios mas eficaz quanto aos fins. Nesse caso, a qualificação *showcase* dada pela direção do severo Banco Mundial à experiência recente do Estado do Ceará parece ser plenamente adequada".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao encerrar este pronunciamento, deixo à abalizada avaliação de V. Ex.^a as considerações que tomei emprestadas ao Dr. Bessa Maia, indagando-lhes se a obra realizada no Ceará a um só tempo extraordinária é simples — não poderia inspirar a conduta do Governo Federal, desde, é claro, estivesse este disposto a lutar pelo bem comum e manifestasse vontade política de trabalhar em prol da Nação brasileira.

O êxito alcançado pelos últimos Governos do Ceará, em seus programas econômicos e sociais, bem poderia ser estendido já a todo o Brasil!

De minha parte, Srs. Senadores, tenho a dizer-lhes, finalmente, que o exemplo do Ceará ainda me faz ter esperanças na solução dos graves problemas econômicos e sociais brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Márcio Lacerda.

SR. MÁRCIO LACERDA (PMDB-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Código de Defesa do Consumidor, nascido de disposição cogente lançada no artigo 48 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal e consubstanciada pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, entrou em vigor em março de 1991 e trouxe profundas modificações à ordem jurídica nacional, estabelecendo um conjunto sistemático de nor-

mas referentes à relação de consumo. Declara expressamente o artigo 1º que o aludido diploma fixa “Normas de proteção e defesa do consumidor”, acrescentando serem tais normas “de ordem pública e interesse social”. Além disso, acrescenta-se que a Constituição Federal de 1988 elevou a defesa do consumidor à esfera constitucional do nosso ordenamento, incluindo-a entre os direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º, inciso XXXII); erigiu-a ainda à categoria de “princípio geral da atividade econômica” (art. 170, inciso V), emparelhando-a com princípios basilares para o modelo político-econômico brasileiro.

Nos primeiros meses de sua vigência, assistimos a um intenso empenho governamental no sentido de conferir a essa legislação condições de coibir a situação de “hipossuficiência e vulnerabilidade” em que se achava o consumidor nacional. Foram criadas no Ministério da Justiça duas comissões permanentes de proteção ao consumidor: uma — Interministerial — com a função de sistematizar todas as normas esparsas sobre consumidor, ajustando-as ao Código; a segunda comissão — Consultiva — composta de *experts* em direito do consumidor, com a função de aconselhar a Comissão Interministerial. Observamos, na mesma época, a divulgação dos trabalhos desempenhados por vários órgãos responsáveis pela defesa do consumidor, especialmente pelo Departamento Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor, Secretaria Nacional de Defesa Econômica, Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, SUNAB, Procons, Delegacias do Consumidor, Juizados Especiais de Pequenas Causas etc.

Após dois anos da promulgação da lei, somos obrigado a reconhecer que a excitação inicial cedeu lugar a um marasmo incompreensível. Veja-se, por exemplo, a falta de regulamentação da lei que dispõe sobre a proteção do consumidor. Em junho do ano passado — portanto, após três meses de vigência da lei — constou de vários periódicos a promessa de regulamentação. Em outubro, tomamos conhecimento de que, além do projeto de regulamentação elaborado pelo Departamento Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor — DNDC, o Procon de São Paulo estava trabalhando num anteprojeto de regulamentação do Código, com vistas a ser aplicado no Estado de São Paulo. Na ocasião, informou-se que as duas propostas divergiam quanto à definição de competência dos três níveis de Governo — União, Estados e Municípios — e quanto à autoridade responsável por aplicar sanções. Novamente, em março do corrente ano, noticiou-se que o decreto já estaria nas mãos do Presidente Collor. Nesta ocasião, o Secretário Nacional de Direito Econômico, Salomão Rotenberg, opinava que o Código independia de ampla regulamentação para ser executado, razão por que o decreto presidencial dispensaria minúcias. Assegurava, ainda, que o regulamento constaria de três capítulos (um, disciplinando os autos de infração, outro, prevendo os métodos para a aplicação de sanções administrativas e um terceiro, regulamentando os recursos à Justiça) e que até mesmo associações de moradores, sindicatos, igrejas, órgãos de classe e clubes de serviços poderiam atuar em defesa dos consumidores. Por fim, esclarecia que o Ministério da Justiça pretendia também apoiar a criação de Procon nos mais distantes Municípios do País e que já estavam sendo elaboradas cartilhas ensinando não só a fundar um Procon, como também a atender clientes lesados e a divulgar o conteúdo do Código.

O fato é que o Código deixou de ser regulamentado pelo Presidente Collor, acarretando complicadores para cumprimento, por exemplo, do seu artigo 5º pelo próprio poder

público. Estabelece o referido artigo que ao poder público caberia manter assistência jurídica integral e gratuita para o consumidor carente; instituir Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, no âmbito do Ministério Público; criar delegacias de polícia especializadas no atendimento de consumidores vítimas de infrações penais de consumo; criar Juizados Especiais de Pequenas Causas (instituídos pela Lei nº 7.244, de 7 de novembro de 1984) e Varas Especializadas para a solução de litígios de consumo; e finalmente é mais importante: conceder estímulos à criação e desenvolvimento das Associações de Defesa do Consumidor. Aqui cabem algumas observações.

Em primeiro lugar, verificamos que se deixou de criar Juizados Especiais de Pequenas Causas em todos os Estados, em especial naqueles em que a defesa de consumidores desprotegidos se fazia mais necessária.

Segundo, é de nosso conhecimento que, com a “reforma administrativa” no Governo Collor, houve uma desestruturação do aparato administrativo e fiscalizador da Defesa do Consumidor. Houve carência de recursos não só financeiros mas também humanos, representando verdadeiro óbice à Política Nacional das Relações de Consumo, pretendida pelo mesmo artigo 5º do Código.

Ocorre-nos, finalmente, que deixaram de ser feitos repasses financeiros decorrentes de aplicações de multas e de outras fontes para incentivar a formação de entidades não-governamentais de defesa do consumidor. Devemos observar que a não-observância do inciso IX do art. 106 do Código compromete a eficácia de toda a legislação, uma vez que o incentivo à formação dessas entidades é um dos pressupostos da elaboração do Código, cabendo ao Departamento Nacional de Defesa do Consumidor a sua viabilização.

Parece-nos, entretanto, que o fator mais ponderável para a não-regulamentação foi a ausência de vontade política por parte do Governo Collor de conferir condições operacionais às exigências do Código, numa atitude que podemos considerar de autodefesa.

De fato, é preciso reconhecer, preliminarmente, que até hoje não foi efetivado o disposto no § 3º do art. 37 da Constituição Federal, *verbis*: “As reclamações relativas à prestação de serviços públicos serão disciplinadas em lei”.

Outro fator impeditivo da falta de regulamentação é a resistência de setores do governo (Federal, Estaduais e Municipais) à divulgação e ao cumprimento da lei. Conforme costumava dizer o Deputado Geraldo Alckmin Filho, “o Governo, como qualquer outro prestador de serviços, está sujeito ao que dispõe o Código. Não é fácil uma autoridade se resolver a ensinar o usuário a se defender, por exemplo, contra abusos no reajuste de tarifas públicas ou contra maus serviços prestados por hospitais, escolas e repartições públicas”. Para o nobre Deputado, há casos em que chega a ser heróica a decisão de órgãos sob administração estadual, como o Procon, de acionar empresas estaduais de telefonia, de transportes ou outro serviço público.

De fato, o próprio Estado contribui decisivamente para o desrespeito aos direitos de cidadania, ao tratar, do modo mais indigno possível, os usuários dos serviços públicos. Causa-nos revolta ver as filas quilométricas às portas de agências estatais em busca de atendimento a interesses deferidos aos cidadãos por força de lei.

Veja-se, ainda, por exemplo, no que concerne à cobrança de dívidas, o que dispõe o parágrafo único do art. 42 do Código. O consumidor que sofrer cobrança indevida tem direi-

to de receber em dobro o que lhe for cobrado a mais, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo em hipótese de ter havido engano justificável. Ora, as contas mais difíceis, em relação às quais se pretenda comprovar uma cobrança indevida, são exatamente as de água, luz, gás e telefone. Têm-se verificado muitas situações em que o Governo é mau prestador de serviços, e se omite quando o concessionário de serviços públicos é responsável pela má prestação de serviços.

Outro dado importante é que o Governo Federal pelo menos se achou desautorizado para regulamentar a referida legislação, eis que apenas no Governo Collor se deixou de observar inúmeros princípios mínimos de cidadania e de respeito ao patrimônio individual. No que tange às pessoas físicas, o Governo Collor inconstitucionalmente decretou o bloqueio dos cruzados, omitiu o reajuste de 84,32% para as poupanças referentes a março de 1990 e provocou uma perda salarial do mesmo montante referente à inflação de março de 1990. Quanto às pessoas jurídicas, grandes são as disputas judiciais sobre o Finsocial, o PIS, a Contribuição Social, a correção dos balanços, o imposto sobre lucro líquido para remessas ao exterior e o recolhimento antecipado de impostos federais (MP 297), entre outras.

O País ainda está a reclamar uma verdadeira estrutura administrativa de defesa do consumidor. Tal órgão precisa ser dotado de poder coercitivo, devendo atuar com desembaraço e sem burocracia, possibilitando que não só o consumidor esclarecido dos grandes centros lhe tenha acesso. De fato, o Juizado Especial de Pequenas Causas ainda é muito complicado para o brasileiro comum, o qual fica muito constrangido quando toma conhecimento de que precisa comparecer diante do juiz para audiência dentro de determinado prazo. Nos países desenvolvidos, as reclamações dos consumidores lesados são feitas por telefone ou com o mínimo de exigências para o denunciante, com eficácia comprovada. Imaginamos que tal órgão deveria ser um "Procon modificado". A União precisaria levar em conta as dificuldades regionais e ser executora nas localidades em que o governo local não tivesse condições materiais para implementar seu sistema de defesa do consumidor.

Como todos sabemos, a SUNAB parece restrita a fiscalizar congelamento de preços. Fora dessas situações de exceção, esse órgão perde seu glamour e cai no ostracismo. Faz-se necessário, portanto, de imediato, um planejamento capaz de redirecionar as atividades de fiscalização e de atendimento das reclamações, evitando-se a superposição de funções na esfera administrativa do serviço público.

O primeiro passo já foi dado. O Código de Defesa do Consumidor "pegou" como se diz. Muitos dos seus 119 artigos "pegaram" e os coordenadores dos órgãos de defesa avaliam que as empresas estão respeitando mais os consumidores e a população vem tomando consciência de seus direitos. A maioria das reclamações que têm chegado aos órgãos está sendo resolvida de forma satisfatória na esfera administrativa. O problema é que apenas os grandes centros contam com uma prestação regular de defesa do consumidor. O conceito de cidadania brasileira está bem a merecer maior atenção aos ermos e aos grotões, aos pampas e ao sertão. No seu curto e sereno discurso de posse, o Presidente Itamar Franco referiu-se à urgente necessidade de estender os "bens da civilização e da cultura" a todo o povo brasileiro. Esse desiderato, como se vê, acha-se em perfeita sintonia com o que estamos pleiteando através deste singelo artigo.

Resta, entretanto, algo que vem impedindo a efetiva aplicação do Código: a sua regulamentação, que não deve mais ser adiada. As sanções penais já estão previstas nos próprios artigos do Código e estão a cargo do Judiciário, porém, as sanções administrativas dependem de regulamentação. Ou seja, o Código diz que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços, cabendo-lhes aplicar as sanções administrativas, nas suas respectivas áreas de atuação (art. 55 e parágrafos). Resta saber, pois, que órgãos aplicarão as penas previstas no Código e a que órgão cabe recurso, na eventualidade de excesso de exação na defesa do consumidor.

Estamos certo de que o Governo que ora se instala haverá de levar a cabo a importante missão de dar ao País condições de figurar entre os mais desenvolvidos do mundo, no que tange à defesa do consumidor.

SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, há pouco, trouxe eu a esta Casa um alerta com respeito a uma injustiça e uma desatenção à Lei Orçamentária, que se poderia praticar, contra o Nordeste, na proposta orçamentária, ora em tramitação em nossa Comissão Mista de Orçamento.

Na ocasião, me referi a uma grave ponderação que o Governo de Pernambuco, através de seu Secretário de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, dirigira ao Sr. Secretário de Desenvolvimento regional da Presidência da República e ao Sr. Superintendente da SUDENE.

É que, na previsão orçamentária, com recursos oriundos do programa de integração nacional — PIN, e do programa de redistribuição de terras e de estímulo à Agro-Indústria do Norte e Nordeste — Proterra, o Nordeste não era contemplado com dotações destinadas a projetos de infra-estrutura econômica e social.

Recebo, agora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, do próprio superintendente da SUDENE, Dr. Elionaldo Magalhães — que vem empenhando o melhor de seus esforços, o brilho de seu talento reconhecido, para a solução dos problemas da região — mais um alerta quanto ao fato de que a proposta orçamentária para 1993 exclui dos orçamentos da SUDENE os recursos do PIN/PROTERRA, alocando-os a Ministérios e Secretarias.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se uma desatenção à lei nº 8.167, de 17 de Janeiro de 1991, que trouxe modificações à Legislação do Imposto de Renda e que tratou do PIN-PROTERRA, afirmando, no parágrafo único de seu art. 2º:

"Enquanto não promulgadas as leis atinentes aos planos regionais, de que trata o caput deste artigo, os recursos serão aplicados em programas e projetos considerados prioritários pelo conselho deliberativo da respectiva superintendência de desenvolvimento regional em estreita conformidade com as diretrizes aprovadas pelo Presidente da República."

O que determina a lei, então numa clareza meridiana, é a aplicação dos recursos do PIN/Proterra, efetivamente, no Nordeste e no Norte, recursos estes, como esclarece o

digno superintendente da SUDENE, "devidamente compatibilizados com os planos regionais de desenvolvimento."

Ao regular a referida Lei nº 8.167/91, o Decreto nº 101, de 17 de abril de 1991, determinou que os recursos fossem:

"Transferidos ao Banco do Nordeste do Brasil S/A e ao Banco da Amazônia S/A — BASA, para aplicação, no Nordeste e na Amazônia, pela respectiva superintendência de desenvolvimento regional, observando-se a destinação originária das opções das pessoas jurídicas."

Como aceitar, então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que, em desatenção à legislação vigente, sejam os recursos distribuídos por Ministérios e secretarias, com os riscos que essa pulverização acarreta a sua efetiva destinação, e com a quebra da racionalidade em sua aplicação?

Dá que eu, mais uma vez, faço esta advertência para que, no exame final das alocações, não se cometa essa irregularidade, em desacordo com as determinações legais que regem nosso processo de elaboração orçamentária.

E para que nossa comissão mista de orçamento, em obediência à Lei nº 8.167/91 e ao Decreto nº 101/91, promova a distribuição dos recursos do PIN/Proterra em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, com a aprovação de suas destinações pelos conselhos, com o depósito de seus montantes no Banco do Nordeste do Brasil e no Banco da Amazônia e com execução dos programas pelas superintendências de desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

- DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. NEY MARANHÃO EM SEU DISCURSO.

INFORME SOBRE RETIRADA DOS RECURSOS DO PIN/PROTERRA DOS ORÇAMENTOS DA SUDENE E SUDAM

A Proposta Orçamentária para 1993, ora em tramitação na Comissão Mista de Orçamento, exclui dos orçamentos da Sudene e Sudam os recursos do PIN/Proterra, alocando-os em Ministérios e Secretarias.

A orientação adotada conflita com a legislação em vigor, considerando-se que nos termos dos dispositivos legais esses recursos deverão ser aprovados pelos conselhos deliberativos da Sudene e Sudam e, aplicados pelas instituições regionais de desenvolvimento do Nordeste e Norte do país.

O Parágrafo Único da Lei nº 8.167 de 16 de janeiro de 1991 é expresso ao afirmar, textualmente:

"Enquanto não promulgadas as Leis atinentes aos Planos Regionais, de que trata o *caput* deste artigo, os recursos serão aplicados em programas e projetos considerados prioritários pelo Conselho Deliberativo da respectiva Superintendência do Desenvolvimento Regional, em estreita conformidade com as diretrizes aprovadas pelo Presidente da República".

Observa-se que o legislador não deixou dúvidas quanto a competência dos Conselhos Deliberativos da Sudene e Sudam para aprovação dos programas e projetos. Evidentemente o que pretendeu o Congresso foi criar condições para que os recursos fossem aplicados efetivamente nas duas regiões, devidamente compatibilizados com os planos regionais de desenvolvimento.

Ao regulamentar a Lei acima mencionada o Decreto nº 101, de 17 de abril de 1991, nos parágrafos 1º e 2º foi mais enfático, dizendo textualmente:

"Parágrafo 1º — Enquanto não promulgadas as leis atinentes aos planos regionais, os recursos serão aplicados em programas e projetos considerados prioritários pelo Conselho Deliberativo da respectiva Superintendência do Desenvolvimento Regional, em estreita conformidade com as diretrizes aprovadas pelo Presidente da República. Parágrafo 2º — Os recursos previstos no *caput* deste artigo serão transferidos ao Banco do Nordeste do Brasil S/A — BNB e ao Banco da Amazônia S/A — BASA, para aplicação, no Nordeste e na Amazônia, pela respectiva Superintendência do Desenvolvimento Regional, observando-se a destinação originária das opções das pessoas jurídicas."

O Decreto, ao estabelecer o mecanismo operacional, determina, que os recursos sejam depositados no BNB e no BASA. Por outro lado estabelece a determinação para que os recursos sejam aplicados através das Superintendências e, numa sábia orientação de justiça determina que na distribuição dos recursos, seja observada a destinação originária das opções das pessoas jurídicas.

Vale ressaltar, que a Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO, que nos termos da Constituição deve orientar a elaboração, aprovação e execução do Orçamento, mantém os dispositivos legais acima mencionados, considerando-se que inexistia qualquer dispositivo que os revogue.

A proposta orçamentária para 1993, entretanto, não considera a legislação vigente, acima mencionada e propõe a distribuição de recursos sem considerar os planos regionais de desenvolvimento, aprovação pelos Conselhos, execução através das Superintendências e os depósitos dos recursos no BNB e no BASA.

No parecer preliminar sobre o Projeto de Lei nº 44 de 1992-CN que "estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1993", o Senhor Relator-Geral, Senador Mansueto de Lavor, na página 7, ao estabelecer parâmetros para a apresentação de emendas e para a elaboração dos pareceres parciais e setoriais ao PL nº 44/92-CN, corrige as distorções da proposta ao incluir no item 9 a seguinte recomendação:

"As alocações a conta de recursos vinculados que tenham sido realizadas em desacordo com as determinações legais respectivas deverão ser indicadas ao Relator-Geral pelos relatórios parciais para oportuna e devida realocação".

A recomendação constante do parecer preliminar teve a aprovação da Comissão Mista de Orçamento presidida, pelo 1º Vice-Presidente, Senador Chagas Rodrigues com manifestação favorável expressa, do Senador Saldanha Derzi.

No processo de aprovação de análise e elaboração dos relatórios setoriais, há necessidade de atenção especial para que os recursos do PIN/Proterra sejam efetivamente alocados nos orçamentos da Sudene e Sudam, nas proporções das opções das pessoas jurídicas e em programas aprovados pelos Conselhos Deliberativos das Entidades Regionais de Desenvolvimento.

A adoção pelo Congresso de uma orientação que restabeleça as determinações legais, mantendo a aplicação dos recursos em programas de desenvolvimento do Nordeste e do Norte

do País, evitará que esses recursos sejam pulverizados por Ministérios e Secretarias conforme se pôde observar no Anexo 1, relativo ao orçamento de 1992, quando fica patente que do montante de Cr\$1.6 trilhão, apenas Cr\$554 bilhões foram destinados a Sudene e Cr\$132 bilhões para a Sudam, quando na verdade a totalidade dos recursos deveriam ser destinados as duas instituições.

Recife, 22 de setembro de 1992. — Elenaldo Magalhães, Superintendente.

ANEXO 1

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO PIN/PROTERRA NO ORÇAMENTO DE 1992

	Em Cr\$ bilhões
Presidência da República	817,0
Secretaria de Assuntos Estratégicos	17,7
Estado-Maior das Forças Armadas	5,6
Secretaria do Desenvolvimento Regional	86,4
Sec. do Des. Regional (Ent. Superv.)	
. Superintendência do Des. do Nordeste	554,4
. Superintendência do Des. da Amazônia	132,3
. Sup. da Zona Franca de Manaus	2,2
. Fundação Geral de Turismo	18,4
Ministério da Aeronáutica	1,2
Ministério da Aeronáutica	1,2
Ministério da Agric. e Reforma Agrária	536,4
Ministério da Agric. e Reforma Agrária	130,3
Inst. Nac. de Colon. e Reforma Agrária	6,2
Empresa Bras. de Pesq. Agropecuária	6,0
Cia. de Des. do Vale do São Francisco	19,0
Dep. Nac. de Obras Contra as Secas	374,9
Ministério da Ação Social	75,6
Ministério da Ação Social	75,6
Ministério da Infra-Estrutura	202,0
Ministério da Infra-Estrutura	41,5
Dep. Nac. de Estr. de Rodagem	143,2
Cia. Bras. de Trens Urbanos	17,3
TOTAL	1.632,2

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

— Affonso Camargo — Albano Franco — Almir Gabriel — Aluizio Bezerra — Antonio Mariz — Carlos De'Carli — César Dias — Cid Saboia de Carvalho — Divaldo Suruagy — Eduardo Suplicy — Henrique Almeida — Hydekell Freitas — Iram Saraiva — Jarbas Passarinho — João França — José Fogaça — José Paulo Bisol — José Sarney — Lavoisier Maia — Levy Dias — Lucídio Portella — Magno Bacelar — Márcio Lacerda — Mário Covas — Meira Filho — Nelson Carneiro — Ney Maranhão — Onofre Quinã — Pedro Teixeira — Ruy Bacelar — Valmir Campelo.

SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência transmite aos Srs. Senadores integrantes da Comissão Especial do **Impeachment** que, por solicitação do seu Presidente, Senador Elcio Alvares, a reunião programada para hoje foi transferida para amanhã, às 10 horas.

Hoje, às 16h30min, comparecerá ao Gabinete da Presidência, para uma troca de idéias com os Líderes das Bancadas,

o Ministro Henrique Hargreaves, que vem a esta Casa para dar conhecimento aos Srs. Senadores, num contato preliminar, das linhas mestras da medida provisória que o Senhor Presidente da República pretende editar, estabelecendo novas diretrizes para a estrutura do primeiro escalão do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Srs. Senadores, a Presidência sente-se no dever de comunicar à Casa que, desde a madrugada de hoje, a opinião pública brasileira tomou conhecimento de que o Deputado Ulysses Guimarães e sua esposa D. Mora Guimarães, bem como o ex-Senador Severo Gomes e sua esposa D. Henriqueta Gomes estão desaparecidos, pois eram passageiros de um helicóptero que decolou da baía de Angra dos Reis com destino a São Paulo.

Tão logo tomei conhecimento desse fato, mantive sucessivos contatos com o Ministério da Aeronáutica, incumbido de promover as buscas para a localização do helicóptero. Em três oportunidades conversei diretamente com o Brigadeiro Lélcio Lobo, titular da Pasta da Aeronáutica, dele buscando recolher aquelas informações que esperamos ser tranquilizadoras no que diz respeito à localização do helicóptero e à sobrevivência dos seus passageiros e do único tripulante.

No início da tarde de hoje, a informação transmitida ao meu gabinete pela Assessoria do Ministério da Aeronáutica era a de que fora localizado o corpo do piloto do helicóptero que transportava os casais Ulysses Guimarães e Severo Gomes.

Ao iniciar os trabalhos desta sessão ordinária de hoje, desejo partilhar com todos os Srs. Senadores a angústia que domina a opinião pública brasileira, já que de todos os recantos do País tenho recebido sucessivas indagações não apenas de Senadores e Deputados, mas de outras lideranças e pessoas representativas da sociedade civil, desejosas de conhecer maiores dados sobre a sobrevivência do Deputado Ulysses Guimarães e senhora e do Senador Severo Gomes e senhora.

A essa altura da tarde de hoje, as dúvidas ainda permanecem, sem que possam ser dissipadas para a tranquilidade dos Srs. Senadores. Em razão desse fato, porque entendo que todos os presentes desejam acompanhar essas notícias, recebi sugestão de alguns Líderes aqui presentes, no sentido de que suspendesse esta sessão pelo prazo de 30 minutos, a fim de que pudéssemos recolher informações, após o que, retomariamos os nossos trabalhos, na expectativa de que pudéssemos registrar a sobrevivência do grande e extraordinário brasileiro, Ulysses Guimarães, que pontificou no Congresso como uma das suas figuras luminárias.

Por outro lado, o ex-Senador Severo Gomes, como ex-Ministro de Estado e como representante de São Paulo nesta Casa foi, sem dúvida, uma das figuras mais destacadas da vida parlamentar brasileira.

Suspendo, portanto, a sessão por 30 minutos a fim de que recolhamos as informações indispensáveis à tranquilidade dos Srs. Senadores e do próprio povo brasileiro.

Está suspensa a sessão.

(Suspensão às 14h50min, a sessão é reaberta às 16h10min.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está reaberta a sessão.

Sr^{tes} e Srs. Senadores, ao iniciar-se a sessão ordinária da tarde de hoje, cumpru-me o dever de comunicar à Casa e ao povo brasileiro as notícias de que o ex-Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ulysses Guimarães, sua esposa, D. Mora Guimarães, o ex-Senador Severo Gomes, Conde-

lheiro da República e sua esposa, D. Henriqueta Severo Gomes, haviam sido vítimas de um desastre aviatório.

Naquela ocasião, anunciei ao Plenário que os trabalhos da sessão então iniciada seriam suspensos a fim de possibilitar a mim e aos demais Senadores um contato com as autoridades do Ministério da Aeronáutica incumbidas de proceder às buscas do helicóptero que desaparecera desde o final da tarde de ontem.

Nesse interregno, entre a suspensão dos trabalhos e o seu reinício nesse instante, como Presidente da Casa, mantive contato com as autoridades do Ministério da Aeronáutica e com o próprio Presidente da República, Dr. Itamar Franco, recebendo, há poucos instantes, a notícia desalentadora confirmando o desaparecimento do Deputado Ulysses Guimarães, do Senador Severo Gomes, de D. Mora Guimarães e de D. Henriqueta Severo Gomes. O piloto que dirigia a aeronave, desde o início da tarde de hoje, já havia sido identificado, e os destroços do aparelho também já estavam sendo resgatados pelas equipes do Ministério da Aeronáutica.

Portanto, confirma-se a informação inicial de que desapareceram os quatro passageiros e o tripulante, o que já nesse primeiro momento traumatiza profundamente a alma de todo o povo brasileiro, a julgar pelas manifestações que tenho recebido — são senadores que, nos seus respectivos Estados, pressurosos, buscam notícias que lamentavelmente não são alentadoras; são lideranças de todos os Estados brasileiros que também procuram receber informações do Senado e do Congresso sobre a autenticidade das versões transmitidas desde a manhã de hoje pelas emissoras de rádio e televisão e os noticiários intermitentes com a responsabilidade dos veículos da imprensa escrita.

Digo neste instante que já expressei, em nome do Senado Federal, o profundo pesar desta Casa e do próprio Congresso brasileiro diante da perda do Deputado Ulysses Guimarães, que durante 40 anos prestou ininterruptamente os mais assinalados serviços às liberdades públicas, à causa da democracia, ao desenvolvimento do País.

Destacava há poucos instantes, diante dos canais de televisão, no gabinete da Presidência, toda a trajetória de Ulysses Guimarães: o Deputado exemplar, o patriota de virtudes cívicas arraigadas, o líder político de prestígio incontestado, que exerceu seguidos mandatos de Deputado Federal desde a Legislatura de 1951 até agora, sem qualquer interrupção, projetou-se diante da própria Nação brasileira pelas suas qualidades pessoais, pela sua competência, pelo seu tirocínio e, sobretudo, pelo seu inextinguível espírito público.

Como Líder do maior Partido que atua em nosso País, com representação majoritária nas duas Casas (no Senado Federal e na Câmara dos Deputados), tive a honra de conviver ao lado de Ulysses Guimarães durante quinze anos na Executiva Nacional de nossa agremiação; S. Ex^a com as responsabilidades de comandar o MDB, e posteriormente o PMDB, e eu exercendo modestamente o cargo de Tesoureiro-Geral, podendo naquele instante conhecer a austeridade com que administrava os recursos do nosso Partido.

Nos momentos cruciais da vida político-institucional do País, Ulysses Guimarães teve aquela presença marcante, corajosa, altiva, sobranceira, clamando de todos as formas nas tribunas parlamentares, nos palanques, nos comícios, nas entrevistas que concedia pela normalização democrática entre nós. Enfrentou as maiores dificuldades para cumprir o seu papel, mas sempre o fez com a maior dignidade, granjeando por isso o respeito e a admiração de todos os seus concidadãos.

Durante a Assembléia Nacional Constituinte, instalada em 1987, Ulysses Guimarães viu-se guindado à posição de Presidente da Assembléia e, naquela ocasião, como seu companheiro de Mesa Diretora, exercendo a 1^a Vice-Presidência, pude aferir com absoluta precisão todos os atributos excepcionais que exornavam a sua personalidade de escol.

Posso, neste instante, oferecer o meu depoimento de que se não fora a obstinação, a pertinácia, a dedicação, o patriotismo de Ulysses Guimarães não teríamos participado daquela festa inesquecível de 5 de outubro de 1988, quando exibiu com muito orgulho a Carta Brasileira, que S. Ex^a cognominou de Carta Cidadã, naquele instante, Ulysses Guimarães capitalizava tudo o que podia representar de reconhecimento, de respeito, de admiração de todos os brasileiros.

Acompanhando todos os lances da vida do nosso País no âmbito da sua agremiação, o PMDB, e no Congresso Nacional, defendendo teses, como a parlamentarista, ocupando inclusive nesta mesa o lugar à esquerda da Presidência, quando se votou a emenda originária da Câmara dos Deputados, S. Ex^a fez questão de vir a este Plenário e trazer, com sua presença, o aplauso dele próprio e dos seus Colegas da outra Casa do Congresso àquela iniciativa que, tendo se originado na Câmara, chegava ao Senado para um deslinde conclusivo, soberano e final.

Chegava-se, realmente, à antecipação da consulta plebiscitária e Ulysses Guimarães, congnominando-se de mascote do parlamentarismo, preparava-se para perلustrar todos os caminhos de identificação com a comunidade para sensibilizá-la de modo a garantir um resultado favorável no plebiscito programado para o dia 21 de abril de 1993.

Recentemente, nesta fase de transição em que se operacionalizou, a partir do momento em que o Congresso entendeu de administrar a crise política que se instalara no País, não foram poucas as vezes em que o vi, no meu próprio gabinete, para transmitir um aconselhamento, uma orientação, uma diretriz, enfim, algo que sempre estava direcionado para o interesse maior da Nação brasileira.

Senti, realmente, a efusão quando lhe fiz a comunicação formal de que o Senado, acolhendo o processo emanado da Câmara dos Deputados, decidira, imediatamente, fazer a entrega ao Senhor Presidente da República, Sr. Fernando Collor, do mandato de citação firmado pelo Ministro Sydney Sanches e por mim, o que representava o afastamento imediato do Chefe do Executivo do cargo que vinha exercendo, por força do mandato que lhe fora conferido através do voto popular.

A própria comunicação ao Presidente Itamar Franco, dela dei ciência ao Presidente Ulysses Guimarães que, em todos esses momentos, sem a jactância de um Líder que via vitoriosa a sua tese, mas com a serenidade de quem admitia as dificuldades com que se defrontaria o País para superar a grave crise econômico-financeira, Ulysses Guimarães teve aquela sua postura irrepreensível, transmitindo a todos nós aquelas lições de equilíbrio, clarividência e acompanhamento correto dos fatos políticos nacionais.

Portanto, Srs. Senadores, foi um homem dessa dignidade, dessa estirpe que o nosso País perdeu, no dia de ontem, em um desastre de helicóptero entre a Baía de Angra dos Reis e o Estado de São Paulo.

Trago esse fato, com profundo pesar, ao conhecimento dos Srs. Senadores e desde já desejo cientificá-los de que já expressei ao Presidente da República, Dr. Itamar Franco, ao Ministro Renato Archer, um dos mais próximos amigos

do Dr. Ulysses Guimarães e estou tentando fazer chegar ao seu filho, Tito Henrique da Silva Neto, o desejo de todos os Srs. Senadores e Deputados de que o corpo do Dr. Ulysses Guimarães venha a Brasília, no dia de amanhã, a fim de que no Salão Negro possa receber, de Deputados e Senadores, a última homenagem, a homenagem de saudade e, sobretudo, de reconhecimento por tudo quanto lhe foi dado fazer em favor do povo brasileiro.

Era essa a comunicação que desejava transmitir aos Srs. Senadores e à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 750, DE 1992

Pelo falecimento do Deputado Ulysses Guimarães e do ex-Senador Severo Gomes, requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família e ao Estado de São Paulo;
- c) levantamento da sessão.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 1992. — Humberto Lucena — José Richa — Garibaldi Alves Filho — Onofre Quinan — Mauro Benevides — Magno Bacelar — Albano Franco — Dirceu Carneiro — Chagas Rodrigues — Antonio Mariz — Henrique Almeida — Eduardo Suplicy — Valmir Campelo — Affonso Camargo — Ruy Bacelar — Marco Maciel — Esperidião Amin — Josaphat Marinho — César Dias — Lucídio Portella — Ney Maranhão — Ronan Tito — Nelson Carneiro — Jutahy Magalhães — Lourival Baptista — Divaldo Suruagy — Almir Gabriel — Iram Saraiva — Wilson Martins — João Calmon — Meira Filho — Lavoisier Maia — Mário Covas — Júnia Marise — Carlos Patrocínio — João França — Coutinho Jorge — Nelson Wedekin.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Como primeiro signatário do requerimento que acaba de ser lido, concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena, para encaminhá-lo.

A Presidência esclarece que todos os Srs. Senadores que o desejarem poderão participar do encaminhamento de votação.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, é dolorosa a tarefa de fazer o elogio fúnebre de Ulysses Guimarães, tragicamente desaparecido num acidente durante um voo de helicóptero, que o transportava, na tarde de ontem, juntamente com a sua esposa, a querida D. Mora, o ex-Senador Severo Gomes e a sua mulher, a querida D. Henriqueta, de Angra dos Reis para São Paulo.

Não há palavras que possam significar o nosso sentimento diante desse triste fato que trouxe um imenso impacto emocional, não apenas aos que trabalham no Congresso Nacional (Senadores, Deputados e funcionários), mas também a toda a Nação, porque ninguém neste País, mesmo que não acompanhasse politicamente Ulysses Guimarães, deixava de lhe prestar todas as homenagens devidas ao seu patriotismo e ao seu espírito público.

Formado em Direito pela velha Faculdade de Direito da Universidade Federal de São Paulo, advogou pouco tempo

e foi logo Professor de Direito Constitucional e de Direito Internacional da Universidade de Mackenzie de São Paulo. Mas nas suas veias corria, sobretudo, a vocação política que o fez de logo, ainda muito jovem, Deputado à Assembleia Estadual de São Paulo, para, em seguida, ser promovido a Deputado Federal, permanecendo na Câmara dos Deputados durante onze mandatos, de 1951 até a data de hoje.

Foi Presidente da Câmara dos Deputados por três vezes: a primeira, no biênio 1956/1957; a segunda no biênio 1985/1987; e a terceira no biênio 1987/1989.

Foi também, com a firmeza que todos nós lhe reconhecíamos, com uma paixão extraordinária pela coisa pública, o grande Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, quando chegou ao píncaro da glória de sua vida parlamentar, concorrendo para que os trabalhos da Constituinte se desenvolvessem celeremente e, afinal, chegassem a bom termo com a promulgação, em 5 de outubro de 1988, de uma Constituição que restaurou o estado de direito democrático no Brasil; uma Constituição que pode não ser a melhor, mas que fixou um compromisso entre o Estado e a Nação, tendo por objetivo principal, sob a inspiração maior de Ulysses Guimarães, realçar os direitos e garantias individuais e sociais. Tanto que ele costumava chamá-la "Constituição cidadã".

Mas, Sr. Presidente, antes de chegar a essa suprema condição de Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, como Presidente Nacional do MDB e depois do PMDB, durante dez anos, de 1981 a 1991, comandou magníficos movimentos cívicos no Brasil, sendo de salientar, pela sua importância, a campanha das "Diretas Já", que foi, sem dúvida, uma das maiores mobilizações populares a que já assistimos neste País, levando à rua milhões e milhões de pessoas em todos os recantos do Brasil que clamavam, naquela época, pelo restabelecimento do sufrágio universal direto e secreto para Presidente da República, a qual redundou, infelizmente, na derrota da Emenda Dante de Oliveira, pelo Congresso Nacional.

Mas se não logramos êxito, sob o comando de Ulysses Guimarães, naquela memorável campanha das "Diretas Já" — que lhe valeu o título de "Sr. Diretas", e que ficou bem presente na sua biografia —, pelo menos ali se plantou a semente no seio da sociedade civil, que haveria, dentro de pouco tempo, de vicejar, trazendo-nos, então, uma outra grande campanha que, até certo ponto, surpreendeu, pois, na verdade, também contou com as mesmas multidões nas ruas, ou seja, a campanha pela implosão do Colégio Eleitoral assegurando-nos a vitória inesperada de um civil para a Presidência da República: o saudoso Presidente Tancredo Neves.

Realmente, não fosse a campanha das Diretas que Ulysses Guimarães liderou, certamente não teríamos conseguido levar o povo, mais uma vez às ruas para destruir o Colégio Eleitoral, encerrar o período autoritário e eleger um presidente civil com as Forças Armadas voltando às suas atividades profissionais, respeitando rigorosamente a Constituição.

Esses fatos históricos dão bem a dimensão de Ulysses Guimarães, do que ele foi neste País, do que ele representou para a vida político-institucional do Brasil, particularmente para o restabelecimento das franquias democráticas, a ponto de hoje estarmos vivenciando um momento extraordinário da vida nacional; quando a Constituição, num clima de absoluta maturidade política, é o nosso único escudo com as instituições funcionando durante uma crise política que surgiu após as denúncias contra o Senhor Presidente da República, apuradas por uma CPI, cujo relatório levou dois eminentes

cidadãos brasileiros a solicitarem o seu **impeachment** à Câmara dos Deputados.

Tudo isso vem se processando num clima de absoluta normalidade, porque a democracia realmente está chegando à sua plenitude no Brasil. Estamos nos ufanando disso tudo, porque no exterior já repercutiu que o Brasil não é mais uma republiquetinha latino-americana, sujeita a quarteladas, a golpes de Estado; pelo contrário, aqui a Constituição funciona.

Tudo isso sem exagerar, numa homenagem maior à memória daquele que, neste momento, nos deixa quando mais precisávamos dele, pela sua experiência, pela sua competência, pelo seu espírito público. Podemos dizer, Sr. Presidente, que, na verdade, muito ou quase tudo do que estamos vivendo hoje devemos ao talento político excepcional de Ulysses Guimarães, cuja postura a muitos parecia vaidosa, mas que era apenas a postura de um homem simples, que tinha vocação política e fazia da política um sacerdócio. Ninguém nunca ouviu falar nada que, nem de leve, pudesse arranhar a reputação de Ulysses Guimarães, pois ele vivia para a política e nunca se serviu da política nem da vida pública para tirar proveito pessoal para si ou para a sua família. Era um homem de bem a toda prova, tanto assim neste momento em que vivemos, de “caça às bruxas”, em que tantos estão sendo alvo de críticas, umas justas, outras injustas; ele não foi atingido por nenhuma delas, porque pairava sempre acima de qualquer suspeita.

Pois esse extraordinário brasileiro morre em circunstâncias tão trágicas, ao lado de sua querida esposa e companheira, D. Mora, que tanta força lhe deu em todos os momentos de sua vida pública, e ao lado do inesquecível, e também grande brasileiro, o ex-Senador que foi Severo Gomes, um patriota que sempre se debruçou no estudo dos grandes problemas brasileiros, com a sua visão nacionalista do Brasil, e da sua querida esposa, D. Henriqueta.

Ulysses Guimarães deixou sua vida objetiva, Sr. Presidente, mas o seu exemplo ficará entre nós. Ele haverá de continuar nos comandando; os fluidos do seu espírito haverão de estar sempre presentes no Congresso Nacional, nas praças públicas, onde houver povo, onde houver, sobretudo, a gente humilde com quem ele sempre se identificou. E só lamento, Sr. Presidente, que esse homem com “h” maiúsculo, perante quem todos nós nos curvamos numa reverência de profunda admiração, de respeito, de estima e de saudade, tenha morrido sem ter realizado o seu grande sonho: de ser eleito Presidente da República. O povo gostava de Ulysses, admirava Ulysses, mas, segundo ele próprio, não gostava de votar nele, uma dessas coisas que não compreendemos, mas que naturalmente aqueles que se entregam aos estudos da Ciência Política não de, um dia, esclarecer. Mesmo assim ele conseguiu ser, durante quinze vezes, Presidente da República interino, pois como Presidente da Câmara dos Deputados substituiu várias vezes o Senhor Presidente da República, com aquela sua postura de dignidade e de respeito, e tenho absoluta certeza de que se não tivesse falecido nesse acidente inesperado — pelo que conhecíamos da sua higidez física, desafiava todas as doenças que lhe chegavam, até as do coração, porque quando se esperava que morresse de um enfarte, de repente, 48 horas depois saía de uma angioplastia, assumia interinamente a Presidência da República, e há pouco tempo safou-se rapidamente de uma operação de apendicite num hospital de São Paulo — iria longe, porque além de um coração forte tinha uma cabeça muito lúcida, e a cabeça é que comanda a vida. Enquanto a cabeça está no lugar, o resto do corpo funciona

perfeitamente. Tenho certeza de que Ulysses Guimarães portanto, ainda viveria muito tempo.

Ele, que se havia convertido — não sei se o Senador Nelson Carneiro concorda comigo — talvez em boa hora, ao parlamentarismo e se tornara o seu grande mensageiro no Brasil, é pena que não tenha vivido, a ponto de participar da campanha do plebiscito e, quem sabe até, numa guinada do povo, não assistiria à vitória do parlamentarismo. Tenho quase convicção de que se amanhã o parlamentarismo fosse vitorioso no Brasil, pelo menos uma coisa aconteceria — tenho isso como uma espécie de premonição —, o ex-Deputado Ulysses Guimarães seria, no mínimo, Chefe de Estado, seria o Mário Soares do Brasil, tal a sua competência, tal o seu conhecimento das elites políticas brasileiras.

Com estas palavras, Sr. Presidente, repassadas de emoção, deixo aqui, em meu nome pessoal e no da minha Bancada, a mais compungida homenagem a Ulysses Guimarães, a Severo Gomes, a D. Mora e a D. Henriqueta. E tenho certeza de que o Congresso Nacional oportunamente se reunirá para que numa sessão conjunta das duas Casas possamos, aí sim, prestar a grande homenagem que nós, do Congresso, devemos a esse homem público de imensa dimensão, que certamente será, para nós, um dos maiores símbolos da República e da democracia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador e Líder Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo, como Líder do Partido da Frente Liberal, associar-me às manifestações do Líder do PMDB, Senador Humberto Lucena — e creio que aos demais Membros desta Casa —, no momento em que S. Exa. rende homenagens ao passamento, que a todos nós consterna, do ex-Presidente do seu Partido, o Deputado Ulysses Guimarães, e do ex-Senador da República, também integrante da Bancada do PMDB, Severo Gomes. Como é notório, ambos faleceram acompanhados de suas respectivas esposas, D. Mora e D. Ana Maria Henriqueta Gomes, em acidente aéreo, no qual faleceu também o único tripulante da aeronave.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, durante a minha vida pública tive oportunidade de, em vários episódios, conviver com o Presidente Ulysses Guimarães. Nem sempre estivemos no mesmo campo. Na maioria das vezes estivemos em campos opostos. Mas pelo menos num episódio extremamente importante da vida pública brasileira estivemos juntos. Foi num instante que se passou entre os anos de 1973 a 1975 e que culminou, inclusive, com a eleição do Presidente Tancredo Neves, tendo como Vice-Presidente o Senador José Sarney, respectivamente, à Presidência e à Vice-Presidência da República.

Gostaria de recordar que aquele instante foi para mim muito importante. Serviu não apenas para solidificar uma amizade, mas sobretudo para recolher preciosas lições de vida pública, que sempre nos ofereceu o Presidente Ulysses Guimarães.

Já houve quem dissesse, e cito aqui Joaquim Nabuco:

“Assim como a religião quer o batismo da água, e a guerra, o fogo, assim a política exige o batismo do ódio. Aquele que não o tiver recebido não pode aspirar ao triunfo. Os insultadores empurram, sem o

saber, encosta acima, o carro que os entusiastas, sem auxílio, não poderiam arrastar”.

Essa foi sempre a opinião que marcou a obra de Joaquim Nabuco.

Ele entendia — embora não possa subscrever integralmente esse entendimento — que a política era sempre o batismo do ódio. Mas se a política não é exatamente o batismo do ódio, certamente, Sr. Presidente, ela exige o batismo da paixão. E porque é sobretudo paixão, emoção que muitas e muitas vezes os homens não se entendem na política.

A política é — friso — emoção, paixão, interesse vivo e palpitante no destino e na condição alheia. Daí por que a paixão muitas vezes afasta os homens. Leva-os, muitas vezes, a campos opostos, quando muitas vezes não são tão diferentes as concepções políticas e as formulações doutrinárias que os governam. Se isso é verdade na política, Sr. Presidente, podemos dizer que, se Ulysses Guimarães era movido, como todo político, à paixão, ele reservava, na sua ação política, uma forte provisão de razão, de racionalidade, de bom-senso, que o fez merecedor, ao longo de mais de 40 anos de vida pública, de sucessivos mandatos que o povo de São Paulo lhe outorgou.

Ulysses Guimarães mereceu o reconhecimento da sua atividade política — sempre centrada, sempre marcada pela sensatez — através de manifestações sucessivas que os seus Colegas no Congresso Nacional lhe prestaram em diferentes oportunidades. Assim foi, por exemplo, quando ele, em mais de uma oportunidade — três vezes se não estou equivocado —, se elegeu Presidente da Câmara dos Deputados ou mesmo, mais recentemente, quando se elegeu, numa manifestação quase unânime, Presidente da Assembleia Nacional Constituinte.

Ulysses Guimarães foi também um homem provado no Executivo. Nessa condição, exerceu, num momento difícil da nossa História, o cargo de Ministro da Indústria e do Comércio, onde se houve, não apenas com probidade administrativa — uma das marcas de sua conduta política — mas, também, com discernimento e muito conhecimento História, dos problemas que cercavam aquela pasta.

De outra parte, Sr. Presidente, gostaria de estender os nossos sentimentos, os meus e os da bancada do meu Partido — o PFL, ao Governo de São Paulo e a esta Casa do Congresso Nacional pelo passamento do ex-Senador Severo Gomes e de sua senhora, D. Ana Maria Henriqueta Gomes.

Tive oportunidade de conviver com Severo Gomes. Conheci-o há cerca de quinze anos, enquanto Ministro da Indústria e do Comércio no governo do honrado Presidente Ernesto Geisel, e, posteriormente, tive oportunidade de com ele conviver nesta Casa, Senadores que fomos na legislatura 83/91. Severo Gomes era um homem extremamente competente, que aliava um notável espírito público à atividade empresarial. Isso fazia com que sempre dissertasse sobre os problemas econômicos brasileiros com a maior desenvoltura e o maior entusiasmo. Tive oportunidade de com ele conviver na momentosa questão da informática e de participar de um encontro realizado no exterior, destinado a discutir a formulação de uma política para esse setor.

Quero acrescentar também que, posteriormente, nesta Casa, pudemos eleger Severo Gomes representante do Senado junto ao Conselho da República, instalada após a promulgação da memorável Constituição de 1988, que tem entre os seus integrantes representantes do Poder Executivo e do Congresso

Nacional, todos figuras de ilibada reputação e de notável saber.

Daí por que, Sr. Presidente, neste instante não podemos deixar de tornar evidente o nosso sentimento pelo passamento desses dois homens públicos e de suas respectivas esposas.

A propósito, gostaria de lembrar que, quando do falecimento do Senador Filinto Müller, o orador oficial no Congresso Nacional ante às exéquias fúnebres foi, justamente, o Presidente Ulysses Guimarães. Recordo-me de que uma das partes mais comoventes do discurso do Presidente Ulysses Guimarães ocorreu justamente no momento em que ele se reportou ao fato de que o Senador Filinto Müller falecera acompanhado de sua esposa, D. Consuelo. E ele observava: “Certamente que o Senador não poderia falecer separado dela, porque eles viveram sempre juntos”.

A mesma coisa, Sr. Presidente, posso dizer de Ulysses Guimarães. Não poderíamos conceber que ele e sua mulher, D. Mora, os dois não estivessem juntos até no instante final. E o que Ulysses Guimarães disse a respeito de Filinto Müller nas cerimônias fúnebres realizadas aqui, no Salão Negro do Senado Federal, poderíamos transportar agora, neste instante igualmente de dor, para o caso do Deputado Ulysses Guimarães e do ex-Senador Severo Gomes. Ambos, muito bem casados, viviam sempre acompanhados de suas respectivas mulheres. Em todos os instantes da vida política brasileira, quer nos instantes alegres, nos instantes da vitória, quer nos instantes da adversidade e da derrota, sempre víamos D. Mora ao lado do Presidente Ulysses Guimarães, sempre víamos D. Henriqueta ao lado do ex-Senador Severo Gomes. E até certo ponto, a morte, que tem os seus mistérios, explicita muitas identidades. E, de alguma forma, encontramos esta coincidência, que pode ser uma coincidência triste, mas que, de alguma forma, marca a longa vida que ambos tiveram em comum: o fato de serem pessoas muito bem casadas e que tinham suas esposas como referenciais políticos também, posto que acompanhavam, diuturna e proximamente, todos os episódios da vida pública dos seus respectivos esposos e, por que não dizer, da vida pública do próprio País.

Sr. Presidente, teríamos muito que dizer sobre Ulysses Guimarães, D. Mora, sobre Severo Gomes, D. Ana Maria Henriqueta. Teríamos muito a dizer sobre a vida pública dos dois políticos falecidos, no momento em que transito nesta Casa o meu sentimento e, creio, o sentimento da minha bancada. E muitos, muitos colegas outros desejam também fazer a sua manifestação, para que elas venham a constar dos Anais desta Casa, enriquecendo com os seus registros, e para que elas possam, também, perpassando os umbrais da instituição congressual, chegar ao Governo de São Paulo, ao seu povo, que teve, nessas duas figuras, ilustres representantes da sua comunidade.

Sr. Presidente, antes de ouvir os ilustres colegas, gostaria de dizer que, como católico, sou fiel à observação de São Lucas de que a vida não é tirada, mas transformada. Acredito que, portanto, o instante da vida terrena passa para o instante daquilo que podemos chamar “a cidadania celeste”. Daí por que tenho certeza de que Ulysses e Severo Gomes apenas momentaneamente se retiram do nosso convívio. Certamente eles estão em bom lugar e certamente permanecem, com seus exemplos, a guiar os nossos rumos e a oferecer o testemunho daquilo que deve ser a vida pública em nosso País, que se deve caracterizar sempre pela verticalidade de conduta, pela seriedade no exercício das funções, pelo empenho na solução dos problemas do País e pela busca da paz social e da consoli-

dação, em nosso País de uma sociedade que seja não somente democrática, mas igualmente desenvolvida e justa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, nunca esperei que me coubesse fazer o elogio fúnebre de Ulysses Guimarães. A idade, que marca o rumo na vida humana, indicava o contrário. Eu tinha certeza que no dia do meu desaparecimento era ele quem faria o necrológio.

Tanto nos integramos, tanto fomos um irmão do outro, de tal forma que os três filhos que criei tiveram como padrinho de casamento Ulysses Guimarães. Essa amizade que durou dezenas de anos não se extingue com sua morte; antes se ratifica com seu desaparecimento e com o desaparecimento de Mora.

Homem bom, leal, cordial, sem ódios, era, sobretudo, um amigo solidário. E foi por ser solidário, acredito eu, que convidou ou teria convidado Severo Gomes para acompanhá-lo nessa viagem derradeira. Ele não era homem para viver sozinho. Tinha sempre a seu lado, alguém com quem pudesse trocar idéias e debater propostas.

Vivemos juntos numa mesma casa, numa república de solteiros, em Brasília, durante cerca de 10 ou 11 anos — nossas esposas estavam nos Estados — e partilhámos a mesma luta. Era de ver Ulysses Guimarães acordar às 5h30min, 6 horas da manhã e, de pijama, sentado à mesa do quarto, tomando as notas que ele iria desdobrar durante o dia. Chegando ao gabinete, procurava D. Terezinha, e ali ia dando curso a cada uma daquelas anotações. A ninguém esquecia. Nenhum fato lhe passava despercebido.

Acompanhei-o naqueles dias difíceis em que teve que travar lutas memoráveis contra os donos do poder. Mas, nem por isso, guardou no coração algum resquício de ódio, de malquerença. Foi sempre um homem firme nas suas convicções, mas bondoso nas suas atitudes.

Lembro, Sr. Presidente, dois momentos de sua desambição. Naquela noite em que era preciso substituir Tancredo Neves, ele recusou o convite do Presidente Figueiredo. Acha que não lhe cabia o exercício da Presidência. Mas não era a primeira vez que era desambicioso. Já havia tido outro momento anterior. Tudo indicava que o candidato do PMDB à Presidência da República fosse Ulysses Guimarães; o Presidente do Partido, o guia do Partido, a grande figura do Partido. No entanto, escolhido Tancredo Neves, colocou-se a seu serviço e fez-se o líder da campanha.

Era esse homem desambicioso que iluminou este País com a campanha memorável, sem precedente na história política, porque gratuita, que foi a campanha do anticandidato.

Não sei, Sr. Presidente, se teria sido melhor elegê-lo Presidente da República do que ter incendiado este País, em 1973/1974, com a campanha do anticandidato.

Naquela época, era eu o Líder do MDB no Senado Federal. Junto com o Líder do Partido na Câmara dos Deputados, Aldo Fagundes, e com Barbosa Lima Sobrinho, percorremos todo o País, de norte a sul. O resultado do desempenho daquele incansável homem naquela memorável cruzada, que, além de não ter rádio, nem dinheiro, era realizada numa hora difícil para as instituições, levantou o País de tal forma que mudou sua fisionomia política. Naquele ano, de 22 Senadores,

o MDB elegeu 16. Como? Com a palavra de Ulysses Guimarães e de Barbosa Lima Sobrinho.

Sr. Presidente, questiono se foi melhor ele não ter sido Presidente da República, como Rui também não o foi. Entretanto, não se apagará nunca em nossa lembrança, o fato de que a vida democrática desses últimos cinquenta anos, dividiu-se em dois momentos: antes da campanha do anticandidato e depois dela. O herói dessa luta, o comandante dessa jornada foi Ulysses Guimarães.

Sr. Presidente, temo não poder concluir. Direi apenas para os que começam a jornada da vida política, essa mocidade de cara pintada que acaba de empolgar o País, que Ulysses foi um homem que morreu sem envelhecer. Aos 76 anos tinha ideais e entusiasmo dos moços. Foi sempre um arauto das novas idéias. Por isso, um dia, se rendeu ao parlamentarismo, e teria sido a grande figura do plebiscito de 21 de abril, se a morte não houvesse interrompido sua luminosa trajetória. Espero que a Nação lhe faça justiça. Ele não foi Presidente da República. Foi mais do que Presidente da República. Foi o líder da restauração democrática do País.

Marco Maciel lembrou um dos episódios da vida de Ulysses Guimarães, quando, no salão Negro desta Casa, ao se despedir dos corpos de Filinto Müller e de sua mulher, disse uma frase que hoje nós podemos repetir, em homenagem àquela união constante de Mora e Ulysses Guimarães: “Essa união foi tão forte que nem a morte os separou, e nem o reconhecimento da Nação os separará”.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Nelson Carneiro, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Dirceu Carneiro, 1º-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Bacelar.

O SR. RUY BACELAR (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, nada mais justo, quando se presta nesta sessão de apresentação de profundo pesar pelos trágicos e lamentáveis desaparecimentos do Senador Severo Gomes e sua senhora, de D. Mora e do grande estadista, grande brasileiro e grande amigo Ulysses Guimarães, do que solicitar a V.Exª, Sr. Presidente, a transcrição de pronunciamento que lemos na Octogésima Oitava Conferência da União Interparlamentar, realizada em Estolcomo, no dia 10 de setembro, em nome do saudoso presidente do Grupo Interparlamentar Brasileiro, Ulysses Guimarães, que, em face da operação a que, na época, submeteu-se, não pôde se fazer presente:

“Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, Senhoras e Senhores:

Incumbiu-me o ilustre Deputado Ulysses Guimarães, Presidente do Grupo Brasileiro, de representá-lo nesta 88ª Conferência da União Interparlamentar e de aqui fazer o pronunciamento que havia preparado para esta solene ocasião.

Faço minhas e do Grupo Brasileiro que represento as idéias e as palavras do Deputado Ulysses Guimarães, desejando que este importante evento seja coroado de pleno êxito.

Senhor Presidente:

Diante do delicado momento político experimentado pelo meu País, onde se vive notável processo de

amadurecimento democrático, dezo destacar o esforço empreendido pela delegação brasileira para estar aqui representada, numa clara demonstração não só de confiança no nosso futuro, mas também da importância que atribuímos ao aperfeiçoamento permanente de nosso Parlamento e das organizações internacionais das quais ele faz parte.

É, portanto, com orgulho que declaro: o Congresso Nacional Brasileiro tem sabido corresponder à grandeza que este particular momento exige de nossa sociedade, na sua luta para consolidar a democracia e as instituições que lhe servem de alicerce.

E nós, Parlamentares brasileiros, sabemos, que superadas as incertezas do tempo presente, se fortalece ainda mais a tarefa inadiável de construir um futuro melhor para a nossa gente, com a supremacia das leis e o respeito inequívoco pela liberdade e pela democracia.

Sr. Presidente:

Nesta etapa de nossa Ordem do Dia, quando debatemos sobre a situação política, econômica e social no mundo, gostaria de referir-me ao tema do meio ambiente.

Como se há destacado durante a recente conferência das Nações Unidas no Rio de Janeiro, "O tema do meio ambiente é fruto da era de democracia e liberdade em que vivemos", o que demanda decisões corajosas e capazes de alterar e melhorar a realidade do nosso lar terrestre.

Destaco, pois, a simbologia de estarmos aqui reunidos, nesta mesma cidade de Estocolmo, onde pela primeira vez, durante a memorável conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, se plantaram as sementes de uma nova e decisiva etapa de nossa convivência internacional e se lançaram idéias hoje totalmente integradas ao nosso cotidiano, de forma irreversível.

Como um marco na história da humanidade, vinte anos depois, a conferência do Rio logrou abordar as questões ecológicas desde a perspectiva do desenvolvimento sustentável, buscando fórmulas consensuais e prioritárias para melhorar as condições de existência das comunidades humanas, sem molestar os ecossistemas.

Entretanto, este grande desafio teve apenas o seu começo no Rio de Janeiro.

Houve sem dúvidas resultados reais, sobretudo pelas convenções e declarações surgidas da articulação política amadurecida. Houve também ganhos potenciais que nos cabe explorar, e que conduzem ao estabelecimento de nova parceria global, por meio de mais efetiva solidariedade, integração e cooperação entre os estados, para atender as necessidades de sobrevivência das gerações presentes e futuras.

Em Brasília, de 23 a 28 de novembro próximo, durante a conferência especializada que lá realizaremos, teremos, portanto, a oportunidade de dar sequência aos trabalhos iniciados no Rio de Janeiro, com base no entendimento agora universal de que a proteção do meio ambiente deve constituir parte integrante do processo de desenvolvimento das Nações.

E esta não é tarefa apenas dos governos, dos Poderes Executivos de cada país.

A nós, parlamentares, está pois confiada a missão de zelar pelo fiel cumprimento dos compromissos assumidos no Rio de Janeiro, trabalhando para o aprimoramento das normas do Direito Internacional Ambiental e, sobretudo, cooperando com nossos governos na adoção de legislação ambiental mais eficaz, a fim de que cada um de nossos países tenha participação efetiva na implementação da chamada Agenda 21.

Como sabemos, dentre os diversos documentos produzidos durante a conferência do Rio, foi a Agenda 21 o de maior significado, pois trata-se de ambicioso plano de ação que contempla metas universalmente aceitas para o período pós-1992 e para o século XXI, definindo prioridades, estimando custos e atribuindo responsabilidades.

Assim, com base na Agenda 21, caberá à conferência de Brasília discutir como conservar e administrar os recursos para o desenvolvimento, como lograr a obtenção de recursos financeiros adicionais para a superação dos problemas ambientais, como garantir o mais amplo acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis e, finalmente, como estabelecer uma estratégia política e parlamentar que permita a nós, legisladores, trocar experiências e, sobretudo, cobrar de nossos governos uma clara vontade política para melhorar e reestruturar o processo de retomada de decisões, no sentido de enfocar o desenvolvimento de uma forma economicamente eficiente, socialmente equitativa e ambientalmente responsável.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares:

Nossa Conferência Interparlamentar sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento deverá analisar os resultados da Conferência do Rio de Janeiro, à luz dos pontos de vista por nós expressados em nosso importante encontro de Yaoundé.

Reitero, pois, o convite aos parlamentares de todos os Países filiados à União Interparlamentar para, de 23 a 28 de novembro, com espírito construtivo e solidário, darmos seguimento, em Brasília, a essa grande tarefa que nos cabe realizar."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse pronunciamento é uma amostragem do amor que Dr. Ulysses Guimarães sempre dedicou à democracia, ao Parlamento e ao Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PSDB — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{te} e Srs. Senadores, desde as primeiras horas de hoje, a Nação praticamente parou. Todos se interrogavam e ninguém queria acreditar na procedência das notícias. Falava-se que havia desaparecido o helicóptero em que viajavam, de Angra dos Reis para São Paulo, na tarde de ontem, o eminente Deputado Federal, Ulysses Guimarães, e o ilustre ex-Senador Severo Gomes. Todos desejavam, Sr. Presidente, que o acontecimento não tivesse trágicas consequências, que o helicóptero tivesse pousado em algum local de uma floresta e que tudo terminasse bem. Mas, a partir das 13h, a Nação tomou conhecimento da trágica notícia: o ilustre Deputado Ulysses Guimarães e sua querida esposa, D. Mora, e o eminente ex-Senador, Seve-

ro Gomes e, também, sua estimada esposa, D. Henriqueta, haviam falecido no terrível desastre.

Inúmeros oradores já se fizeram ouvir nesta tristíssima sessão de hoje. A Nação conhecia esses dois eminentes homens públicos e já havia se habituado a admirar-lhes as excepcionais virtudes cívicas de verdadeiros homens públicos, na estrita acepção do vocábulo.

Também tive, Sr. Presidente, o privilégio de ser colega de Ulysses Guimarães. Chegamos juntos à Câmara dos Deputados em 1951. Desde então, admiro as virtudes cívicas e o espírito público desse eminente paulista, grande brasileiro. Juntos fundamos o MDB, juntos estivemos no PMDB e, juntos, continuamos lutando pelas grandes causas da nacionalidade.

Quanto a Severo Gomes, outro extraordinário cidadão e homem público, todos nós aqui que fomos colegas de S. Ex^a pudemos, de perto, admirar-lhe também as virtudes que exornavam a sua personalidade.

Diante do falecimento de ambos com suas respectivas esposas, a Nação está de luto, Sr. Presidente, lamentando profundamente a trágica ocorrência.

Quero, neste momento, não apenas em meu nome — e cada um dos Srs. Senadores traduziu os sentimentos do Senado e os sentimentos da Nação brasileira —, mas também em meu nome e em nome da Bancada do PSDB, neste momento, momento que assinala as primeiras homenagens justas a esses dois eminentes homens públicos, expressar-lhes as nossas mais altas e sentidas homenagens. Participamos — e não poderia ser de outro modo — da dor e da profunda tristeza que tomam conta da alma do povo brasileiro do extremo Norte ao extremo Sul.

Esperamos, Sr. Presidente, que as novas gerações se inspirem em homens de caráter, de espírito público, de fervor democrático como Ulysses Guimarães e Severo Gomes. Ulysses Guimarães teve uma vida pública mais longa. Presidiu a Assembléia Nacional Constituinte. Antes, como disse, foi um dos fundadores, numa hora difícil, do MDB. Que as novas gerações se inspirem na vida exemplar desses dois grandes varões da República.

Quero dizer o que todos sentem. Não foi apenas São Paulo que perdeu, mas todo o País. Esses homens já estavam na galeria dos mais ilustres homens públicos do Brasil e do Continente. A S. Ex^a as nossas homenagens justas numa hora em que a Nação lamenta profundamente a perda de ambos. Hoje, mais do que nunca, a Nação precisava de homens de experiência, de espírito público e de talento; precisava, portanto, de Ulysses Guimarães e de Severo Gomes. Que novos Ulysses, novos Severos surjam e continuem a luta para a dignificação e o fortalecimento das nossas instituições democráticas.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Affonso Camargo.

O SR. AFFONSO CAMARGO (PTB-PR) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador. — Sr. Presidente, caros Colegas, estamos vivendo, novamente, um daqueles momentos em que a nossa limitação humana cria uma grande dificuldade para compreendermos os insondáveis desígnios da providência de Deus. Não entendemos quando o Presidente Tancredo Neves morreu à véspera de assumir o seu mandato. Não se pode entender novamente — repito — dentro da nossa limitação humana, como é que Ulysses Guimarães morre no auge de sua atividade política.

Disse-o bem o Senador Marco Maciel. Quem mais o conhecia é o Senador Nelson Carneiro que disse que Ulysses Guimarães morreu em plena juventude política.

Retornei à boa Casa na segunda-feira passada. O primeiro telefonema que fiz foi para o Dr. Ulysses Guimarães. Disse-lhe: Dr. Ulysses, está aqui um soldado do Parlamentarismo, à disposição do chefe, para uma nova campanha. Ele me respondeu: "Vamos aguardar passar esta semana e, na próxima, vamos organizar tudo de novo".

Enquanto os outros Senadores falavam, recordava-me do seu estilo, daquele seu papel de memória, manuscrito, em que anotava tudo sem se esquecer de nada. Ninguém entendia aquele papel do Dr. Ulysses em que ele fazia as suas anotações, sem nenhuma ordenação e que, depois, D. Terezinha se encarregava de colocá-las em ordem.

A História do Brasil mostra que, de qualquer forma, tanto Tancredo Neves quanto Ulysses Guimarães vêm construindo a Pátria.

Há uma simbologia citada aqui. Tenho a certeza de que se perguntasse para o Dr. Ulysses e para D. Mora se eles queriam morrer, separadamente, ou juntos, certamente, eles diriam que queriam morrer juntos; acredito que um não viveria sem o outro. E Ulysses Guimarães morreu também ao lado de um dos seus íntimos amigos. S. Ex^a. nunca viveu solitário, ao contrário de Tancredo Neves que, no seu estilo, era um homem solitário, um homem que ficava, às vezes, o dia inteiro pensando; decidia sozinho. Ulysses Guimarães sempre decidia com seus íntimos. Creio que desse acontecimento triste — aliás de tudo que acontece de ruim na vida — temos que tirar lições. Morreram, sem desmerecer os outros — quem sabe — os dois maiores estadistas do Brasil neste final de século, certamente, aqueles que mais produziram resultados para a democracia brasileira. Cada um no seu estilo, mas sempre juntos e preocupados com o povo. Creio que tudo isso é um desafio para nós que ficamos. Se nós, religiosos, acreditamos que há uma casa celestial, imagino que nela exista um compartimento onde está escrito "Os combatentes do bom combate". Se acredito nisso, tenho certeza de que hoje Ulysses Guimarães está do lado de Tancredo Neves, junto com Severo Gomes, observando o que vamos fazer pelo nosso País. Espero, sinceramente, que nenhum de nós decepcione aqueles que estão lá; nenhum de nós envergonhe Ulysses Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PDS — SC) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador. — Sr. Presidente, Srs. Senadores, com o encaminhamento dos dois requerimentos, desejo, em meu nome pessoal e no da Bancada do meu Partido, não apenas subscrevê-los publicamente, mas me associar às manifestações que muito menos representam o pesar que todos sentimos pela perda, pela figura do homem público, do amigo e do Líder político Ulysses Guimarães, muito menos pesar — repito — e muito mais, neste momento, expressar o que já podemos recolher das lições de vida, de vida pública, de vida política que Ulysses Guimarães nos legou e nos lega.

Ao me associar a tais manifestações, desejo frisar o profundo respeito às lições de dignidade, de probidade, de amor à causa e à coisa pública que Ulysses Guimarães sempre representou.

Os depoimentos até aqui trazidos ilustram com muita autoridade o que neste momento assinalo. O que desejo frisar é o dinamismo do homem público. Ulysses Guimarães foi,

ao longo dos poucos anos de convivência que tivemos, um dinamizador, um produtor de energia, um catalisador de opiniões e um propulsor de idéias. Por isso ele se firma como um exemplo para todos nós. E a essa constatação, que não é nova e que apenas endosso, desejo acrescentar três pontos: primeiro, quero enaltecer a propriedade aqui mencionada pelo Senador Marco Maciel em sua feliz observação. S.Ex.^a, ao lembrar o discurso que Ulysses Guimarães proferiu a propósito do falecimento do Senador Filinto Müller, referiu-se à propriedade, à adequação da figura de retórica, da imagem humana que ele exalçou naquela época e que neste momento é tão apropriada tanto a Ulysses Guimarães e D. Mora quanto a Severo Gomes, cuja memória desde agora queremos reverenciar, e sua esposa, D. Henriqueta. Este é o primeiro ponto: a propriedade do que aqui foi lembrado pelo Senador Marco Maciel.

O segundo ponto é a respeito do que a figura de Ulysses Guimarães representa para o Congresso Nacional. Não tenho a história de congressista, tenho minha vida pública marcada principalmente pelo exercício de funções no Executivo. Mas considero-me um estagiário aplicado no chamado mundo das idéias e das palavras, que é o Congresso Nacional. E pude perceber ao longo da minha modesta e curta vida pública que Ulysses Guimarães sempre se agigantou na hora da crise, como acontece com os grandes homens. E mais ainda, sabia se agigantar quando a instituição Congresso Nacional era ameaçada ou ferida por um agente de um outro Poder ou mesmo pelo bramir dos ventos da opinião pública.

Ulysses Guimarães tinha esta vocação: agigantava-se na crise e, principalmente, agigantava-se na defesa desta instituição, agindo como se ela fosse a sua cria, quando na verdade ele é que era dela sua criatura. Mas portava-se com a valentia da mãe na defesa de um ente querido. E este traço desde já considero definitivo na biografia de Ulysses Guimarães: a encarnação da alma do Parlamento. Felizmente para nós todos e para o próprio País não é a única entidade que encarna a alma do Parlamento, mas sem dúvida alguma ele encarnava a alma do Parlamento por excelência.

Finalmente, um ponto lanço aqui que gostaria de ressaltar, talvez até em função da pouca intimidade que o tempo me tenha dado em relação ao Dr. Ulysses Guimarães. Mas, enfim, deu-me tempo suficiente para que houvesse uma relação muito afetuosa, muito carinhosa e respeitosa entre mim e o Dr. Ulysses.

Recordo que em setembro de 1984 — tenho aqui o testemunho do ex-Governador e Senador José Richa — numa conversa muito cordial que tínhamos, o Dr. Ulysses Guimarães acariciou a minha cidade, Florianópolis, dizendo o seguinte: “Quando um dia eu pendurar a chuteira, uma das minhas opções de cidade na qual gostaria de morar seria Florianópolis”.

Reptei o testemunho dessa declaração de amor à minha cidade — foi assim que nós a interpretamos — do Senador José Richa, que participou dessa conversa. De sorte que, por tudo que representa, sempre representou e vai continuar a representar Ulysses Guimarães, em meu nome pessoal, em nome da Bancada do Partido Democrático Social, nós nos associamos aos requerimentos que foram aqui apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS (PSDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Creio, Sr. Presidente, que o sentimento que me assalta neste instante é absolutamente comum a todos os brasileiros.

Sinto-me despojado. Sinto-me, como certamente se sente a Nação e todos os brasileiros, subtraído em uma parte de mim próprio. Assim eu me sinto, perante um acontecimento que, de alguma forma, nos priva de alguma coisa e nos oferece essa perspectiva de um vazio interno que não conseguimos preencher.

Há homens em relação aos quais todos nós consideramos a eternidade. Há homens que nos parecem eternos. Não no sentido lírico, não no sentido retórico; mas fisicamente eternos. São pessoas que, em sua passagem pela vida, acabam marcando de tal forma com a sua presença que nos parece durarão para sempre, serão eternos. E Ulysses Guimarães foi uma figura dessa dimensão. Desde o jovem menino que nasceu em Rio Claro, filho de pai pobre, humilde, dono de uma loja de armarinhos, e de mãe professora, até ao menino que se mudou para Lins depois de uma passagem por Araçatuba, onde fez o curso normalista. Um entre três homens, numa turma de 51 alunos que cursavam o Normal. Exibia desde aquele instante a sua vocação inextinguível para conduzir, com aquele estilo de liderança que possui o homem que não obriga seus liderados, mas a quem se delega a tarefa de caminhar na frente. Não chegou a ser totalmente feliz — depois de articular a possibilidade de ser o orador da turma, confrontou-se com a frustração da ausência de formatura. Pouca gente sabe — ele o escondia — que fez um curso de Madureza em Lorena, para ingressar na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Foi assim, na companhia de algumas outras figuras, entre as quais destacava-se, o seu companheiro de turma, Jânio da Silva Quadros, que cursou a Faculdade de Direito. Foi assim que conviveu com os modernistas, ambicionando a tarefa de ser poeta, porque isso, igualmente, lhe oferecia uma ponte para o futuro maior que perseguia. Foi assim que fez parte da União Estadual de Estudantes e da União Nacional de Estudantes. Foi assim que virou orador do Centro Acadêmico. É no jornal do seu partido, na Faculdade de Direito, que a sua primeira mensagem de propaganda eleitoral foi inserida, traçando-lhe o caráter e definindo-lhe as qualidades. Orador insuperável, uma enorme capacidade de liderança, eram os adjetivos com os quais se cultivava a candidatura do futuro orador da turma.

Depois de formado, aproximou-se de dois homens da minha terra natal, dois políticos de larga tradição: Antonio e Lincoln Feliciano, dois irmãos, sendo o mais novo, Antônio, Deputado Federal e o mais velho, Deputado Estadual. Foi com eles que, sem gostar de esportes, Ulysses acabou como dirigente do clube da minha terra, do Santos Futebol Clube.

Foi por instância de velhos militantes do PSD que ele se candidatou a deputado estadual em 1947. A partir de 1950, conquistou um mandato de Deputado Federal, e, a partir daí, a presença de Ulysses Guimarães na Câmara dos Deputados não era objeto de discussão. Era inimaginável a idéia de que aquela Casa pudesse, ao longo desses quarenta e dois anos, ver transcorrer uma legislatura sem que a figura de Ulysses Guimarães oferecesse o contributo da sua inteligência. Ulysses Guimarães foi Presidente da Câmara dos Deputados em 1957 e, pela vez primeira, foi candidato a um cargo executivo: governador de Estado de São Paulo. Comecei a

conviver com Ulysses Guimarães quando cheguei à Câmara dos Deputados, em 1963. Eu pertencia a um pequeno partido que, à época, tinha uma bancada de apenas oito Deputados; mas acabamos por nos encontrar no estuário das insatisfações, que se chamava MDB. Fui, com ele, membro da Executiva Nacional.

Em 1968, fui cassado. A cassação é um instante complicado em nossa vida; é um instante em que se é forçado a conhecer o caráter das pessoas, um instante em que se recebe de quem não deve e, por outro lado, vê-se alguns, que se supunha amigos, atravessarem a rua para não cruzarem conosco.

Lembro que o primeiro reencontro foi logo em seguida, num dos poucos convites que recebi, no intervalo de três anos, depois de cassado. Paradoxal. Fui convidado a comparecer ao Consulado dos Estados Unidos, em São Paulo, onde havia uma recepção, e ali encontrei Ulysses, recém-eleito Presidente do MDB. Apresentava uma vitalidade, uma vocação para mudar, um extraordinário espírito de luta, que me fez reencontrar-me comigo próprio, e passar a pesquisar, a partir daquele instante, em cada canto de jornal censurado, naquele dia, a voz de Ulysses falara por mim.

Em 1978, havia transcorrido dez anos da minha cassação. No instante em que ela terminou, o então Prefeito de Campinas, Francisco Amaral, deputado até bem pouco tempo — numa linha de oposição, a outra figura nascida naquela terra, o então Senador Orestes Quêrcia —, tentou prestar-me uma homenagem. S. Sa. convocou todos os membros da Bancada de 1968, a qual eu liderava, para comparecerem a Campinas, onde ele faria uma recepção. Ali revi velhos amigos que não encontrava há mais de 10 anos. Lembro-me bem do comentário de Ulysses dias depois, diante da profunda insatisfação da citada liderança local em face da minha presença naquela cidade, e das consequências políticas desse fato. Perguntou-me, com aquela perspicácia que lhe era peculiar e com aquele sentido de ver longe onde não se consegue entrever nada: "Mas, afinal, você desaprendeu de fazer política".

Há homens que reservam a sua vitalidade para o físico. São longevos, vivem além do tempo, prolongam a sua biografia além dos demais. Outro dia, num dos programas de TV mais assistidos neste País hoje, no Jô Soares Onze e Meia, um negro de 107 anos de idade, exibindo a sua dentadura perfeita, carregado de sorrisos e de memórias, expunha o que era ainda a sua vida e as suas perspectivas futuras, oferecendo a todos nós a imagem de um filho de 11 anos e a de uma esposa de 39.

Mas há homens que reservam a vitalidade toda para o espírito, para a inteligência. Ulysses Guimarães era um desses homens, era uma dessas figuras que, seguramente, qualquer crítico há de incluir entre as mais legítimas, ativas e importantes do nosso convívio contemporâneo. Eu via Ulysses Guimarães a carregar, no seu espírito e na sua inteligência, toda a vitalidade.

Lembro-me de algumas tertúlias e de alguns conselhos que íamos buscar em sua casa, a quatro quadras da minha, em São Paulo. As conversas com Ulysses tinham desenlace previamente definido. Quando ele a iniciava, já sabia o que pensava do assunto, qual a sua decisão e, depois de ouvir o interlocutor por longo tempo, vinha com o remate final: "Eu não sei". Quando ele dizia "eu não sei", ficava claro que a decisão estava tomada e que ele meramente buscava o caminho fácil do carinho verbal para chegar à conclusão comum.

Foi um homem de extrema coragem; foi o homem do "Idi Amin", foi o homem dos "Três Patetas"; foi o homem que se manteve nas ruas de Salvador contra as patas dos cavalos e as mordidas dos cães. Foi um homem. Foi alguém que sonhou ser Presidente da República a vida inteira, mas em quem foi impossível notar, qualquer ressentimento por não ter chegado lá.

Não há frase que o defina melhor do que a sua maneira de ser: "As galinhas ciscam para fora — dizia ele — eu cisco para dentro. Eu somo. Eu construo". Ulysses Guimarães é desses homens que representam um monumento mesmo em vida. É desse tipo de pessoa que não exige biógrafos. Ele é em si uma história de vida.

Era natural, portanto, que, na hora da morte, ele estivesse acompanhado da esposa, D. Mora Guimarães, e de uma alma gêmea, o nosso Severo Gomes.

Não sei por que Severo Gomes me lembra meu pai. Talvez, por eu querer tanto a meu pai. Lembro-me que fui candidato a Senador, escolhido numa convenção que ocorreu exatamente no dia 6 de julho de 1986 e, nove dias depois, no dia 15 de julho, tive um enfarte. Fui levado ao hospital e a tarefa de ficar bom me tomou um mês. Mas, quando cheguei ao hospital, ainda com uma campanha incipiente, que nunca chegou a ser uma campanha, houve um telefonema à minha esposa, que além de perguntar por minha saúde, perguntava o de que eu precisava. Era Severo Gomes. Vários amigos telefonaram. Mas, com Severo, havia antecedentes.

Quatro anos antes, em 1982, quando ele foi candidato a Senador e eu próprio candidato a Deputado Federal, numa época em que a sublegenda conturbava o nosso comportamento e a nossa solidariedade, lembro-me de tê-lo procurado em sua casa, para lhe dizer: "Há um candidato em sublegenda que concorre com você, o Almino Afonso, meu colega de lutas estudantis, de UEE e UNE e tenho um compromisso histórico com essa candidatura. Não posso lhe ajudar." E foi este homem que, quatro anos depois, é o interlocutor do primeiro telefonema recebido por minha esposa no instante da minha necessidade.

A Nação, hoje, perde Ulysses, Severo, e suas esposas.

Certa vez, numa entrevista, Ulysses disse: "Quando eu morrer e vocês virem o caixão passar, podem dizer: ali vai um homem teimoso, um homem com raiva". Teimoso, na sua obstinação por mudar este Brasil; com raiva, porque ainda não tinha conseguido o seu objetivo.

Mas, certamente, cada um de nós, os que com ele tiveram o privilégio de conviver, aqueles que, afinal, viveram os momentos inesquecíveis nesses últimos 30 anos, ao ver o caixão passar, muito seguramente falarão algo diferente: "Ali vai um Homem". Ulysses desnecessita de adjetivos, uma espécie de gênio singular. Ali vai um Homem que honrou o seu Estado, que honrou este País, que honrou a liberdade, que honrou a democracia; um homem que deixa lembranças, um homem que fez história, um homem de quem todos nós, a Nação inteira, se sente, embora com honra, profundamente despojada.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Iram Saraiva, por permuta com o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. IRAM SARAIVA (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É incrível como uma pessoa consegue passar à História ainda vivo e, depois de desaparecido, deixar no seio de seu povo — não só o povo paulista — um fato para cada membro da classe política contar.

Ouvimos agora do Senador paulista Mário Covas alguns fatos e sei que, se cobrássemos, S. Ex.^a teria muitas e muitas outras histórias sobre Ulysses Guimarães e Severo Gomes. Ele teria condições de, nesta página da história, enumerar gestos de grandeza que, para encontrarmos similar, teríamos que sair do Brasil e debruçarmo-nos na história dos grandes povos, dos grandes comandantes políticos, dos grandes generais, dos grandes homens.

Quero dizer, colegas Senadores, que Ulysses Guimarães conseguiu um fato inusitado na vida política brasileira: é como se tivesse uma ligação com cada vereador deste País, com cada deputado estadual, com cada deputado federal, com cada senador, com cada governador, com cada Presidente da República. E conosco, goianos, logicamente, não seria diferente.

O acadêmico Ulysses Guimarães, jovem, orador inigualável, chega à minha cidade natal, logo após sua inauguração. O que iria fazer aquele jovem acadêmico numa cidade que começava a nascer. Lá está a marca: uma exuberante estátua de Bartolomeu Bueno da Silva na principal praça de Goiânia, a Praça Bandeirante. E o orador que, em nome do Centro Acadêmico da Universidade de São Paulo, fora levar aquela estátua foi Ulysses Guimarães. E que peça oratória fez aquele jovem! Um documento histórico que nós, goianienses e goianos, jamais iríamos esquecer. Está no coração do Brasil, no coração do meu Estado e, incrível, no marco central da minha cidade Goiânia: a estátua do Bandeirante, é o próprio Ulysses Guimarães, com aquela postura ereta, rica de conhecimentos da pátria e de conhecimentos do exterior, o mestre que, no Congresso Nacional, sempre nos deu lições de vida. Sou uma testemunha disso.

Chego ao Congresso Nacional, depois de passar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Legislativa de Goiânia, ainda neófito, figura inexpressiva, desconhecida ainda, e encontro-me com o Dr. Ulysses Guimarães. E, logo depois, voltando do primeiro recesso que passei na minha cidade, depois de ser eleito Deputado Federal, vindo de Goiânia para Brasília, acidentei-me. Fraturei a quinta vértebra cervical, que significava uma tetraplegia. Isso ocorreu no dia 31 de julho de 1979. No dia 1º eu estava no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, e uma das primeiras figuras que consegui divisar na minha frente, depois da anestesia, foi um homem esguio, com os dois braços para trás, que me falou: "E aí, Iram? A luta continua." Era Ulysses Guimarães, o primeiro parlamentar que me visitou, levando-me o entusiasmo, a coragem de continuar vivendo, a própria necessidade de continuar a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita.

Eu ficaria aqui, Sr. Presidente e Srs. Senadores, debruçando-me em muitas memórias.

O Estado de Goiás lamenta perder Ulysses Guimarães e Severo Gomes, pessoas com as quais convivemos aqui e aprendemos muito. Dois grandes mestres. Mestre na aceção total do termo, porque há mestre e há mestre, Senador João Calmon.

Há o mestre que, na sala, dedica a sua didática em ensinar e vai embora; e há aquele que acompanha o discípulo em todos os passos. Nós, que somos dedicados à educação, sabemos disso. E os dois tinham esse comportamento.

Quantas e quantas vezes cruzei por Severo Gomes nesta Casa e ele sempre, com a sua forma gentil, com a sua forma também calma, nos tinha algo de ensinamento.

E é por aí que o homem vai para a História. E é por aí que perdemos a convivência.

Lamentável, triste esse episódio. Mas tenho certeza absoluta de que no Brasil, no mundo, sempre haverá uma frase de Ulysses Guimarães proferida por um homem de bem, por um homem honrado. O Senador Mário Covas colocou algumas frases; e quero encerrar, em nome do povo goiano, essa minha breve intervenção dizendo uma frase que, para mim, ficou lapidar nesses momentos históricos que vivemos: "Velho, sim. Velhaco, não". Esse foi o Ulysses Guimarães que aprendi a admirar, que o povo brasileiro amou, que, de um helicóptero, passou para a História.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro). — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PDT — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, na condição pessoal de Senador da República por Santa Catarina e também na condição de Líder do meu Partido nesta Casa, o PDT, desejo fazer algumas referências e prestar homenagem muito singela, muito modesta a essas grandes figuras de brasileiros que ontem desapareceram, que ontem nos deixaram, para nossa tristeza, para nosso desalento; mas, ao mesmo tempo, nos legam um exemplo que, creio, todos nós devemos seguir.

Falo primeiro do Dr. Ulysses Guimarães.

Não creio que exista nenhuma biografia política com a densidade, com a riqueza da biografia política do Dr. Ulysses Guimarães entre os políticos que estão vivos em nosso País. É possível que existam, e certamente existem biografias comparáveis. É possível que exista alguém que tenha uma biografia tão densa, tão rica e igual à do Dr. Ulysses Guimarães, mas ninguém lhe terá sido e ninguém lhe é superior.

O Dr. Ulysses foi um protagonista fundamental da História recente e da vida contemporânea do nosso País. Foi protagonista central, da maior importância, de eventos que enriquecem a luta pela democracia e pela liberdade do nosso País.

Eu queria começar por lembrar, como outros lembraram, a anticondatura do Dr. Ulysses Guimarães nos idos de 1973/1974.

Essa anticondatura foi, antes de tudo, um ato de ousadia e de coragem de Ulysses Guimarães e daqueles que estavam ao seu redor.

É notável observar que uma das grandes qualidades, uma das muitas qualidades que o Dr. Ulysses Guimarães tinha era exatamente a prudência, o cuidado, o zelo quando se dedicava a alguma coisa. Mas essa prudência, naquele momento da anticondatura, foi substituída por um ato de ousadia e de coragem, de percorrer as estradas do nosso País para levar a mensagem, não de uma candidatura especificamente, mas daquilo que tão apropriadamente ele e todos acabaram por chamar de anticondatura.

Alguém lembrou muito bem que a anticondatura não se fazia pelo rádio, nem pela televisão. Não se usavam os meios de comunicação de massa, como se faz hoje, nem grandes concentrações era possível serem feitas na época da anticondatura. Muitos dos eventos da anticondatura do Dr. Ulysses Guimarães e de Barbosa Lima Sobrinho eram realizados através de passeatas pelas ruas das principais cidades do

nosso País. O Brasil, então, estava submetido ao silêncio forçado, imposto pelo regime militar e autoritário. Mas, tenho certeza de que aquele foi um evento, uma passagem absolutamente necessária para que o País fizesse a travessia do regime militar e autoritário para a democracia. Não era, como disse, uma candidatura ao Colégio Eleitoral; era muito mais a pregação da liberdade e a denúncia do regime militar e autoritário. E os seus frutos se seguiram em outras lutas, nas quais o Dr. Ulysses Guimarães sempre esteve presente — tão bem lembrado agora pelo Senador Iram Saraiva —, a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita que teve, mais uma vez, no Dr. Ulysses um ator central, uma Liderança a comandar um desejo e um sentimento da Nação, para que retornassem à vida pública e à atividade política tantos brasileiros que foram da vida pública e da vida política afastados pelo arbítrio e pelo regime de exceção.

A resistência democrática teve como ator principal talvez a própria sociedade brasileira, desejosa de retilhar os caminhos da democracia; mas, mais uma vez, em cada ato, em cada gesto, em cada episódio, em cada palavra em favor da redemocratização do País, lá estava à frente, com sua voz vertical, com seu discurso inextinguível, com a sua palavra veemente a figura ímpar, a figura extraordinária do Dr. Ulysses Guimarães.

Foi assim também na campanha das Diretas. Não creio que tenha havido nenhuma das grandes concentrações em favor das eleições diretas no nosso País, nos idos de 83 e 84, que não estivesse lá à frente, junto com outros grandes líderes nacionais, como Tancredo Neves e como tantos outros, a palavra veemente, a palavra vertical, a palavra cheia de fé e de otimismo nos destinos da democracia do nosso País do personagem de sempre, Dr. Ulysses Guimarães.

Alguém, entre os muitos oradores que me antecederam, também recordou que uma vez encerrado o ciclo da campanha das Diretas, uma vez verificado com clareza que o único caminho que restava era o Colégio Eleitoral; e através da candidatura do Dr. Tancredo Neves, mais uma vez exercia o Dr. Ulysses Guimarães já uma outra alta qualificação da sua personalidade, que era exatamente o desprendimento.

Creio que o Dr. Ulysses Guimarães teve, ao longo da sua vida, muitos momentos de elevadíssimo prestígio perante a sociedade brasileira. Aquele era um desses momentos em que indiscutivelmente ele era das personalidades mais notórias, mais amadas e respeitadas pela sociedade brasileira, pois quando se inviabilizou o caminho das diretas, lá estava o Dr. Ulysses com essa qualidade a que quero referir-me, a do desprendimento, não guardando nenhuma mágoa, nenhum ressentimento por no Colégio Eleitoral o nome a ser apreciado ser o do então Governador de Minas Gerais, Dr. Tancredo Neves.

Estava lá o Dr. Ulysses Guimarães a articular a candidatura do Dr. Tancredo Neves, à frente de todos aqueles entendimentos, à frente daquela aglutinação enorme de forças políticas, estando até mesmo na vanguarda do então PMDB para articular com a dissidência do então PDS. Lá estava ele mais uma vez como líder de um momento elevado da vida nacional, porque naquele momento, ainda que pelo Colégio Eleitoral, fazia-se definitivamente a travessia do regime militar e autoritário para o democrático. Fomos ao Colégio Eleitoral sob a liderança de Tancredo e do Dr. Ulysses para ferir de morte e definitivamente a situação anterior.

Depois, na Assembleia Nacional Constituinte, todos nós que tivemos a honra de escrever a Constituição de 1988 ficamos

com as lembranças mais afetuosas, de maior respeito e admiração em relação à personalidade do Dr. Ulysses Guimarães. Quem deu o tom, quem deu o ritmo da Assembleia Nacional Constituinte foi mais uma vez essa personalidade singular, extraordinária do nosso tempo.

Quando era necessário agilizar os trabalhos, quando era necessário apressar o passo, creio que nos nossos ouvidos, neste momento, deverá estar aquela palavra de ordem que ficou famosa: "Vamos votar, vamos votar(%)"! E todos nós acorriamos ao plenário da Câmara dos Deputados para cumprir o nosso dever de constituintes. Assim como também no instante do entendimento, da negociação, do diálogo, para muitas das questões difíceis e delicadas da Constituinte, era o Dr. Ulysses Guimarães que um pouco reduzia o ritmo para que, através do entendimento e da negociação, nós pudessemos chegar a um bom termo.

Creio que nós também devemos lembrar a figura do Dr. Ulysses Guimarães como dirigente partidário. Fiquei durante 20 anos no MDB e no PMDB. Foi ele um dirigente partidário extraordinário. Ali ressaltavam todas as suas grandes qualidades, principalmente a do grande líder que foi. O PMDB, de um Partido quase clandestino, de um Partido que nasceu mais ou menos para convalidar a cena democrática imaginada pelo regime militar e autoritário, transformou-se, ao longo do tempo, sob o comando e sob a direção do Dr. Ulysses Guimarães, num grande Partido que, num instante determinado, era o esquadro único de todas as insatisfações, de todo desejo, de todo sentimento do povo brasileiro, para terminar de vez com o regime militar e autoritário, o regime de arbítrio, e para voltarmos a viver no regime democrático. Foi um dirigente partidário das mais altas qualificações. Ali, insisto em dizer, sobressaiu mais uma vez a sua condição de grande líder, de grande condutor, de grande comandante que, em todos os momentos, e apesar de todas as dificuldades e de todas as asperezas, tinha a habilidade, o tirocinio, a inteligência para conduzir aquele que foi e ainda é um grande Partido.

Creio que devemos falar um pouco da coragem do Dr. Ulysses Guimarães. Ele não conheceu, certamente, o sentimento do medo. Em cada gesto, em cada palavra, em cada ato do Dr. Ulysses Guimarães estava exatamente a ousadia, a coragem. Não uma coragem temerária, não uma coragem imprudente, mas uma coragem de patriota, a coragem cívica de enfrentar todas as adversidades, todas as violências, todas as atrocidades e todas as truculências do regime de exceção. Devemos realçar também nesta oportunidade a sua inteligência e cultura. Quantos belos discursos ele produziu, quantas belas frases ele foi capaz de cunhar, quantos dizeres, quantas palavras, quantos enunciados têm a marca indelével, a marca característica da sua lucidez, da sua inteligência e da sua cultura!

Neste momento em que a Nação brasileira clama por moralidade e ética nos negócios públicos, nos assuntos públicos, na atividade política, é preciso fazer referência — e reverenciar aqui — à honra pessoal absolutamente inatacável do Dr. Ulysses Guimarães. Os seus adversários ao longo do tempo — como não poderia deixar de ser, porque ele também tinha conteúdo político — fizeram algum tipo de crítica à sua ação política e até mesmo à sua personalidade, mas ninguém jamais, no decorrer da longa travessia do Dr. Ulysses na vida pública e na vida política, ousou levantar uma só palavra de suspeição em relação à sua honra pessoal.

Creio que também devemos lembrar aqui a figura humana do Dr. Ulysses Guimarães, afável, simpática, elegante, suave, a figura humana agradável do Dr. Ulysses Guimarães, sempre com uma palavra de simpatia, sempre com uma palavra elegante, sempre com uma frase espirituosa a receber, como tão bem disse o Senador Iram Saraiva —, fosse o mais modesto e humilde vereador do interior do Brasil, fosse seu companheiro do Senado ou da Câmara, fato que o engrandece e o dignifica e que deve ser para nós exemplo, motivo para seguirmos essa faceta da sua personalidade.

Muitas vezes o Dr. Ulysses foi atingido não só por críticas pessoais, não só pelas dificuldades da travessia que fez do regime militar até este momento de alto grau de liberdade política que estamos vivendo, mas por atos menores e mesquinhos, mas nunca ouvi da sua voz e da sua boca uma só palavra de mágoa, de ressentimento, um só gesto que denotasse o ódio como sentimento menor. Foi um homem dos grandes sentimentos, dos elevados sentimentos da personalidade humana.

Desejo fazer também breve referência a sua companheira, D. Mora, sempre presente em cada um desses eventos, acompanhando aquele homem extraordinário, acompanhando essa figura singular da história contemporânea do nosso País. Já disseram todos aquilo que nos vem a cabeça num instante como esse de tragédia para a vida nacional: era quase que absolutamente natural que D. Mora e Dr. Ulysses tivessem o mesmo momento de encontro com a eternidade. D. Mora foi a companheira inigualável, a companheira ideal, a companheira absolutamente fiel, em todas as grandes caminhadas cívicas, do Dr. Ulysses Guimarães.

Como Senador da República, convivi com o Senador Severo Gomes, que agora passa, que agora nos deixa e sobre quem gostaria de dizer algumas palavras. O Senador Severo Gomes é outra personalidade singular, também agradável, também afável, sempre de bom humor, espirituoso em cada encontro, mas sobretudo um exemplo de luta e, tanto quanto o Dr. Ulysses Guimarães, deixa-nos em má hora.

Creio que nos últimos momentos de sua existência, nesses últimos anos, o Senador Severo Gomes deve ter assistido com alguma mágoa a toda a falácia do neoliberalismo que estava aí, ele que era um nacionalista da melhor estirpe e tinha todos os argumentos para contra-arrazoar todas essas falácias que nos quiseram impingir desde o início do Governo Collor. Ele costumava lembrar sempre que todos os países do mundo, todos os dirigentes, todos os governantes, os representantes de cada nacionalidade defendiam com unhas e dentes os seus interesses, defendiam com unhas e dentes o produtor nacional, o industrial nacional. Severo Gomes sonhava com uma nação autônoma, com uma nação independente. Ele colocava no mesmo plano a democracia política das liberdades, de que todos nós dispomos hoje, e a idéia de uma emancipação econômica, a idéia de uma democracia social, a idéia da distribuição justa e equilibrada dos bens e das riquezas que todos produzem.

As condolências mais sentidas tanto à família do Dr. Ulysses, como à família de D. Mora, à família de Severo Gomes, à família de D. Henriqueta, esses grandes brasileiros que nós acabamos de perder.

Falo como Líder do PDT, falo em meu nome pessoal e falo, também, em nome do Governador Leonel Brizola, com quem estive conversando há duas ou três horas atrás. E S. Ex^a mostrava-se muito consternado, como não podia deixar de ser, com o passamento desses ilustres brasileiros.

Creio que neste momento, em que a Nação certamente vai sentir a mesma dor, a mesma perplexidade, o mesmo sentimento de todos nós, devemos seguir o exemplo, os passos de Ulysses e de Severo Gomes, homens públicos que engrandeceram esta nossa condição, que foram políticos enaltecedores da condição de político, sobretudo quando os políticos e a própria atividade política foi e continua sendo tão questionada por amplos setores da vida nacional.

Seguir o exemplo de luta, o exemplo de coragem, de lucidez desses grandes brasileiros que se foram, e dizer, como o Dr. Ulysses o fez em uma de suas páginas memoráveis, citando Fernando Pessoa: "Navegar é preciso, viver não é preciso". Navegar é preciso, no sentido de que é preciso continuar a luta, pela pátria justa, pela pátria democrática, pela pátria igualitária e por um Brasil com o qual todos sonhamos e que certamente terá sido o sonho mais alto, mais elevado do Dr. Ulysses Guimarães e do Dr. Severo Gomes, que agora nos deixam.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador: — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tive oportunidade de conviver com D. Henriqueta Gomes aqui em Brasília, ao tempo em que o Senador Severo Gomes exercia o seu mandato; uma figura extraordinária, muito apegada à cultura brasileira, às artes, e que gostava sempre de exaltar a qualidade dos artistas e das artes brasileiras. Era estudiosa também da cultura indígena, era uma ativista, no melhor sentido deste termo, na proteção à essa cultura e à cultura brasileira: uma pessoa generosa.

Tive também o privilégio de conviver com D. Mora Guimarães; algumas viagens fizemos juntos, Lais e eu, D. Mora e Dr. Ulysses. E aquela mulher extraordinária, o Brasil todo a conheceu no período da escolha do candidato do PMDB à Presidência da República, em que o desfile de traição foi enorme à sua frente, à frente do candidato inquestionável: Ulysses Guimarães. A firmeza de D. Mora nunca deixou dúvidas a ninguém. Ela estava ao lado de seu marido como sempre esteve: meiga, doce, suave, mas firme como a esposa de um estadista deve ser.

Convivemos com Severo Gomes aqui neste plenário quatro anos, o que foi para mim um privilégio. Nesse período, tive a distinção de ser Líder da Bancada. E houve um período, um momento em que Severo causou-me muitos problemas, aborrecimentos enormes. Estávamos tratando do ajuste da dívida externa nacional, e o Senador Severo Gomes batia sempre na mesma tecla: "Só podemos fazer um acordo sobre a dívida nacional respeitando o cronograma de desembolso do Brasil, considerando também um mínimo de três meses de importação". Isso foi motivo de gargalhadas dos nossos credores lá fora, e os banqueiros diziam que a obrigação do devedor é pagar. Nas primeiras vezes, nem se tomava conhecimento desse absurdo; antes, o Senador Severo Gomes já exigira, no plenário da Assembleia Nacional Constituinte, que a dívida brasileira, para ser aceita, para ser correta, tinha que receber o **referendum** do Senado Federal.

Era um fato inédito. As nossas Constituições anteriores não continham essa exigência. Uma, duas, três vezes, o nosso embaixador, que negociava a dívida, foi ao exterior e voltava dizendo: "Essa exigência é descabida; não é possível". Um dia nos apercebemos de que era necessário regulamentar um

artigo da Constituição, que tornava obrigatória a passagem dos débitos estrangeiros pelo plenário do Senado, pela Comissão de Assuntos Econômicos. Então, fomos elaborar a famosa Resolução nº 85.

E Severo Gomes, mais uma vez, insistente, persistente, de maneira conveniente e inconveniente, dizia: "Não abro mão". O tempo passando, e havia interesse da banca internacional e nosso também em fazer acordo. Mas Severo Gomes não abria mão. Aí, o Embaixador Jório Dauster vai ao meu gabinete e começamos uma discussão. Ele fez, mais ou menos, umas seis ligações internacionais. Sempre me dizendo: "Está vendo, não é possível; nenhum banqueiro aceita isso". Ponderei: "Acho que isso não está na cláusula de negociações. Essa é uma exigência da nossa resolução". Depois de discutirmos por mais ou menos três dias, elaboramos a Constituição e a cláusula permaneceu; e ela foi respeitada na primeira, na segunda e na terceira negociação da nossa dívida externa. A teimosia de Severo Gomes fez jurisprudência internacional. O patriota quando é convicto não se importa se é ou não conveniente. Ele é obstinado como o foi Severo Gomes.

Neste momento, não diria a nenhum dos senhores que sempre combinei com Severo Gomes. Ao contrário, tivemos discussões extraordinárias, mas em nenhum momento senti da parte dele temor, medo, pusilanimidade. Sempre senti altruísmo, inteligência e devoção a este País. Como amou o Brasil, Severo Gomes!

Srs. Senadores, foi uma grande honra, como Líder da Bancada do PMDB, ter sido colega de Severo Gomes e ter sido liderado por Severo Gomes principalmente na elaboração da Resolução nº 85.

Ulysses Guimarães... Ulysses não morreu; seu corpo não resistiu à vida que, nele, era tão forte. Assim é para os cristãos: a vida passa de um estágio a outro. É a Páscoa, é a Passagem. Lembro-me de que Ulysses Guimarães, no enterro de Tancredo Neves, ele, o político de 24 horas, o estadista sem férias, sem domingo, sem descanso, gritava à beira do túmulo: "Tancredo Neves, o povo passa fome."

Ulysses governou o País na Oposição, muitas vezes ele governou o Brasil na Oposição.

Quando o Governo dizia para o povo brasileiro: "Vocês têm que ter medo", Ulysses dizia: "É proibido ter medo. Navegar é preciso, viver não é preciso". Ele fez 17 de 23 Senadores na Oposição. Espero que, morto, governe os políticos e a política brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Richa.

O SR. JOSÉ RICHÁ (PSDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, acredito que o sentimento que me domina neste instante seja o mesmo de todos os políticos da minha geração: o sentimento da orfandade.

Ulysses Guimarães, para todos nós, especialmente os da minha geração, foi, nesses conturbados trinta e poucos anos, uma referência em todos os momentos da prolongada crise política brasileira, que tem a mesma idade da República presidencialista e que, em alguns momentos, se agudizou de forma extraordinária. Exatamente nesses momentos, Ulysses foi para todos nós o farol, porque era um homem com muita experiência, talento e cordialidade, uma figura afável no trato. Com ele procurávamos conversar nos momentos de grandes dificuldades, quando não se sabia bem o rumo a que os aconte-

cimentos iriam acabar nos conduzindo. Por isto, este nosso sentimento de orfandade.

Ulysses era, como todos os políticos, um homem de mil e uma atividades; mas, como raros estadistas, tinha sempre, simultaneamente com as suas muitas atribuições, uma grande causa, um grande objetivo, que perseguia com rara obstinação. Era um homem muito obstinado na luta pelas idéias em que acreditava, e sempre tinha uma grande causa.

Lembro-me de que, logo após a minha chegada a este Congresso, em 1963, foi implantado o regime militar autoritário. Eu recebera a minha formação política na lide estudantil, como presidente da UPE, membro do conselho da UNE, no período do Presidente Juscelino Kubitschek. Foi aí que aprendi a fazer política e que fiquei impregnado, como todos os estudantes dessa época, daquele profundo sentimento democrático que o Brasil então vivia.

Assim, cheguei ao Congresso em 1963, eleito e com essa formação política, e um ano depois instaurou-se o regime militar autoritário. Completei minha formação praticamente nesse período autoritário; mas, como as minhas origens provinham do período democrático de Juscelino, eu não podia concordar com o sistema autoritário implantado. Alistei-me, então, desde logo, junto com Ulysses Guimarães, Martins Rodrigues, Josaphat Marinho, Wilson Martins e tantos outros, no Partido de oposição.

Ulysses foi se agigantando durante esse período; mesmo com as muitas atribuições que mantinha ao mesmo tempo, ele sempre teve uma grande causa. Nesse período autoritário, foi a reconquista da democracia, culminando com a campanha das Diretas Já. Depois, com a eleição de Tancredo Neves, e assim sucessivamente. Com sua obstinação, sua garra, seu extraordinário espírito de luta e espírito público e seu grande amor ao País, dedicou-se, como poucos, à causa da democracia. Com isso, ao longo dos anos, granjeou o respeito, a simpatia e o afeto de toda a Nação brasileira.

Nesta hora, subscrevendo tudo o que meus eminentes colegas disseram a respeito do Dr. Ulysses Guimarães, quero apenas acentuar uma questão. Para nós, parlamentaristas, o seu desaparecimento foi uma perda irreparável, pois, neste momento, ele estava empenhado na luta pela implantação de reformas políticas: reforma do sistema de governo, do sistema eleitoral, do sistema partidário, do sistema burocrático. E sabemos que, quando tinha uma causa e acreditava nela, excedia-se, transformava-se; esquecia a idade, as dificuldades físicas e desdobrava-se na perseguição desse objetivo.

Talvez eu seja a última pessoa com quem ele conversou em Brasília. Na quinta-feira, quando já se deslocava para o aeroporto, fez-me uma ligação telefônica e incumbiu-me de algumas tarefas para a preparação de uma reunião que, ainda hoje, terça-feira, queria realizar com os companheiros parlamentaristas. Incumbiu-me de preparar algum material a respeito da regulamentação do plebiscito e pediu-me também, e a outros companheiros que lutam pela implantação do parlamentarismo, que ultimássemos os preparativos para, na reunião de hoje, retomarmos o trabalho de elaboração do modelo de parlamentarismo. Infelizmente essa tarefa ficou inconclusa. Peço a Deus que nos ajude a encontrar alguém que substitua Ulysses Guimarães na tarefa de coordenar esse movimento.

Dizem que não existem pessoas insubstituíveis. Talvez esse dito popular tenha vindo à tona através de pessoas que não tinham uma grande causa para defender; porque quem não tem uma grande causa talvez não sinta a ausência de

pessoas que, com a mesma energia de Ulysses Guimarães, conseguem mover outras na direção do objetivo colimado.

Para nós, parlamentaristas, a tarefa mais importante para o Brasil neste momento é modernizar suas instituições políticas, porque entendemos que este será o primeiro passo para atingirmos os outros objetivos na área econômica e, sobretudo, na modernização das relações sociais.

Por isso, ousou dizer que o Dr. Ulysses, neste momento, é insubstituível na tarefa de coordenar o movimento que visa implantar o parlamentarismo e, como desdobramento, conseguir as demais reformas políticas necessárias. O Dr. Ulysses tinha trânsito fácil em todos os Partidos políticos, era uma figura respeitada por todos. Por isso, a sua adesão à causa parlamentarista não apenas trouxe uma grande euforia, um grande entusiasmo para todos aqueles que há anos lutam por esta conquista, como também, e principalmente, deu-nos um alento extraordinário.

Percebemos que o movimento parlamentarista teve duas fases: a anterior e a posterior à adesão do Dr. Ulysses. E foi exatamente após a sua adesão que muitos que sempre o tiveram como ponto de referência passaram a lutar ainda mais por essa idéia, agora com o entusiasmo de vê-la cada vez prosperando e avançando no seio da própria população brasileira.

Por isso, neste momento, quero discordar daqueles que acham que não existem pessoas insubstituíveis. Neste momento, a ausência do Dr. Ulysses é impossível de ser reparada. Espero apenas que o trabalho que realizou possa mover-nos agora no sentido de trabalharmos com redobrado entusiasmo para substituí-lo nessa tarefa. Tal substituição só será possível se compartilhada por todos os parlamentaristas brasileiros. O Dr. Ulysses era um homem sem medo — como muito bem acentuou o meu companheiro Ronan Tito — e, no meu entendimento, morreu exatamente porque era uma pessoa sem medo. Ulysses enfrentou todo tipo de turbulência que era própria da natureza humana: a turbulência da ditadura, a turbulência das crises políticas, e a todas elas venceu, porque era um homem sem medo. Entretanto, não pôde vencer a turbulência da natureza. Era um estadista, por isso não tinha medo, e foi exatamente a ausência de medo que o vitimou. Se ele tivesse, como todos nós, um mínimo de receio — já não digo medo — certamente não faria essa viagem com aquele mau tempo.

É difícil encontrar, neste momento, palavras para dizer o que vai no nosso coração e na nossa alma, mas peço a Deus neste instante que todos nós, políticos que convivemos durante esses anos todos com Ulysses Guimarães, tenhamos, neste seu prematuro desaparecimento, a força necessária para levar adiante as suas idéias.

D. Mora também é uma perda lamentada por todos nós. Era a companheira inseparável do Dr. Ulysses, solidária com ele em todos os momentos. Acho que provinha daí a força que o Dr. Ulysses sempre encontrou para vencer todas as adversidades que se lhe puseram no caminho durante esses anos todos, com altos e baixos. Nos momentos de dificuldade, como, por exemplo, a sua derrota nas eleições para a Presidência da República e o seu alijamento da disputa da Presidência da Câmara — D. Mora era a grande figura que inspirava e dava forças ao Dr. Ulysses. Às vezes, ela, que não estava diretamente envolvida no calor das disputas políticas, tinha até palavras ásperas contra alguns que conviviam com o Dr. Ulysses, mas que não foram solidários quando ele mais precisou. Entretanto, mesmo nesses momentos, o Dr. Ulysses tinha

para D. Mora, afetuosamente, uma palavra de tranquilidade; foi a grande companheira que ele teve. Concorro também com todos aqueles que disseram que seria impossível, ou tremendamente traumático para qualquer um dos dois, se essa passagem para a outra vida não tivesse sido em conjunto. Eles realmente conviveram tão bem nesta vida terrena que, até na hora de partir para a outra vida, tinham que estar juntos.

Quanto ao nosso companheiro Severo Gomes, com quem também a maioria de nós conviveu ao longo de tantos anos, sentimos muito a sua perda e de D. Henriqueta. O Severo era uma dessas figuras admiráveis, sempre muito amigo do Dr. Ulysses, um companheiro extraordinário de todos nós, um homem de grande espírito público, um nacionalista — no bom sentido — a toda prova. Exerceu poucos cargos, mas, durante o período em que não exerceu cargo público, procurou sempre acompanhar e atualizar-se com relação aos problemas brasileiros, de tal forma que sempre pôde influir, com o seu talento, nos rumos das questões políticas relevantes deste País nos últimos anos. Foi uma perda lamentável para todos nós.

Vamos procurar, no exemplo de vida, de perseverança, de garra, de motivação do Dr. Ulysses, encontrar a força que há de fazer com que o Brasil avance nos próximos anos, principalmente no rumo da modernização de suas instituições políticas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Wilson Martins.

O SR. WILSON MARTINS (PMDB — MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, releve-me, Sr. Presidente, se também eu venho a esta tribuna dizer pobres palavras depois de ouvir a manifestação de oradores eminentes desta Casa, ressaltando a vida política de um dos maiores estadistas brasileiros de todos os tempos — do Brasil-Colônia, do Império e da República — que foi Ulysses Guimarães.

A ele estou tão estreitamente ligado, Sr. Presidente, e há tanto tempo, que não poderia, de maneira nenhuma, deixar de fazer aqui também a minha homenagem. Talvez seja eu, nesta Casa, o seu amigo mais antigo. Conheci-o nas ruas de São Paulo que juntos palmilhávamos. Convivi com ele na velha Academia do Largo do São Francisco, ao tempo em que a Academia não era a nova, já velha, mas a vetusta Academia do Largo de São Francisco. Não fui seu colega. Ele, apesar de mais velho, formou-se um ano depois. Mas fomos companheiros, bons amigos. Aprendi, desde esse período, a ver em Ulysses Guimarães e a sentir nele as suas altas qualidades e as suas grandes inspirações. Foi um estudante modelo, revelando, já nesse tempo, não apenas o seu perfil de estudante, mas também as suas apreciáveis qualidades de liderança democrática.

Ulysses Guimarães pertencia a um partido e por ele fazia tudo que podia, chegando a ser o orador do Centro Acadêmico Onze de Agosto, um dos postos mais elevados da política acadêmica em todo o nosso País. Terminado o seu curso, foi orador da sua turma. Natural que se endereçasse para a vida pública.

Esse foi o estudante pobre, filho de professora e de pequeno comerciante, conforme foi aqui salientado, em oração anterior, pelo nobre Senador Mário Covas. O nobre Senador cometeu apenas um pequeno equívoco ao dizer que Ulysses

se formara com outro luminar da política brasileira: Jânio Quadros. Não, Jânio não se formou com Ulysses Guimarães; Jânio Quadros formou-se na minha turma em 1939; Ulysses Guimarães formou-se em 1940.

Depois de formado, advoguei rapidamente em São Paulo — cerca de dois anos — e fui montar banca na minha cidade, Campo Grande, onde havia mais clientela e onde a vida se me tornou mais fácil. Perdi-me de Dr. Ulysses Guimarães. Tendo ido para o interior cuidar apenas de minha vida particular, só o reencontrei bem mais tarde, quando da redemocratização do País, época em que também me fiz político, em 1945.

Nessa ocasião, Ulysses Guimarães pertencia ao PSD, e eu me filiei à UDN. Como os meus companheiros de universidade, de Campo Grande e do meu Estado, via com profundo desagrado o governo de ditadura de Getúlio Vargas. Só víamos o seu lado negativo; o lado positivo só viemos a perceber muito mais tarde.

Mas foi em Brasília e em Campo Grande que Ulysses Guimarães e eu estreitamos aquelas relações de amizade do tempo da velha Faculdade de São Paulo. Travamos juntos grandes batalhas, como ele as travou com seus companheiros do MDB e do PMDB.

Sr. Presidente, Ulysses Guimarães representa, na verdade, o símbolo do político brasileiro. Não há ninguém que eu conheça neste País, nenhuma biografia que tenha lido de brasileiros ilustres ou de altas personalidades da vida pública brasileira que me dê mais a dimensão do político do que o ilustre companheiro extinto.

Há poucos dias, conversava com Ulysses Guimarães sobre política e sobre políticos, comentando naturalmente casos concretos. Ele então me dizia: “Wilson, o político é como o herbívoro: tem que mastigar.” E fez com a boca o gesto demorado de quem mastiga as soluções da vida política.

O nobre Deputado foi tudo isto: paciente, cordato, humilde. Quantas vezes ouvimos e vimos Ulysses Guimarães receber, na função de Presidente da Câmara dos Deputados, insultos de companheiros e de adversários(?) A política apaixonada. Mais recentemente, vimos também o nosso ilustre amigo Senador Nelson Carneiro receber terríveis injustiças quando Presidente do Senado Federal, especialmente presidindo o Congresso Nacional. Nenhum dos dois deblaterou, nem partiu para agressões; ambos deram o exemplo do político civilizado, que sabe contornar situações difíceis e resolver os problemas que lhe são postos.

O País nunca prescindiu da inteligência, da experiência e da competência de Ulysses Guimarães. Isso sempre esteve patente para todos nós que o conhecemos e que com ele convivemos.

Era Governador do Mato Grosso do Sul, e, nesse período, coube aos Governadores de Estado do meu Partido, o PMDB, conduzirem a política sucessória do General João Figueiredo. Era o período em que saíamos do Estado autoritário, do Estado militarista, e queríamos ingressar no Estado democrático. Caminhávamos em perfeita sintonia, nós Governadores do Partido, tendo sempre presentes as figuras de Ulysses Guimarães e Tancredo Neves como líderes do nosso grupo, que pretendia eleger o sucessor de Figueiredo. Houve um dado momento em que se tornou patente a inviabilidade da justa pretensão de Ulysses Guimarães de ser o futuro candidato do Partido à Presidência da República. Ele tinha participado acicamente dos entevos do Partido, das grandes lutas travadas nos Estados, lutas essas já descritas pelos oradores que

me precederam neste plenário. Dispensamo-me, portanto, de reproduzi-las.

Vimos esse estadista ilustre, que não tinha as condições requeridas para atingir o seu objetivo máximo, que era a Presidência, de bom grado, perfeitamente consciente da sua insuficiência naquele instante, passar o bastão a Tancredo Neves. Não houve desagrado, não houve ciúme, não houve aborrecimento. Mesmo nesse instante, quando perdia a oportunidade de chegar à posição que talvez fosse o alvo máximo da sua vida, conservou a calma e a tranquilidade, mantendo a postura de político civilizado que sempre teve.

O País nunca prescindiu da sua ajuda nos momentos mais difíceis, como não prescindiu dela na Constituinte. Ali, nessa ocasião, percebemos claramente que, quando o Dr. Ulysses não assumia a Presidência, os trabalhos não andavam. Não que outros fossem incompetentes; mas é que Ulysses era o mago nesse instante. Graças à inteligência, à sua experiência de condutor de homens e à sua participação, conseguimos votar artigos, itens, parágrafos. E, para seu gozo, chegou o dia em que pôde exibir a “Constituição Cidadã” ao Plenário e fazer aquele magnífico discurso com que brindou a Nação e, particularmente, os seus colegas do Congresso Nacional.

Se, em nenhum momento, o País prescindiu da sua ajuda, muito menos agora poderia fazê-lo. Estamos ainda num momento de transição. O Congresso Nacional tomou a decisão difícil, mas altamente patriótica de, sob sua exclusiva responsabilidade e com base em denúncias gravíssimas que recebeu, retirar do cargo o Senhor Presidente da República Fernando Collor de Mello e de colocar nele, interinamente, o Vice-Presidente, que nos governa neste instante.

Ainda estamos com este processo aqui no Senado. E particularmente devo dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, que tenho dois receios: o primeiro é de que tenhamos sido demasiadamente liberais nos prazos concedidos no roteiro que traçamos para assegurar a defesa ampla do Presidente provisoriamente deposto; o segundo é de que a Nação não aceitará — e, para nós, seria o supremo opróbrio — se chegarmos, sem uma decisão, ao final do prazo de 180 dias, quando, então, teremos que nos defrontar com a eventualidade da reassunção do Senhor Presidente Fernando Collor de Mello.

Nesses instantes é que se sente claramente a ausência dos grandes líderes, a falta que fazem; e Ulysses é um deles. Somos um país com um pequeno estoque de lideranças nacionais com a experiência e a grandeza de Ulysses Guimarães. Ele nos fará enorme falta no futuro.

Eu não poderia deixar de dizer também uma palavra sobre a sua companheira fiel, D. Mora, tão dedicada a ele e tão amiga de seus amigos. Recordo-me da visita gentil que fez à minha mulher, recentemente hospitalizada em São Paulo, e da conversa amigável que travou durante largo tempo com minha mulher e filha. Eu não poderia também deixar de lembrar que, depois dessa visita, dois ou três dias depois, o próprio amigo Ulysses foi nos ver em nosso apartamento na Beneficência Portuguesa. Era um amigo dedicado que nos fará muita falta. Mas, se deploramos a falta que nos faz pessoalmente, lamentamos muito mais a falta que faz à Nação brasileira.

Uma palavra temos que dizer ainda — e não o fazemos em função do protocolo — em louvor da memória de Severo Gomes, que foi nosso companheiro durante anos nesta Casa e que tanto ilustrou o Senado Federal.

Fui seu colega e seu admirador. Participei com ele da comissão que estudava a dívida externa e sempre admirei a sua postura, as suas idéias políticas e o seu pensamento

econômico. Estava inteiramente integrado dentro das suas idéias em relação à dívida externa, mas acabei votando com a minha consciência naquela comissão.

Por isso tudo, Sr. Presidente, quero associar-me, em meu próprio nome e em nome do meu Estado, Mato Grosso do Sul, onde particularmente o querido companheiro e amigo Ulysses Guimarães tinha tantos amigos e seguidores, aos requerimentos endereçados à Mesa deste Senado Federal para que sejam apresentadas às famílias enlutadas todas as nossas homenagens.

Encerro, assim, estas palavras, Sr. Presidente, que não são apenas de um companheiro, mas de um amigo, palavras comovidas, de despedida, certo de que temos uma grande perda no País, mas, por igual, um grande exemplo a seguir na nossa vida política. Não somente nós, os antigos e os novos políticos, mas especialmente as gerações novas, esses moços que estão nas ruas, clamando por novos costumes político-administrativos na nossa Pátria. Esses, certamente, verão em Ulysses — Ulysses, o moço — o homem que envelheceu e não envileceu, como diz Nelson Carneiro, referindo-se a si próprio em certo discurso aqui proferido; esses jovens que querem reformar o Brasil têm um padrão de homem, um padrão de conduta, um padrão de política, e esse padrão chama-se Ulysses Guimarães.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Onofre Quinan.

O SR. ONOFRE QUINAN (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, posso dizer que tive a felicidade de ser amigo do Dr. Ulysses Guimarães e de sua esposa, D. Mora. Essa nossa amizade, sem dúvida alguma, nasceu através da política.

No meu Estado, o regime militar cassou praticamente todas as lideranças que existiam. Surgiram, naturalmente, novos políticos, novas lideranças; entre esses tantos companheiros, eu estava presente e logo me associei à pessoa do Dr. Ulysses, a quem sempre pedimos ajuda. Talvez, com exceção do Estado de São Paulo, Goiás tenha sido o Estado em que o Dr. Ulysses mais participou de campanhas políticas.

Quando o Dr. Ulysses quis protestar, posicionando-se como o antecandidato, fui eu quem o acompanhei em suas andanças no Estado de Goiás. E, lembro-me bem, uma das pessoas que visitamos, naquela época, foi um ilustre político do meu Estado, que também dignificou esta Casa, Dr. Pedro Ludovico Teixeira.

Naquela oportunidade, entre outras conversas, o Dr. Ulysses nos contou que, para levar aquela estátua para Goiânia, uma capital recém-nascida, teve que angariar fundos, como estudante do Centro Acadêmico, juntamente com Cunha Bueno. À época, era interventor o saudoso Dr. Pedro Ludovico Teixeira, que havia sido cassado, ali presente no momento.

Quanto ao ex-Senador Severo Gomes, tive relativamente poucos contatos com S.Exa., mas conheço profundamente a sua posição nacionalista, as suas teses em defesa dos grandes interesses nacionais e tenho certeza que o povo brasileiro saberá valorizar esse companheiro que, neste dia, junto com Ulysses Guimarães e suas respectivas esposas, saíram deste mundo.

Quero aproveitar o momento para plagiar uma frase que está escrita na carta-testamento de Getúlio Vargas: "Sai da vida para entrar na eternidade".

E esses dois homens públicos vão entrar para a eternidade. Tudo o que se disse aqui sobre seus valores morais, humanos e patrióticos não será suficiente para lhes fazer justiça.

Como bem disse o companheiro Wilson Martins, esses moços das caras pintadas, que saíram às ruas para ajudar o Brasil a recuperar a sua dignidade, têm como exemplo estes dois valorosos homens: Ulysses Guimarães e Severo Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (SP — PT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, é com profundo pesar que estendo também a minha homenagem, a de toda a população do Estado de São Paulo, e a do Partido dos Trabalhadores a esses dois grandes homens públicos, o Deputado Ulysses Guimarães e o ex-Senador Severo Gomes.

O "Sr. Diretas", o Presidente da Constituinte, o homem que, com destemor, enfrentou as baionetas, os cachorros, as patadas de cavalos, aquele que, tantas vezes, mostrou, com a sua coragem, que era importante dizer o que se pensava, expressar com todo vigor o anseio de justiça e de liberdade dos brasileiros, aquele que, durante toda a sua vida, tanto acreditou no fortalecimento das instituições democráticas, deixa para nós um caminho de extraordinária experiência e de exemplo.

Ao longo desta tarde, cada um dos Senadores pôde dar o seu testemunho sobre episódios em que Ulysses Guimarães mostrou o caminho da sabedoria, o caminho de quem tinha muita experiência, muita paciência, de quem, sobretudo, sabia respeitar seus adversários. Ele dizia a todos que o importante na vida política era sempre manter um procedimento que permitisse, mesmo diante do mais ferrenho adversário, o contínuo diálogo. Entre 1977 e 1978, quando estava eu pensando em candidatar-me pela primeira vez a deputado, foi justamente Ulysses Guimarães uma das pessoas que resolvi consultar, e ele me disse da importância de ser um representante do povo e de como esta luta valia a pena.

Em 1979, eu era membro de seu Partido, o MDB, quando, na Assembléia Legislativa de São Paulo, defrontei-me com problemas que me fizeram, de alguma forma, ficar bastante preocupado: as formas como se procurava abafar a vontade do povo e aliciar adversários com favores. De repente, vi que estava prestes a perder uma batalha; na verdade, vi-a perdida. Diante daquele sentimento, fui relatar a Ulysses Guimarães o ocorrido, e ele, então, disse-me: "Olha, Eduardo, é importante que você faça as coisas, suba na mesa, grite antes que Inês esteja morta".

É preciso que tenhamos sempre a vontade de seguir o exemplo de Ulysses Guimarães, que, mesmo diante de percalços, de derrotas políticas, nunca desanimou; ao contrário, sempre ressurgiu com muita força das circunstâncias mais adversas.

Em todas as ocasiões em que o Brasil viu-se em graves crises institucionais, era exatamente ele a pessoa a quem mais e mais políticos e brasileiros acorriam. Como é importante a amizade entre os seres humanos e como é, embora triste, até bonita a maneira como Ulysses Guimarães e Severo Gomes acabaram juntos com D. Mora e D. Henriqueta, como se

despediram de suas vidas aqui na Terra. Foi com o sentido da amizade maior que sempre todos nós os vimos juntos, trocando idéias, contando histórias interessantes, histórias divertidas ou histórias sérias sobre os destinos do nosso Brasil.

Severo Gomes foi um dos Senadores que mais se interessaram pela causa dos índios no Brasil. Muito da questão da demarcação da terra ianomâmi deve-se a seus esforços. Severo Gomes dedicou-se muito também à questão da energia nuclear, aos abusos que foram cometidos nos investimentos públicos nessa área; denunciou os desmandos. Severo Gomes preocupou-se ainda com a questão da dívida externa. E hoje, se o Senado Federal tem uma legislação referente à proteção do Brasil com relação a possíveis formas de descontrole do pagamento da dívida externa, deve, em boa parte, também a sua contribuição.

Fui colega de Severo Gomes na Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, especialmente voltada para as instituições fechadas. Inúmeras expedições fizemos junto a penitenciárias, a manicômios, à Casa de Detenção, em especial, diante de episódios como os que, há duas semanas, vitimaram mais de 111 pessoas. Severo Gomes também constituiu-se num exemplo de homem público, extremamente importante para nós brasileiros.

A nossa homenagem, do Partido dos Trabalhadores, a esses dois grandes homens.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje o Brasil perde uma das maiores figuras deste século.

O Partido que lidero nesta Casa, o PRN, não poderia deixar de prestar essa homenagem ao grande líder Ulysses Guimarães.

Tive oportunidade de privar de sua amizade no início da minha vida pública; como Deputado Federal, nos idos de 1954. Encontrei, no Palácio Tiradentes, no imbatível Partido Social Democrático — PSD — aliado ao Partido em que iniciei a minha vida pública — o Partido de Vargas —, homens como Tancredo Neves, Dias Fortes, Agamenon Magalhães, Tarcísio Vieira de Melo e Armando Falcão. Nessa pleiade que comandava o Partido, estava o grande Líder Ulysses Guimarães. Fui seu eleitor e acredito que também os Senadores Chagas Rodrigues, Humberto Lucena, Nelson Carneiro e outros também o foram quando da eleição para Presidente da Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro.

Acostumamo-nos a dizer: “Esse homem está sempre defendendo a democracia, a liberdade, sem medo de coisíssima nenhuma”.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, tive ocasião de manifestar, desta tribuna, o meu pensamento na época em que acompanhei o Dr. Ulysses Guimarães, por volta de 1969, quando tive meu mandato cassado e meus direitos políticos suspensos. Descreve muito bem, em sua oração, o Senador Mário Covas a vida de Ulysses Guimarães, desde os bancos escolares até os dias de hoje, quando Deus o levou. Tive ocasião de acompanhar de perto as posições de Ulysses Guimarães.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, nesta homenagem que faço ao amigo e grande Líder brasileiro, de quem nos despedimos hoje, comparo Ulysses Guimarães ao grande Líder in-

glês Winston Churchill, que ganhou a guerra contra o nazismo. Ulysses ganhou a guerra pela democracia, pela liberdade, pelos costumes deste País.

Que Deus dê a Ulysses Guimarães um bom lugar e que ele sirva de exemplo a essa mocidade, a esses que estão vindo a transformação deste grande País, que é o Brasil.

O exemplo de Ulysses Guimarães é o caminho certo para que a grande Nação brasileira se imponha no terceiro milênio.

Era essa a homenagem que eu queria prestar ao grande brasileiro que hoje desaparece do nosso meio.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB—RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, dir-se-ia até que não vai mais haver uma sessão especial para homenagear a memória do Dr. Ulysses Guimarães, porque todos já fizeram questão de falar aqui a respeito de sua trajetória na vida pública do País.

Na realidade, a sessão solene que se realizará no Congresso Nacional não vai esgotar essa emoção, esse apreço, esse respeito que transbordou nesta Casa durante toda a tarde de hoje pela figura do Deputado Ulysses Guimarães, pela figura do ex-Senador Severo Gomes.

Sr. Presidente, penso como o Senador Iram Saraiva, que afirmou aqui que todos no Brasil, se pudessem ser ouvidos, teriam uma palavra de carinho pelo Dr. Ulysses Guimarães, principalmente aqueles, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que detêm responsabilidades na vida política do Brasil. Ninguém, por este País afora, deixou de se sentir tocado, consternado, com o desaparecimento do Dr. Ulysses Guimarães.

Sr. Presidente, venho dizer aqui, em nome do povo do Rio Grande do Norte, da minha imensa saudade, da imensa falta que vai fazer à vida política do País o Deputado Ulysses Guimarães.

Quero dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores, em rápidas palavras, que aqui poderia estar falando sobre o mito Ulysses Guimarães, sobre aquela figura que tomou conta das páginas da História mais recente do nosso País em favor da democracia, que aqui poderia estar falando sobre a liderança do velho Dr. Ulysses Guimarães.

Mas aqui estou, a despeito da diferença de idade, para falar sobre a figura de Ulysses Guimarães como um companheiro fraterno; vencendo essas barreiras de idade, estou aqui para dizer uma palavra de saudade àquele homem que nunca deixou de nos apoiar, nunca deixou de nos dar a sua mão naquelas madrugadas cívicas que o Rio Grande do Norte inteiro assistiu e ouviu durante a sua passagem por Natal.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, Ulysses Guimarães nunca faltou a um compromisso do nosso Partido por este Brasil afora, ele sempre dizia: “Façam a agenda da campanha no seu Estado e depois me comuniquem, que eu encontrarei um dia para estar presente.”; e foi assim sempre, não apenas nas campanhas do PMDB, mas também naquelas memoráveis campanhas da sua antecandidatura, da campanha das Diretas, da campanha da Presidência da República.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, na verdade, venho aqui trazer esse pesar do povo do Rio Grande do Norte, na certeza de que esta sessão de hoje, se me trouxe aquela tristeza imensa, aquele sentimento de orfandade que se experimentou por toda a tarde de hoje, no Congresso Nacional, trouxe-me uma certeza: a de que a figura de Ulysses Guimarães não será

esquecida e de que o seu exemplo vai ficar para inspirar a todos nós e, sobretudo, às novas gerações na política deste País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PDC-MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, quase nada resta a dizer sobre Ulysses Guimarães.

Os oradores que me precederam disseram de suas qualidades morais, de sua capacidade política, de sua obstinação democrática, fosse na anticandidatura, na época do “navegar é preciso” na campanha das Diretas Já, na hora de dizer à ditadura aquilo que todos tínhamos vontade de dizer, e quem tinha coragem de dizer era Ulysses Guimarães.

Ulysses Guimarães jamais faltou ao Partido, jamais deixou de ouvir os nossos desabafos, dizendo o que era necessário ser dito.

Esse homem morre hoje e morre injustiçado. Talvez tenha sido necessário morrer para que alguns que o injustiçaram realcem agora as qualidades desse homem. Esse homem que, com a maior obstinação, lutou pela redemocratização deste País teve muitos revezes e em nenhum momento deu sinal de amargura pelas vezes em que foi abandonado: inicialmente, depois do MDB virar PMDB, foi feito um trabalho de fragmentação do Partido. Diziam que o Partido deveria se purificar, e cortaram-lhe um pedaço. O que restou — e Ulysses Guimarães seguiu dirigindo — resolveu, mais uma vez, nessa purificação tirar outro pedaço. E de pedaço em pedaço, o PMDB se modificou em quase tudo. Só não se modificou na forma de ser de Ulysses Guimarães.

Mesmo assim, tiraram-lhe a Presidência do Partido. Ulysses Guimarães não reclamou, continuava no “navegar é preciso”. Candidato a Presidente da República, de repente, procurou o Partido e não o encontrou. Foi quase um candidato solitário. Teve o apoio do Partido em algumas seções, em outras, não. E esse homem cujas qualidades todo o Senado reconhece hoje, na época não ouviu essas vozes dizerem ao povo brasileiro que o melhor candidato era Ulysses Guimarães.

E ele amargou uma derrota terrível, da qual também não reclamou. Voltou para a Câmara e há bem poucos dias tentou, incentivado por amigos, ser Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados. Também isso lhe foi negado.

Vejam, Srs. Senadores, que embora seja eu um Senador sem Partido, dói-me ver que se chora um homem que foi preciso morrer para obter unanimidade no reconhecimento de suas qualidades. Eu não diria que Ulysses Guimarães é uma parte da história da democracia no Brasil; eu diria que ele é a própria história.

Estou registrando as palavras do povo do Maranhão, dizendo, talvez, o que pensa Renato Archer, seu grande amigo de todas as horas, de todos os momentos, com quem esteve pouco antes de morrer. O Maranhão lamenta a perda desse grande brasileiro.

Detive-me em Ulysses Guimarães e quase nada disse sobre o seu companheiro de infortúnio, Severo Gomes. Ambos deixaram a vida em companhia de suas mulheres, que sempre souberam amar. Ulysses era aquele homem que se dava por

inteiro, e os filhos de D. Mora foram seus filhos, no carinho e no amor, como se dele tivessem sido gerados.

Este é o meu preito a Ulysses Guimarães, à sua memória. E digo-lhe, do fundo do meu coração: “Onde você estiver, Ulysses, saiba que foi preciso sua morte para que todos, sem nenhuma exceção, reconhecessem o seu valor em vida.”

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador César Dias.

O SR. CÉSAR DIAS (PMDB-RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, também gostaria, muito constrangido, de prestar a minha homenagem a Ulysses Guimarães. A sua morte trouxe-me uma tristeza muito grande, especialmente porque fui levado pelas mãos hábeis de Ulysses Guimarães ao PMDB. Em 1988 ele esteve no meu Estado, quando eu ainda era candidato a vereador, e me convidou para que ingressasse no PMDB. Preencheu a minha ficha de filiação e disse-me: Vereador César, ainda o verei sendo um grande político desta Nação.

Sempre tive Ulysses Guimarães como paradigma e o respeitava muito. Recentemente, sabedor de minha convicção presidencialista, preocupava-se com a minha posição no momento em que fôssemos aqui votar a antecipação do plebiscito. Ulysses Guimarães acordou-me, há pouco tempo, com um telefonema em casa e disse-me que gostaria de pedir, como meu padrinho, o meu voto, para que pudessemos ainda levar ao povo brasileiro uma decisão favorável ao parlamentarismo. Enfim, eu sempre conversava com ele em momentos difíceis da minha vida política em Roraima, quando enfrentava a oposição ao Governo, e ele me orientava.

Por último, na semana passada, quando o PMDB tomava a decisão de participar ou não do Governo de coalizão de Itamar Franco, fizemos uma reunião na casa do Senador Mauro Benevides e lá chegou Ulysses Guimarães por volta de meia-noite. Era seu aniversário. Nós o parabenizamos, e por volta das três horas da manhã, todos cansados e com sono, ouvimos Ulysses Guimarães, ainda firme, dizer para Senadores e Deputados que só sairíamos dali quando tivéssemos a nossa decisão, quando já estivessemos definidos.

Realmente, foi ele um homem de grandes méritos. Os títulos que recebeu da cidadania brasileira, como o de Sr. Diretas, o de Sr. Democracia, foram merecidos, pois foi o responsável pela ressurreição democrática deste País.

Hoje, compungiu-nos o seu afastamento, a sua morte. Não gosto de falar sobre a morte, porque me afeta muito, e é com muita tristeza que vamos amanhã, nesta Casa, receber os corpos do Senador Severo Gomes, do Deputado Ulysses Guimarães, de D. Mora e de D. Henriqueta Gomes.

Gostaria, por fim, de compartilhar com todos os Senadores, com o povo brasileiro e, em especial, com o povo de Roraima, que represento nesta Casa, os meus sentimentos, e de dizer que perdemos dois grandes e honrados homens da política nacional, o Senador Severo Gomes e o Deputado Ulysses Guimarães.

E eu, que estou ainda numa fase embrionária da minha atuação na vida política nacional, tenho como orientação a força, a atração, o magnetismo que Ulysses Guimarães deixou neste Congresso Nacional, deixou neste cenáculo democrático que é a Câmara dos Deputados, que é o Senado Federal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Mariz.

O SR. ANTONIO MARIZ (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, em nome da Paraíba desejo, também, exaltar a memória de Ulysses Guimarães.

A Nação encontra-se siderada pela tragédia que sobre ela se abateu. A morte do Deputado Ulysses Guimarães, do Senador Severo Gomes, de D. Mora, de D. Henriqueta e do comandante do helicóptero constitui perda que não será preenchida em nossa Pátria.

O Dr. Ulysses Guimarães distinguiu-se na vida pública brasileira como a encarnação da decência, da dignidade e da honra. Caracterizou a bravura, o destemor. Assinalou a sua passagem como Deputado, como político, como estadista pela afirmação de idéias, pela defesa de programas, pelo compromisso com os destinos brasileiros, a luta pela restauração democrática como Presidente do MDB; a anticandidatura; o desafio ao regime militar, ao reclamar, em nome da Justiça, a anistia; a campanha pela Assembléia Nacional Constituinte; o esforço sobre-humano pela reconquista das Diretas Já; a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, em que pôde revelar-se em toda a sua dimensão, em toda a sua grandeza à admiração do povo brasileiro; a energia com que conduzia os trabalhos; a marca da sua presença pessoal, do seu carisma, do seu magnetismo em cada um dos seus dispositivos que conformam nossa Carta Magna; a disposição permanente de luta.

Dir-se-ia que o destino cruel, nesse momento, desejaria punir o País por alguma falta desconhecida, quando nos priva da sua convivência. Nesse momento, era essencial a participação de Ulysses, na hora da crise, na hora em que as instituições reclamam consolidação, quando a democracia brasileira vive o abalo desse formidável processo de **impeachment**. Nunca, como agora, se fazia necessária a ação de Ulysses.

Rememore-se o seu grito de advertência no instante em que o Supremo Tribunal Federal decidia intervir no processo de impedimento do Chefe do Poder Executivo na Câmara dos Deputados. A coragem de Ulysses ao desafiar o próprio Supremo Tribunal Federal — desafio que lhe valeu editoriais contrários nos grandes jornais, que lhe valeu a crítica de adversários e mesmo de companheiros. No entanto, quanta oportunidade em suas palavras!

Destemido, intímido, Ulysses estava a argumentar sobre a soberania do Poder Legislativo, sobre o caráter privativo da competência da Câmara e do Senado para julgar o **impeachment**. Quem o substituirá? Quem poderá empunhar as bandeiras que foram a razão da sua vida? A luta pelo parlamentarismo, a campanha que se avizinha, o plebiscito... Ninguém, certamente, ocupará o seu lugar por sua dimensão, por sua estatura, por sua visão de estadista.

Assim, a Nação está de luto; o povo pranteia Ulysses Guimarães.

Ao lado dele, D. Mora, constante refúgio onde se abrigava, não só no repouso mas nas horas duras da vida política. Companheira inseparável na luta, na luta de Ulysses peregrino deste País, cujo território cruzou tantas vezes em campanhas inesquecíveis.

O companheiro solidário, a palavra presente nos confrontos partidários mínimos que se espalhassem em qualquer parte deste País; Ulysses, na praça pública era o tribuno inigualável: tinha o dom da eloquência, da palavra eletrizante que empolgava a multidão; a palavra de fogo a condenar o arbítrio, a pregar a liberdade, a justiça e a democracia.

Morre com ele Severo Gomes, outra grande figura da vida pública brasileira: ex-Ministro, ex-Senador, homem de princípios inabaláveis, desafiando a moda das opiniões, mantendo firmemente os fundamentos da sua atividade política e defendendo os valores da nacionalidade; enfrentando a arrogância dos credores externos, do capital estrangeiro; lutando, brigando para que o País se construísse democraticamente e se realizasse na plenitude do progresso e desenvolvimento com absoluta preservação da sua soberania. Severo Gomes, o nacionalista; Severo Gomes, o homem público. A sua ausência vem somar-se a de Ulysses, para que a tristeza, de uma vez por todas, se abata sobre o Brasil. Homenageemos a sua esposa, D. Henriqueta, e choremos juntos neste momento o luto que cobre o País.

Direi para concluir, Sr. Presidente, que Ulysses não morreu e estou certo de que repito outros Senadores. Ele permanecerá na memória do povo brasileiro, na memória desta geração, na memória da posteridade. Será sempre reverenciado como a expressão mais legítima da nacionalidade!

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Presidência prorroga a sessão por mais vinte minutos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, falo por mim e pelo meu Estado do Ceará.

Refiro-me a esse quadro dramático, dia cinzento, dia de tristeza intensa que toma de roldão a Nação brasileira; dia em que perdemos pessoas da maior importância, inclusive, um ex-integrante desta Casa, o ex-Senador Severo Gomes, cujo mandato foi concluído há tão pouco tempo. E é possível, ainda agora, sem muito esforço, vê-lo aqui, tão breve é o instante de quando se retirou desta Casa para outras missões de sua vida.

Severo Gomes, nesta Casa, foi uma pessoa exemplar, inclusive atuando dentro da linha dos seus conhecimentos; pessoa que teve graves preocupações com a dívida externa, que marcou pela preocupação diante da política econômica nacional; pessoa de grande responsabilidade e que, por isso mesmo, queria encontrar soluções sociais para este País.

Foi um companheiro elegante e douto, uma pessoa sadia no trato, uma pessoa amiga na convivência com esta Casa. E no momento em que desaparece tão tragicamente, ao lado de sua mulher, nesse acidente com um helicóptero, a tristeza é a nota marcante hoje, no Senado Federal.

Todos falaram e por certo serei eu, quem sabe, o último orador desta sessão. Estava em Fortaleza e, ao vir do aeroporto, segui diretamente para este plenário, onde me encontro, porque aqui também queria deixar o meu registro.

Como será difícil apagar da paisagem daqui, e não apenas da Câmara dos Deputados, a figura de Ulysses Guimarães! Quantas vezes, como Deputado, nos visitou e esteve numa dessas poltronas da representação federativa; quantas vezes foi chamado à Mesa para que a ilustrasse numa votação marcante... Parlamentarista que se tornou convicto nos últimos tempos, aqui esteve acompanhando o posicionar-se do Senado Federal. Conversou e, como houve o depoimento de César Dias, dedicou-se até a viabilizar uma votação favorável para a segunda emenda sobre a mesma matéria, uma vez que a primeira emenda, a do nobre Senador José Richa, fora derrotada por não alcançar o **quorum** necessário na votação de

segundo turno. Então chegou a emenda da Câmara dos Deputados, e com ela toda uma nova esperança dessa antecipação e dessa possibilidade que, por último, embalava os sonhos do Deputado Ulysses Guimarães.

O fato, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é que os mais feridos neste momento somos todos nós, brasileiros, porque não há menos feridos nesse embate do destino com a razão nacional. A razão que não queria perder Ulysses, a razão que não queria perder Severo Gomes; a razão que quer a preservação da vida humana, a preservação da família, a preservação da vida dessas duas senhoras que partiram ao lado dos seus maridos.

Foram muitas pessoas mortas, Sr. Presidente, e isso sensibiliza a emoção nacional: os dois profissionais de vó, os dois políticos e suas respectivas esposas.

Mas o PMDB, nessa história toda, é talvez o ente malferido por excelência, atingido no seu coração, com as veias vitais afinetadas pelo destino que se consumou no entardecer de ontem! Na verdade, não é brincadeira o que esse partido vem sofrendo, ao longo dos anos, em momentos históricos mais marcantes; a mão do destino nos fere e nos desafia, e vamos adiante e nos afirmamos outra vez. Malferidos, o desafio agora é o PMDB encontrar os seus próximos passos sem os valorosos companheiros que já não estarão.

Sr. Presidente, uma coisa garanto: Sendo ou não espiritualista, sendo mesmo um materialista, o difícil é matar uma pessoa como Ulysses Guimarães. Quando o seu corpo estiver devidamente sepulto, quando o atestado de óbito resultar elaborado com a identificação do cadáver para a consumação da tragédia, ainda restará de Ulysses toda a sua grandeza, no seu exemplo de tantos e tantos anos, na sua luta desafiante — como bem narrou o Senador Antonio Mariz —, na sua capacidade de organizar e de resistir — como bem disse o Senador Wilson Martins. Aliás, cada qual disse alguma coisa marcante sobre a personalidade de Ulysses.

Difícil é matá-lo, porque sempre haverá o que se dizer desse cidadão nos momentos mais graves da Nação. É como se ficassem os seus gestos e suas possibilidades; é como se sua voz pudesse continuar sendo ouvida e seu protesto pudesse continuar ecoando pelas montanhas do País. É como se fosse possível a esse homem seguir-se pelos que ficam ainda na elaboração de novas batalhas!

Ulysses agora é “cara-pintada”; Ulysses agora é essa juventude que está nas ruas. Quando outra vez esse povo se formar em multidão, quando outra vez a massa se concentrar em praça pública, quando outra vez virmos essa gente brasileira unida, de braços dados, levantando bandeiras de todas as cores e com todas as nuances políticas e democráticas desta Nação, havemos de enxergar naquele conjunto exatamente a luta, a personalidade de Ulysses Guimarães; e na voz daquela multidão, a voz do nosso Deputado, que tão tragicamente tem o seu corpo identificado na hora em que estamos falando.

É assim: a vida é um eterno desafio... A vida humana não tem extensão para todas as grandezas da alma! Por isso, havemos sempre de acreditar que a alma é maior do que a existência humana, pois ela não cabe no calendário de uma vida humana. Nos setenta e poucos anos de Ulysses não cabe, evidentemente, a grandeza do seu sonho, não cabe a grandeza do que queria ainda, não cabe a grandeza do que imaginou para este país, nem cabe a juventude toda de cara-pintada, remoçando o velho, fazendo com que renasça nas gerações que se organizam o sentido político do amadurecimento da

Nação brasileira, mediante a conscientização da sua juventude.

Por isso, Sr. Presidente, o PMDB — creio eu — não há de se desesperar quando tomba um Tancredo Neves em hora tão inoportuna; não há de se desesperar, agora, quando morre Ulysses Guimarães, porque a vida humana é exatamente essa mágica em que, de repente, as personalidades se somam, as possibilidades se avultam unidas. As vozes parecem uma voz só, como houve exatamente agora em que a Nação, absolutamente uníssona, queria, numa verberação democrática, a consumação de todos os métodos previstos na Constituição, para salvar o país de um caos maior e para repor o nosso país nos melhores trilhos que a História lhe destinou.

Eu tenho a impressão, Sr. Presidente, de que se Ulysses Guimarães houvesse parado há dez anos, já teria o seu lugar na História.

Depois, como um desbravador, saiu fazendo outra história, saiu recriando a própria História, ao contrário daqueles que são retirados das páginas da emoção nacional. Pessoas que se portaram mal, e que apenas como notas negras aparecerão ao lado das narrativas atinentes aos grandes vultos. Ulysses está em diversos momentos dessa última República, desse último instante político vivido pela Nação brasileira.

A sua trajetória, ele a fez brilhante. Mesmo nos momentos de grande escuridão, mesmo nos momentos em que os cães ladravam de encontro a ele, mesmo quando teve que protestar contra a Suprema Corte, Ulysses sempre foi luminoso. Ulysses, o guerreiro e o pacificador, o homem de luta, o soldado, o homem que parte para a batalha. Porém, acima de tudo, o homem cheio de emoção, o homem que resiste e ama, ama e resiste porque foi assim exatamente toda a sua vida. Mil qualidades serão declaradas para Ulysses, nenhuma inventada; nada será inventado, criado indevidamente. As doces mentiras, as doces revelações após a morte, nada disso acontecerá a Ulysses. Ele tem a sua própria trajetória, pura e sadia, democrática e corajosa para ilustrar tudo o que fez como homem da política nacional, como poeta, como escritor, como marido, como companheiro, um grande cidadão.

Sr. Presidente, Ulysses foi, acima de tudo, um cidadão brasileiro. Se for possível prestar-lhe uma homenagem mais sentida, que se inscreva abaixo do seu nome: O Cidadão, porque ele foi um homem consciente da cidadania brasileira. Soube defendê-la quando atingida; soube recriá-la quando destruída; soube enxergar no povo a necessidade da definição da cidadania. Chamou a Carta Magna de Constituição Cidadã, mas a expressão estava nele, porque sua alma, sim, é que era absolutamente cidadã.

Salve o Velho Guerreiro! Nós o veremos nas caras-pintadas da juventude; já não o veremos aqui no seu porte varonil, na sua velhice tão bem enfrentada, na sua silhueta tão bem desenhada pelo tempo. Quem o desenha agora é a multidão, é o povo nas ruas, é o protesto, é a vigilância democrática, é o seu partido fortalecido, é a marcha desta Nação para a sua maturidade.

Ulysses estará nos próximos momentos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, lado a lado conosco, tirando acordos da nossa alma patriota!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO (PMDB-RO. Pronúncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, falo em meu nome e em nome do meu estado, de um homem que o Brasil inteiro conheceu: Refiro-me a Ulysses Guimarães e ao ex-Senador Severo Gomes. Poderíamos aqui falar horas e horas, dias e dias, sobre o homem Ulysses Guimarães e não chegaríamos ao fim. Sou de uma geração que teve o privilégio de conviver com Ulysses Guimarães, homem público sério, honesto e que só tinha uma preocupação: Servir ao Brasil. Que será do Brasil depois de Ulysses Guimarães? Que será desta Nação depois do desaparecimento do grande timoneiro, do grande político não só paulista, mas brasileiro?

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu não queria hoje ter a oportunidade de falar do passamento de dois grandes homens públicos que esta Nação teve a ventura de ter como filhos: Ulysses Guimarães e Severo Gomes.

Tive também o privilégio de, nesta Casa, ser colega do ex-Senador Severo Gomes. Como aprendemos com a nacionalidade de Severo Gomes! Como aprendemos com as suas considerações em defesa do Brasil, em defesa das riquezas nacionais, em defesa do homem brasileiro, em defesa daquilo que pertence a esta Nação! Severo Gomes, intransigente nas comissões, no plenário, dava a todos nós a lição de nacionalismo, de defesa do homem brasileiro. Quero, também, render as minhas homenagens à sua esposa, D. Henriqueta.

E agora, Sr. Presidente, que será das outras gerações que não vão ter a oportunidade de pedir conselhos a Ulysses Guimarães? Lembro-me bem da sua campanha à Presidência da República — permita-me, Sr. Presidente, relatar este fato, muito familiar —, quando um filho meu, pequeno, vibrava a cada vez que via Ulysses na televisão. Era seu fã incondicional. Até hoje lembro-me quando ele dizia: “Cadê Ulysses? Ulysses não aparece mais na televisão?” Na época, ainda muito pequeno dizia: “Eu votar em Olício. Olício é o meu candidato.” Essa criança já gostava, já admirava o grande brasileiro Ulysses Guimarães.

Hoje, recebemos a trágica notícia do seu desaparecimento num desastre de helicóptero. Só o que nos resta é cultivar, preservar e continuar com a lição que nos legou Ulysses Guimarães durante toda a sua vida pública. Homem sem ambição, que só tinha um objetivo: lutar por sua gente, pelo engrandecimento desta Pátria.

E aqui fica, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a nossa saudade: A saudade de Ulysses Guimarães e de Severo Gomes, a saudade de D. Mora, companheira inseparável do Dr. Ulysses e a saudade de D. Henriqueta.

Alguém já disse, nesta sessão, que Ulysses tinha que morrer assim, porque não envelhecia. Ulysses e D. Mora tinham que acabar assim.

Hoje, lamentavelmente, a Nação chora, está de luto; a Nação nunca vai esquecer a lição destes dois grandes estadistas brasileiros: Ulysses Guimarães e Severo Gomes.

Quero render as minhas homenagens às famílias desses dois grandes brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Em votação o requerimento. (Pausa.) Aprovado.

A Presidência associa-se ao Plenário na homenagem aos eminentes e ilustres brasileiros, Ulysses Guimarães e Severo Gomes e suas esposas, com quem convivemos na Câmara dos Deputados, na Assembléia Nacional Constituinte e aqui,

no Senado Federal, tragicamente retirados do nosso convívio, no momento em que a Nação tanto necessita de suas presenças.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 751, DE 1992

Sr. Presidente,

Requeremos, nos termos do artigo 199, do Regimento Interno, a realização de Sessão Especial do Senado Federal, em data a ser fixada, destinada a homenagear o Deputado Ulysses Guimarães, falecido em acidente aéreo.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 1992. — **Humberto Lucena** — **Marco Maciel** — **Antonio Mariz** — **Afonso Camargo** — **Ronaldo Aragão** — **Coutinho Jorge** — **Nelson Carneiro** — **Iram Saraiva** — **Garibaldi Alves Filho** — **Josaphat Marinho** — **Chagas Rodrigues** — **Ruy Bacelar** — **Valmir Campelo** — **Lucídio Portela** — **Albano Franco** — **Eduardo Suplicy** — **César Dias** — **Henrique Almeida** — **Esperidião Amin** — **Dirceu Carneiro** — **Jutahy Magalhães** — **Magno Bacelar** — **Lourival Baptista** — **Ronan Tito** — **Divaldo Suruagy** — **Almir Gabriel** — **Meira Filho** — **Wilson Martins** — **João Calmon** — **Mário Covas** — **Lavoisier Maia** — **Júnia Marise** — **Carlos Patrocínio** — **Ney Maranhão** — **João França** — **Pedro Teixeira**.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Presidência comunica que a reunião da Comissão Especial, marcada para amanhã, às 10h, neste plenário, fica cancelada.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 76, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 1992, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que susta a aplicação do *caput*, do art. 13 da Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992, tendo

PARECER, proferido em Plenário, Relator: Senador Manoel de Lacerda, favorável, nos termos de Substitutivo que oferece.

— 2 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 73, DE 1992

(Incluindo em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 1992 (nº 107/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Jet — Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onde média, na cidade de Teresina, Estado do Piauí, tendo

PARECER favorável, proferido em Plenário Relator: Senador Belo Parga.

— 3 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 74, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 1992 (nº 127/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio à Voz de São Pedro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Pedro, Estado de São Paulo, tendo

PARECER, favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Beni Veras.

— 4 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 75, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 1992 (nº 140/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Rural de Muzambinho Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Muzambinho, Estado de Minas Gerais, tendo

PARECER, proferido em Plenário, Relator: Senador Beni Veras.

— 5 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 1991-COMPLEMENTAR

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 318, de 1991-Complementar, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que determina os casos em que as forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente, mediante permissão do Presidente da República, independente da autorização do Congresso Nacional, nos termos do disposto nos arts. 21, inciso IV, 49, inciso II e 84, inciso XXII, da Constituição Federal, tendo

PARECER, sob nº 285, de 1992, da Comissão

— De Relações Exteriores e Defesa Nacional, favorável ao Projeto com Emendas que apresenta de nºs 1 a 3-CRE, e voto em separado do Senador Jarbas Passarinho.

— 6 —

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 111, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 111, de 1992, de autoria do Senador Pedro Simón, que dispõe sobre a nomeação dos presidentes das instituições financeiras oficiais de crédito do Governo Federal, tendo

PARECER, proferido em Plenário, Relator: Senador Valmir Campelo, favorável ao Projeto e contrário à Emenda apresentada perante a Comissão.

— 7 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 62, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 62, de 1992 (apresentado como conclusão de Parecer de Plenário, Relator: Senador Esperidião Amin) que autoriza o Senhor Presidente da República a contratar operação de crédito no valor equivalente a até oitenta milhões de dólares norte-americanos, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, destinada ao financiamento do Programa de Modernização Tecnológica da Agropecuária da Região Centro-Sul.

— 8 —

REQUERIMENTO Nº 735, DE 1992

Votação, em turno único, do Requerimento nº 735, de 1992, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos regimentais, seja apensado ao Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1992, o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 1991, a fim de que passem a tramitar em conjunto, por tratarem de matérias que versam sobre o mesmo assunto.

— 9 —

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 65, DE 1992

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer nº 303, de 1992) do Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 1992 (nº 78/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Emenda ao art. 50 (a) da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, concluído em Chicago, em 7 de dezembro de 1944.

— 10 —

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 226, DE 1983

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 226, de 1983 (nº 7.500/86, naquela Casa), que concede anistia a dirigentes sindicais punidos com base na legislação trabalhista, tendo

PARECER favorável, sob nº 277, de 1992, da Comissão

— De Constituição, Justiça e Cidadania. (Dependendo da votação do Requerimento nº 748/92, de adiamento da discussão.)

— 11 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 9, DE 1990

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1990 (nº 4.432/89, na Casa de origem), que cria o Programa Diário do Congresso Nacional para divulgação dos trabalhos do Poder Legislativo na televisão, e determina outras providências, tendo

PARECERES

— sob nº 237, de 1992, da Comissão de Educação, favorável, nos termos do substitutivo que apresenta; e

— de Plenário, Relator: Senador Maurício Corrêa, favorável ao Projeto e contrário ao substitutivo da Comissão de Educação. (Dependendo da votação do Requerimento nº 749/92, de adiamento de discussão.)

— 12 —

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 112, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 1991, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que determina a instalação de equipamentos antipoluição em veículos automotores de uso urbano, tendo

PARECER, proferido em Plenário, Relator: Senador Almir Gabriel, favorável nos termos do Substitutivo que oferece.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 22 minutos.)

ATO DO PRESIDENTE

Nº 395, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 013.599/92-5, resolve designar ÉDENA DINIZ VIANNA, Técnico Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe "Especial", Padrão III, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para responder pelo expediente da Secretaria de Documentação e Informação, no período de 13-10-92 a 6-11-92, durante o afastamento da titular em gozo de férias.

Senado Federal, 13 de outubro de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE

Nº 396, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta do processo nº 013.598/92-9, resolve designar ÉDENA DINIZ VIANNA, Técnico Legislativo — Área de Processo Legislativo, Classe "Especial", Padrão III, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para responder pelo expediente da Secretaria de Documentação e Informação, durante os eventuais impedimentos da titular.

Senado Federal, 13 de outubro de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DIRETORA REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 1992

Às onze horas e trinta minutos do dia vinte e dois de setembro de um mil novecentos e noventa e dois, reúne-se a Comissão Diretora do Senado Federal, na Sala de Reuniões da Presidência, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Senadores Mauro Benevides, Presidente, Alexandre Costa, Primeiro Vice-Presidente; Carlos Alberto De'Carli, Segundo Vice-Presidente, Dirceu Carneiro, Primeiro Secretário; Saldanha Derzi, Terceiro Secretário; e Meira Filho, Suplente.

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Excelentíssimos Senhores Senadores Márcio Lacerda, Segundo Secretário, e Iram Saraiva, Quarto Secretário.

O Senhor Presidente dá início à reunião e submete ao exame dos presentes, as seguintes matérias:

a) Requerimento nº 688, de 1992, no qual o Senhor Senador PEDRO SIMON solicita ao Senhor Ministro da Previdência Social, informações sobre transações comerciais envolvendo imóveis da Previdência Social, notadamente sobre a permuta de um terreno de 267 metros quadrados, na Avenida

Ipiranga, centro de São Paulo, por uma área de 1.000 metros quadrados, no Município de Cotia.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

b) Requerimento nº 689, de 1992, no qual o Senhor Senador JOÃO ROCHA solicita ao Senhor Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, informações sobre o montante da dívida externa das empresas estatais, nominando-as uma a uma, discriminando o principal e juros vencidos e vincendos.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

c) Requerimento nº 696, de 1992, no qual o Senhor Senador JOÃO ROCHA solicita ao Senhor Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, informações, a serem fornecidas pelo Banco do Brasil S/A, atinentes ao Fundo de Participação PIS/PASEP.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

d) Requerimento nº 697, de 1992, no qual o Senhor Senador João Rocha solicita ao Senhor Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, informações, a serem fornecidas pela Caixa Econômica Federal, atinentes ao Fundo de Participação — PIS.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

e) Requerimento nº 704, de 1992, no qual o Senhor Senador Dirceu Carneiro solicita ao Senhor Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, esclarecimentos, a serem fornecidos pela Caixa Econômica Federal, relativos aos desembolsos de recursos financeiros originalmente previstos nos contratos da Caixa Econômica com as prefeituras, construtoras, Cohab e entidades similares, no Estado de Santa Catarina, no segundo semestre de 1992.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

f) Requerimento nº 705, de 1992, no qual o Senhor Senador João Rocha solicita ao Senhor Ministro do Trabalho e da Administração, informações sobre o Orçamento Anual de Alocação de Recursos, em consonância com as políticas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana, do Conselho Curador do FGTS, na forma do art. 5º da Lei nº 8.036, de 1990.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

g) Projeto de Resolução que dá competência à Comissão Diretora para promover ajustes de vencimentos dos servidores do Senado Federal.

Após discussão, os presentes aprovam a matéria e assinam o respectivo projeto, que é encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

h) Processo nº 004410/92-0, em que servidores filiados ao Pecúlio dos Servidores do Senado Federal, requerem a sua extinção.

É designado o Senhor Segundo Vice-Presidente para relatar a matéria.

Em sequência, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor SEGUNDO VICE-PRESIDENTE, que devolve

a vista do Processo nº 020556/91-8, com voto em separado, em inteira concordância com os termos do Parecer do Relator, Senador Alexandre Costa.

A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor PRIMEIRO SECRETÁRIO, que leva ao exame dos presentes, os seguintes assuntos:

a) faz uma exposição acerca das deficiências da garagem do Anexo II, notadamente no que se refere à insuficiência de vagas para os Senhores Senadores.

A Comissão Diretora, após discussão, credencia o Senhor PRIMEIRO SECRETÁRIO para trazer uma solução para o problema e, também, quanto às providências relativas ao mal estado de conservação dos veículos do Senado Federal;

b) Projeto de Resolução que "estabelece a estrutura administrativa básica do Senado Federal e dá outras providências".

Após debates, os presentes aprovam a matéria e assinam o respectivo projeto, que é encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

c) Parecer favorável ao Processo nº 009805/92-3, no qual a Grande Oriente do Brasil, instituição de utilidade pública, de caráter filantrópico, requer a doação de bens inservíveis do Senado Federal.

Após discussão, o parecer é aprovado;

d) Parecer favorável ao pedido de ressarcimento de despesas médico-hospitalares, formulado pelo ex-Senador José Bernardino Lindoso (Processo nº 010452/92-3).

Após discussão, o parecer é aprovado.

e) Parecer ao Processo nº 007962/92-4, que trata da locação de terminais celulares portáteis.

A Comissão Diretora, após discussão, aprova o parecer que, considerando a inexistência de recursos, sugere que se aguarde dotação orçamentária suplementar;

f) Proposta de Ato da Comissão Diretora que "compõe o quadro funcional do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Senado Federal (CEDESEN), nos termos do art. 13, da Resolução nº 124, de 1987".

A proposta é debatida e o Senhor Segundo-Vice-Presidente solicita, e lhe é concedida, vista da matéria;

g) Processo nº 011331/92-5, em que o Senhor Senador João Rocha requer reembolso complementar do ressarcimento de despesas médicas solicitado no Processo nº 009885/92-7.

O Senhor Terceiro Secretário é designado para relatar a matéria e, de imediato, apresenta parecer oral favorável, que é aprovado pelos presentes.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a reunião, às doze horas e trinta minutos, pelo que eu, MANOEL VILELA DE MAGALHÃES, Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrei a presente Ata que, depois de assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, 22 de setembro de 1992. —
Senador Mauro Benevides, Presidente.